



UNIVERSIDADE DA BEIRA INTERIOR
Ciências Sociais e Humanas

Crianças Institucionalizadas: Que Expetativas? Que Futuro?

Cristina Maria Simões Prata

Dissertação para obtenção do Grau de Mestre em:

Sociologia: Exclusões e Políticas Sociais
(2º ciclo de estudos)

Orientador: Prof. Doutor Nuno Augusto

Covilhã, outubro de 2013

Dedicatória

Dedico esta Dissertação em primeiro lugar ao meu marido João Paulo (companheiro), aos meus filhos Carolina e António Pedro por toda a paciência e apoio incondicional, apoio esse, que me permitiu levar a cabo a elaboração desta Dissertação e sem o qual não o teria conseguido. É sempre muito difícil expressar sentimentos a pessoas tão especiais, as palavras não me parecem adequadas, mas mesmo assim, não posso deixar de agradecer utilizando aquelas que já existem, mesmo que desgastadas pelo uso, agradeço por isso os momentos em que, mesmo quando estive mais ausente e os privei de diversão e de passeios, de momentos em família e mesmo assim entenderam, devolvendo-me um sorriso e um abraço.

Obrigado por existirem e serem a minha MELHOR VITÓRIA.

Aos meus pais, irmã e à minha restante família, pelo orgulho que têm pelo meu percurso académico. A vocês meus pais, que me deram a vida e me ensinaram a vivê-la com dignidade, não bastaria um simples obrigado, a vocês pais por natureza por opção e amor, não bastaria dizer que não tenho palavras para agradecer, mas é o que me acontece agora, quando procuro arduamente uma forma verbal de exprimir uma emoção ímpar. Uma emoção que jamais será traduzida por palavras. O meu mais simples, mas muito sentido obrigado.

Por fim, dedico esta Dissertação a todos os meus amigos e às minhas amigas e colegas de trabalho, Ana Lúcia, Carla, Dulce, Emília, Paulo, Raquel e Sérgio pelo apoio e força que me deram.

Obrigado a todos.

Agradecimentos

Agradeço à Direção da Casa do Menino Jesus na pessoa do Dr. Paulo Lopes e da Dr^a Regina, bem como a todas as crianças que foram umas queridas e que me ajudaram imenso.

Agradeço também ao meu orientador de Mestrado Prof. Dr. Nuno Augusto.

Prefácio

A sociedade humana é uma sociedade complexa e por isso repleta de lacunas, assim sendo a nossa sociedade é composta por algumas instituições que irão ajudar à sua existência, colmatando algumas dessas lacunas. Essas instituições vão desempenhar funções vitais em muitas situações especialmente no que diz respeito à problemática que se abordará nesta Dissertação e que diz respeito ao apoio às crianças em risco, no apoio à institucionalização de crianças.

A família é a instituição, por si só responsável pela socialização inicial das crianças, essa importância e relevância é de alguma maneira questionável na sociedade atual, possivelmente resultante das alterações por ela sofridas ao longo dos tempos. As mudanças sofridas pela sociedade contribuíram para uma vulnerabilidade crescente do pilar societal que deveria ser a família.

«Uma família é um grupo de pessoas unidas diretamente por laços de parentesco, no qual os adultos assumem a responsabilidade de cuidar das crianças» (Giddens cit in Varela, s/d :143)

Quando essa responsabilidade pertencente à família falha, essa falha terá de ser colmatada pelos apoios sociais vigentes, podendo chegar ao limite da separação das suas crianças. Contudo poder-se-á acreditar que se algumas famílias forem acompanhadas numa fase inicial e se existisse uma verdadeira articulação entre os sistemas sociais - Segurança Social, Saúde e Educação - poderiam ultrapassar as circunstâncias que as impossibilitam de manter os seus filhos.

Existem nas sociedades atuais vicissitudes como a doença, o desemprego, a falta de habitação, as baixas competências e até comportamentos aditivos, aliados a um fraco estado-providência, que todos juntos ou isolados vão consumindo tempo, tempo esse que será precioso para a criança e que poderá por em causa o seu superior interesse.

A institucionalização da criança é na pura lógica do sistema transitória, mas a realidade é bem diferente, pois mil e uma contingências ocorrem para que demasiadas crianças ali fiquem até à maioridade (Gomes, 2010:15).

«.....recordo o que me disse o mais velho de três irmãos que estavam num dos lares. A mãe era débil mental, mas eles pensavam que a sua institucionalização se devia ao facto de ela não ter uma habitação condigna. Quando souberam que a Câmara lhe tinha entregue uma casa vieram pedir-me para voltar para junto da mãe. Tentei explicar que talvez não fosse boa ideia uma vez que a mãe, como eles sabiam, não tinha muita saúde. A resposta foi imediata: «Temos tudo organizado e tomamos conta dela. E você manda lá a senhora assistente social de vez em quando. Até sai mais barato e tudo.» Fiquei a olhar para os três, cheia de dúvidas. E se tivessem razão? É que, ao contrário do que muitos pensam, pode amar-se muito uma mãe débil mental e preferir cuidar dela e ser uma família a estar num lar, por melhor que ele seja.....» (Gomes, 2010:14).

Resumo

Para Giddens, o sujeito é elemento ativo no desenvolvimento dos processos sociais, sendo então de primordial importância saber quais os limites que lhe são colocados à sua ação. São as estruturas sociais que dão sentido à própria atividade humana, no entanto os sujeitos têm as suas próprias capacidades de atuação sobre as mesmas (Giddens cit in Mucha, s/d).

Existe um papel ativo que cada indivíduo tem no seu processo de socialização, desde o dia em que nasce até ao momento da sua morte, utilizando uma dinâmica de transmissão e apropriação, que acontece continuamente ao longo da sua vida, estando porém sempre sujeito a clivagens. (idem)

O agente socializador primitivo é a família, sendo então importante entender qual o seu papel no seio das suas crianças institucionalizadas. A família trabalha numa lógica não só de reprodução, mas também numa lógica de promoção e interiorização na criança de um conjunto de valores, na construção de uma série de expectativas, pensamentos, comportamentos, todo um conjunto de fatores que implicarão a sua integração na sociedade, no seu mundo social ou pelo menos assim deveria ser.

Existem neste momento um elevado número de crianças, onde a família como alicerce falhou de algum modo, daí estarem acolhidas em instituições e famílias, com Projetos de Vida que deverão ser definidos, entendendo que a institucionalização não pode ser vista como uma solução, mas deverá ser vista sim como uma medida de proteção.

Palavras-chave

Família, criança, risco, institucionalização

Abstract

For Giddens, subjects are an active element in the development of social processes, and then of prime importance to know what the limits that are placed on your action. Are social structures that give meaning to human activity itself, however the subjects have their own abilities to operate on the same (Giddens cit in Mucha, s / d).

There is an active role each individual has in their socialization process, from the day you are born until the time of his death, using a dynamic transmission and appropriation, which happens continuously throughout their lives, but always being subjected to cleavages. (idem)

The socializing agent is primitive family, and is important to understand what their role within their institutionalized children. The family works on logic not only play, but also a logic of promoting the child and internalization of a set of values, the construction of a series of expectations, thoughts, behaviors, a whole set of factors that will lead to their integration into society in their social world, or at least it should be so.

There are now a large number of children, where the family as the foundation failed in some way, then they are in care and families with Project Life should be defined, understanding that institutionalization cannot be seen as a solution, but should be seen rather as a protective measure.

Keywords

Family, child, risk, institutionalization

Índice

1. INTRODUÇÃO	1
2. A CRIANÇA E O RISCO	3
2.1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO	3
2.2. OS DIREITOS DAS CRIANÇAS	5
2.2.1. PROTEÇÃO SOCIAL E OS DIREITOS DAS CRIANÇAS.....	5
2.2.2. A CRIANÇA COMO SER DE DIREITOS	6
2.3. CONCEITO DE “CRIANÇA EM RISCO”.....	11
3. A VULNERABILIDADE À EXCLUSÃO SOCIAL.....	14
3.1. A CRIANÇA E O SEU DESENVOLVIMENTO	16
3.2. A EXCLUSÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS E AS SUAS CRIANÇAS.....	17
3.3. POLÍTICAS SOCIAIS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA	20
4. A INSTITUCIONALIZAÇÃO	24
4.1. ENQUADRAMENTO LEGAL DAS INSTITUIÇÕES/CENTROS DE ACOLHIMENTO	24
4.2. INSTITUIÇÃO TOTAL – CONSEQUÊNCIAS NA REINSERÇÃO SOCIAL	26
4.3. ESTIGMA E ROTULAGEM COMO PROCESSO SOCIAL	33
5. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO	37
5.1. A CASA DO MENINO JESUS.....	37
5.1.1. ENQUADRAMENTO LEGAL.....	38
5.1.2. FUNCIONAMENTO	39
6. METODOLOGIA	43
6.1. CONSTRUÇÃO DO MODELO DE ANÁLISE	45
6.1.1. GUIÃO DE ENTREVISTA - CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS.....	46
6.2. JUSTIFICAÇÃO DAS ESCOLHAS OPÇÕES METODOLÓGICAS	48
6.3. PROTEÇÃO DE DADOS – QUESTÕES ÉTICAS.....	52
7. CARACTERIZAÇÃO DOS(AS) ENTREVISTADOS(AS)	54
8. CONCLUSÕES GERAIS DAS ENTREVISTAS.....	68
8.1. ANÁLISE DOS DADOS FORNECIDOS PELA INSTITUIÇÃO	69
8.1.1. MOTIVOS QUE LEVARAM À APLICAÇÃO DA MEDIDA DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO	69
8.1.2. PROJETO DE VIDA EM APLICAÇÃO ÀS RESIDENTES NA CASA DO MENINO JESUS.....	70
9. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	71
9.1. GRELHA ANALÍTICA	71

10. A CRIANÇA E O RISCO	72
10.1. MAUS TRATOS	73
10.2. CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS	74
10.3. ABANDONO/ABSENTISMO ESCOLAR.....	74
10.4. COMPORTAMENTOS DESVIANTES	75
11. EXCLUSÃO SOCIAL.....	76
11.1. CARACTERÍSTICAS FAMILIARES	77
11.2. HABILITAÇÕES	79
11.3. SITUAÇÃO PROFISSIONAL.....	80
11.4. UNIDADE FAMILIAR.....	80
11.5. ADAPTAÇÃO À ESCOLA (Escola-amigos).....	81
12. INSTITUCIONALIZAÇÃO	82
12.1. INSTITUIÇÃO TOTAL.....	85
12.2. VINCULAÇÃO POSITIVA - RELAÇÃO INTERPARES - RELACIONAMENTO COM OS ADULTOS	87
12.3. MORTIFICAÇÃO DO <i>SELF</i>	88
12.4. DIREITO À PARTICIPAÇÃO	88
12.5. ANÁLISE DAS NARRATIVAS.....	89
12.6. EXPETATIVAS PARA O FUTURO.....	89
13. CONSIDERAÇÕES FINAIS	91
BIBLIOGRAFIA.....	93
ANEXOS.....	97

Lista de Anexos

ANEXO 1	105
Quadro 1 – Entrada e saída de Processos 2012 - CPCJ Covilhã	106
Quadro 2 – Processos Transitados, Instaurados e Reabertos 2012 – CPCJ Covilhã	106
Quadro 3 – Crianças/Jovens Acompanhadas por escalão etário 2012 – CPCJ Covilhã	106
Quadro 4 – Nº Global Proc por problemática acompanhados em 2010 – CPCJ Covilhã	107
Quadro 5 – Proc. Acomp. por entidade sinalizadora 2012 – CPCJ Covilhã	107
Quadro 6 – Acordos de Promo. e Prot. celebrados por medida 2012 – CPCJ Covilhã	108
ANEXO 2	109
Lei 147/99 – artigo 3º	110
Lei 147/99 – artigo 58º	111
ANEXO 3	112
Respostas Sociais existentes em Portugal para as Crianças e Jovens em Risco	113

ANEXO 4

116

Tipologia de Maus Tratos

117

1. INTRODUÇÃO

A investigação em Ciências Sociais parte no essencial da análise da ação social e das suas consequências estruturais e sistémicas. A finalidade da investigação passa por aprofundar a compreensão que o próprio investigador tem da problemática a investigar.

Este presente estudo tem meramente um carácter exploratório e não pretende extrapolar resultados para uma realidade mais vasta. Este estudo tem como finalidade interpretar as expectativas que as crianças residentes em instituições têm para o seu futuro, bem como, a problemática da Institucionalização partindo então do seu ponto de vista, das suas percepções e das suas representações sociais, o que constitui desde logo um desafio tendo em conta as características da população em análise. O objetivo principal desta dissertação é avaliar as consequências da institucionalização para o futuro das crianças.

O grupo de crianças a estudar (residentes na Casa do Menino Jesus) surge a partir de uma amostra de oportunidade (Woods cit in Tomás,2008) uma vez que foram selecionadas no seguimento de contacto e recomendações fornecidas por informadores qualificados, e também por questões de disponibilidade, por ser a única instituição do género na cidade da Covilhã. Para ser possível este estudo foram solicitadas as autorizações necessárias.

Para que esse objetivo seja concretizado, será necessário usar de objetividade, imparcialidade e fazer sempre uma observação realista do meio social (Cansado, s/d). Convém mencionar que esta unidade de análise não é de todo representativa do que se passa com todas as crianças institucionalizadas existentes.

Será importante então entender e analisar as questões que se levantam no decorrer deste estudo, entre as quais: que interações as crianças mantêm dentro e fora da instituição? Qual o relacionamento das crianças com a sua família? E com a instituição Casa do Menino Jesus? Entre outras questões que foram aparecendo no decorrer deste estudo e com a reproblemática da questão inicial. Para tal foram elaboradas entrevistas semiestruturadas e é através da análise às suas respostas que se tentará entender toda esta problemática e obter respostas às questões que vão surgindo e que abrange a «institucionalização de crianças e jovens».

Nesta dissertação de Mestrado além das entrevistas feitas às crianças institucionalizadas, foram também analisados dados constantes no Diagnóstico Social- Rede Social da Covilhã de 2012, o Relatório Anual da Comissão Nacional das CPCJ, bem como o relatório da CPCJ da Covilhã de 2012, onde se analisam os processos que estão em observação, as alterações sofridas ao longo dos anos, entre outros dados pertinentes para o estudo, além de outros dados que estão disponíveis. É interessante dizer que solicitei à CPCJ da Covilhã, os números e somente os números, das crianças institucionalizadas nesta cidade e o mesmo me foi negado, tendo que recorrer a publicações existentes.

Tendo em conta a premissa que tudo deverá ser feito tendo em conta o superior interesse da criança, deverá então ser dada a oportunidade de expressarem as suas opiniões, as suas ideias, as suas representações, emoções e expectativas em relação às decisões que são tomadas sobre a sua própria vida e o que deverá ser o seu próprio futuro (Cunha, 2004). Daí a conveniência da interrogação sobre aplicação da lei e muito embora esteja previsto na lei a participação da criança em tudo o que diga respeito a si e ao seu futuro, acontecerá na

realidade? Aquando da institucionalização será o superior interesse da criança sempre respeitado? Será a criança auscultada aquando da elaboração do seu Projeto de Vida? Conhecerá a criança o seu Projeto de Vida? Serão as políticas de proteção à criança, consagradas na nossa legislação, aplicadas na sua plenitude?

Ao longo deste estudo iremos com certeza deparar-nos com dificuldades e constrangimentos que será imperioso superar tentando sempre o aperfeiçoamento, a fim de se atingir os objetivos previstos, que é ouvir pela voz das crianças quais as suas expectativas? O que esperam do seu futuro?

Esta Dissertação de Mestrado visa então ouvir a voz das crianças sobre quais as suas expectativas de futuro e a institucionalização. Para se tentar chegar aos objetivos previstos, é necessário entender as problemáticas em análise - crianças em risco, exclusão Social e institucionalização, bem como as dimensões em que se dividem essas problemáticas, que passam respetivamente pela análise dos maus tratos, análise da situação socioeconómica, abandono/insucesso e absentismo escolar, as características familiares (habilitações, situação profissional), a unidade familiar e também a adaptação à escola. Passando também pela análise das características intrínsecas à instituição total, análise da existência dentro da instituição duma vinculação positiva «primary caregiver», relacionamento das crianças com os seus pares e adultos dentro e fora da instituição, se existe uma das características inerentes à institucionalização (instituição total) que é a mortificação do self, será também pertinente entender se será aplicado o direito à participação das crianças nos assuntos que lhes digam diretamente respeito, a análise das narrativas e quais as suas expectativas para o futuro.

Assim sendo e para se atingir os objetivos deste estudo dividiu-se esta Dissertação em 13 capítulos. Na primeira parte deste trabalho, mais precisamente nos capítulos 1,2 e 3 irão ser analisadas as três problemáticas essenciais e já mencionada anteriormente, que são: A criança e o risco, A vulnerabilidade à Exclusão social e a Institucionalização, tentando em cada uma delas elaborar um enquadramento teórico das dimensões em estudo inerentes às problemáticas que se visam analisar.

No capítulo 4 analisaremos a institucionalização, onde se analisa o enquadramento Legal das Instituições, onde se analisa também as características duma Instituição Total, o Estigma e Rotulagem. No seguinte capítulo será analisada a Instituição Casa do Menino Jesus, onde o estudo de caso irá decorrer.

É a partir do ponto 6, que se divide primeiramente na análise da metodologia usada seguida do capítulo 7 onde será elaborada a caracterização das entrevistas.

No ponto 8 far-se-á uma breve explicação das conclusões gerais dos resultados obtidos, onde será exposta uma grelha analítica com as problemáticas e dimensões em estudo.

Nos capítulos 10,11 e 12 serão expostas as análises das respostas às entrevistas tendo em conta as problemáticas e as dimensões em estudo.

Finalmente no ponto 13 serão expostas as considerações finais.

Para concluir este estudo serão constantes desta Dissertação os anexos que de alguma maneira serão pertinentes para o estudo, pois mostrarão dados que complementarão a informação.

2. A CRIANÇA E O RISCO

2.1. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A Sociologia da Infância tem mostrado ao longo dos anos que as crianças são vistas como atores sociais, uma vez que interagem com os restantes indivíduos, com as instituições, interagem com adultos, desenvolvendo estratégias que lhes permitam participar no mundo social. Contudo é necessário encontrar referenciais de análise que permitam conhecer na plenitude estes atores sociais, que são tão desafiantes quer na sua vida pública como na privada (Delgado, 2005).

A investigação com crianças, a nível sociológico é uma realidade recente tanto a nível nacional como a nível internacional. Em Portugal este tipo de investigação tem vindo a crescer exponencialmente contribuindo para esse interesse algumas instituições ligadas essencialmente a Universidades, temos por exemplo o Instituto de Estudos da Criança, que está diretamente ligado com a Universidade do Minho, estabelecendo e trabalhando através de parcerias com outros países a fim de ajudar na colmatação desta lacuna investigativa existente no nosso país (Tomás, 2008).

É necessário efetuar um trabalho, que permita traçar referenciais de análise que nos possibilitem conhecer mais em profundidade, os desafios que as crianças nos propõem como atores sociais.

A família é a base do desenvolvimento pessoal e social, é a referência que permite à criança a obtenção de valores e de padrões sociais. A família é por natureza o suporte de vivências positivas da criança, quando esta se sente amada e protegida. Em oposição, quando a família é disfuncional, torna-se um local preferencial de conflitos de agressividade, de negligência, de maus-tratos que conseqüentemente levam a criança a ser vítima de vivências negativas e que têm repercussões no seu desenvolvimento social e humano (Cansado, s/d).

A exposição da criança ou jovem a situações como por exemplo a situação de abandono, poderá levá-los para vivências em meios marginais, culminando na maioria das vezes com a intervenção das redes formais, como Tribunais e/ou Comissões de Proteção de Crianças e jovens, sendo muitas vezes que a solução encontrada é a da institucionalização do menor, podendo a institucionalização representar uma nova forma de violência. A intervenção das instituições, no seguimento da aplicação das leis emanadas pelo Estado e por conseguinte em vigência, têm como principal intuito a consciencialização de que as normas de vida em sociedade deverão ser aquelas que são aceites como padrão. Devendo então, ser aquelas que são seguidas por todos, evitando assim comportamentos desviantes, evitando assim que os comportamentos desviantes sejam tidos como a «norma» na vida destas crianças. Esse objetivo de incutir nas crianças as normas socialmente aceites, chocará com os próprios contextos que estavam habituadas, bem como com as «normas» que elas sempre vivenciaram. A institucionalização representa um corte significativo nas relações entre as crianças e a sua família. Mesmo que seja uma família que tenha tido algum tipo de comportamento desviante e que a manutenção da criança nesse ambiente traria conseqüências adversas para a mesma, o corte abrupto, o sentimento de abandono, o ser colocado num ambiente diferente aquele a que estava habituado, mesmo que prejudicial era o ambiente que conhecia (idem).

Segundo Carreira (2012), a infância é vista como uma construção social, como uma variável de análise social, que para ser totalmente entendida tem que estar sempre relacionada e ser estudada tendo em conta outras variáveis intrínsecas como o género, a classe social, a etnia, a cultura e as relações que tiveram um papel preponderante na sua infância. As crianças são seres ativos na construção e determinação das suas vidas sociais, bem como do quem os rodeia. Sendo assim, e na perspetiva da autora, uma das metodologias mais adequadas no estudo das crianças é a etnografia, uma vez que permite captar diretamente a «voz» das crianças, que irá de alguma maneira facilitar a sua participação, no que diz respeito à produção de dados sociológicos, metodologia que não será aplicada neste estudo uma vez que existe uma contingência impeditiva, que é a falta de tempo. Tentar-se-á ouvir a voz das crianças através das entrevistas.

Toda esta crescente tomada de consciência da criança como ser, como ator social, não poderá ser dissociada da problemática dos nossos dias, sentida também no nosso país que é a diminuição abrupta da fecundidade. Essa diminuição leva por sua vez a uma diminuição do número de crianças. Em oposição cresce a preocupação relativamente ao cuidado e à sua proteção. Coexistem várias gerações, devido ao aumento da esperança de vida, normalmente as crianças crescem com quatro avós, dois progenitores e cada vez mais os casais têm menos filhos, o que faz com que a crianças sejam um bem raro e precioso e simultaneamente mais estudado. Essa crescente preocupação e estudo mais aprofundado surgem na sequência da também crescente visibilidade social, dos casos de maus tratos, abusos sexuais, negligência, entre outros que perigam o diminuto mundo das crianças (Carreira, 2012).

Nenhuma destas situações se pode desligar das transformações familiares tão frequentes nos nossos dias. O aumento dos divórcios, o conseqüente aumento das famílias recompostas, vêm trazer novos elementos de estudo. A passagem das sociedades industriais e tradicionais para as famílias modernas acarretam uma série de riscos inerentes e com diversas dimensões que passam pelas dimensões políticas, culturais ou económicas. A reflexibilidade veio alterar aquilo que era tido como certo, como princípios da vida em sociedade, o que levou a alterações no próprio quotidiano das famílias, estas alterações são sentidas quer a nível do indivíduo quer a nível do próprio grupo, da sociedade em si (Beck cit in Tomás, 2002). Um dos grandes fenómenos da sociedade moderna é o da globalização sendo que os seus impactos são sentidos a todos os níveis. Apesar de vivermos numa aldeia global que gera a sensação de proximidade entre os indivíduos, sentimos em oposição que as sociedades são cada vez mais individualistas e que o nosso mundo está cada vez mais separado. Nos nossos dias vivem-se situações em que as contradições, as diferenças são cada vez mais notórias. Todas estas características são também vivenciadas na infância (Tomás, 2002).

Nos nossos tempos existem vantagens e desvantagem de se ser criança, segundo o *Relatório da Comissão Europeia sobre os Direitos das Crianças*, vistos por elas próprias de 2011, as crianças afirmaram que ser-se criança na atualidade tem vários aspetos negativos como a falta de respeito por parte do «mundo dos adultos» que passa por essencialmente não serem ouvidas pelos adultos quer em casa, quer na escola, sentem-se muitas vezes discriminados e também a pressão para terem êxito. Muitas das crianças europeias ouvidas neste estudo, são unânimes em afirmar que sentem pressão por parte dos pais para terem sucesso nos estudos e conseqüentemente no futuro, ao terem esta pressão para estudar sentem falta de tempo para socializar. Salientam também a falta de apoio por parte dos pais, devido ao excesso de horas que estes passam a trabalhar.

Neste estudo foi também pedido aos jovens e crianças inquiridas que refletissem sobre quem seriam as pessoas que mais influenciavam as suas vidas, concluindo-se que no topo estavam os pais, a família alargada e os amigos próximos. De seguida são os professores, os treinadores desportivos e os meios de comunicação.

No que diz respeito às vantagens as crianças e os jovens inquiridos foram unânimes em afirmar que a juventude é uma época de divertimento e despreocupação, têm atualmente mais oportunidades de viajar do que no passado, há reconhecimento das redes de apoio à família, dos amigos e apreciam o apoio financeiro proporcionado por uma família estável;

2.2. OS DIREITOS DAS CRIANÇAS

2.2.1. PROTEÇÃO SOCIAL E OS DIREITOS DAS CRIANÇAS

Nos nossos dias e não só em Portugal existem fortes clivagens entre o estado providência e a Sociedade Civil, uma vez que ambos se encontram em profundas mudanças e alterações. Tradicionalmente a sociedade civil no nosso país era tradicionalmente dependente do estado deixando se ser autónomas. Contudo vamos assistindo cada vez mais a um fortalecimento da sociedade civil em detrimento do estado, uma vez que estas estão a tomar a si regulações que anteriormente pertenciam ao estado.

No que diz respeito à área das políticas sociais, que são as que dizem respeito a este estudo, sabe-se que o estado português chama a ele a regulação social, tornando-se forte nessa centralidade contudo é fraco enquanto estado-providência. Essa fraqueza nota-se tanto a nível das suas manifestações mais informais, que passam pelas redes de entreaajuda tendo como pilar a família e a comunidade, chegando até às formas mais complexas e organizadas relacionadas com as instituições particulares de solidariedade social.

Tem sido defendido que as lacunas existentes na atuação do estado português enquanto estado-providência são de alguma maneira compensadas pela atuação de uma forte sociedade civil, forte porque ainda subsistem fortes relações de comunidade, de interconhecimento e de interajuda. Então a pedra basilar assenta essencialmente nas redes de interconhecimento, de reconhecimento mútuo e de entreaajuda, tendo como base as relações de familiaridade e ou de vizinhança. É através destas redes que pequenos grupos sociais trocam bens e serviços numa base de reciprocidade, sendo inúmeros os domínios onde estas redes se manifestam. Contudo e seguindo a opinião dos autores a sociedade-providência não poderá substituir na totalidade o estado-providência, uma vez que têm características distintas, poderão sim complementar-se (Santos, 1992).

No caso específico do nosso país com um modelo fraco de Estado-Providência, são necessárias as ajudas da sociedade civil, na sua mais básica existência - solidariedades primárias - que tentam de alguma maneira colmatar as falhas do inexistente estado-providência principalmente junto dos grupos com maior vulnerabilidade, onde se inserem as crianças (Tomás, 2002).

Uma forma institucional que era inicialmente concebida para apoiar as famílias está agora em sentido oposto a criar um desamparo que apenas serve para fragilizar os seus alicerces, desencorajando a reprodução familiar (Ferrera, 1999).

Houve, segundo a opinião de Costa Esping-Andersen (s/d), várias contingências que levantaram a questão da sustentabilidade do Estado-Providência. O primeiro dever-se-á duma forma muito sucinta, à globalização, sendo que outra está relacionada com várias contingências, que passam pelas mudanças demográficas. O rácio entre contribuintes e beneficiários, o aumento da esperança de vida, a acentuada diminuição da fecundidade, o

emprego, etc. (Andersen, s/d) Outra contingência ou impacto desfavorável à manutenção de um forte estado-providência vem da mudança a nível familiar. Hoje em dia com a necessidade que a mulher tem em trabalhar, é-lhe bastante difícil contornar estes dois fatores trabalho-família.

“Dado que as mulheres hoje atingem um nível educacional igual (e superior) ao dos homens, o preço da oportunidade de ter filhos torna-se muito elevado (se não existirem estruturas de apoio). As novas estruturas familiares «atípicas» (especialmente monoparentais) são, não raramente vulneráveis à pobreza; os elevados gastos com as crianças podem por conseguinte produzir um baixo equilíbrio da fecundidade. Em contrapartida, é possível existirem taxas elevadas do emprego de mulheres com uma forte fecundidade quando, como na Escandinávia, as famílias têm acesso a uma ampla oferta de serviços de guarda de crianças durante o dia. Uma família com dois salários constitui uma barreira contra a pobreza infantil” (Andersen, s/d:14).

É possível distinguir os diferentes regimes de «bem-estar» pela maneira como as responsabilidades sociais são repartidas. Essencialmente estas são repartidas por três setores principais: estado, mercado e família. Na opinião do mesmo autor, qualquer princípio de bem-estar com estratégias realistas “win-win” terá de passar pela satisfação de 3 fatores essenciais: criar emprego; aumentar a fecundidade e por último proteger as famílias com crianças pequenas.

Se assim não acontecer o próprio estado torna-se gerador de exclusão social, criando ou ajudando a desenvolver grupos de risco, essencialmente os que estão fora do mercado de trabalho. O que consequentemente alargará esse risco de exclusão social às suas famílias, às suas crianças.

2.2.2. A CRIANÇA COMO SER DE DIREITOS

É necessário entender a criança como ser de direitos. Têm direito à participação nas decisões sobre problemáticas que lhes digam respeito. Deverá ser visto como sujeito de direito, interessado, participativo e influenciador (Tomás cit in Carreira 2012).

A sociologia da infância tem vindo a desenvolver-se em torno de quatro eixos de pesquisa:

- A Construção social da infância;
- A Participação, que passa pelo direito à cidadania;
- Os Contextos da Vida Diária;
- As infâncias caracterizadas pelas situações de perigo.

No que diz respeito à construção social da infância, esta é entendida como sendo um ator social com competências. Também a infância é compreendida como uma construção social. Pegando nestes conceitos é então indispensável a consciencialização da sociedade para entender as crianças enquanto sujeitos de direitos participativos, devendo os adultos ser

promotores da importância de incentivar e construir espaços de cidadania para as suas crianças.

O segundo eixo está intimamente relacionado com o eixo anterior, neste eixo a criança é entendida como um ser dotado de *agência* na comunidade, sendo a criança vista como ator social com competências e capacidades de se interpretar a si próprio e aos outros, bem como à sociedade. Desempenha também papéis que os adultos esperam quem ela desempenhe.

No terceiro eixo, que está diretamente ligado aos contextos da vida diária, inclui as pesquisas sobre utilização das novas tecnologias pelas crianças sobretudo os meios de comunicação em massa e da internet. Este eixo está diretamente ligado com a criança da pós-modernidade.

O quarto eixo está relacionado com o lado mais negativo da vida familiar. O que no nosso país se torna um pouco ambíguo uma vez que fomos dos primeiros países a ratificar a Convenção dos Direitos das Crianças e por outro lado continuam a acontecer diariamente, situações graves de maus tratos físicos, pobreza infantil, exploração laboral, abandono escolar (Carreira, 2012).

Milhares de crianças morrem anualmente de doenças curáveis (Unicef cit in Tomás, 2002), outros milhares são vítimas de maus tratos, abusos, negligência, pobreza, exclusão, extermínio, entre outras formas de violência para com as crianças. No outro lado da linha temos uma cultura de impunidade em que os interesses económicos são mais valorizados do que determinados interesses que estão até acima da lei, isto acontece tanto em Portugal como no resto do mundo. A maioria das crianças que se encontram nas situações anteriormente descritas, são, na sua grande maioria oriundas de famílias com baixos rendimentos e que por essa razão se encontram nas classes sociais mais baixas, contudo não podemos esquecer que acontecem maus tratos em todas as classes, apenas a visibilidade desses maus tratos é diferente (Tomás, 2002).

Na opinião de Sílvia Portugal não existem políticas efetivas de família em Portugal, independentemente de estarem consagradas na Constituição. No que diz respeito à governação os artigos 67º e 68º nunca foram concretizados. Nem o poder público, nem a sociedade civil em Portugal têm meios para as levar, na sua plenitude, a bom porto. Existem, até no que diz respeito às leis de proteção, algumas incongruências. A família ainda é vista como um alicerce, é um alvo favorito dos discursos da área social, contudo a nível legislativo a sua importância é diminuta. Houve, realmente ao longo destes últimos anos, um crescer do interesse na fundamentação da proteção à família, contudo na sua grande maioria infrutífera (Portugal, 2002).

Há uma incongruência entre o discurso político e a efetividade da criação legislativa, sendo esta legislação escassa e a sua abrangência baixa. Outra incongruência é o que está relacionado com o discurso sobre a família e aquilo que é a realidade familiar. Tanto a nível de discurso político como a nível legislativo a ideia de família é muito conservadora, não contemplando as mudanças por ela sofrida. Porém apesar de tudo, a família continua a ser um pilar essencial nas sociedades modernas, sendo também essencial para uma boa estabilização emocional dos seus membros (*idem*).

O fenómeno da violência bem como as situações de maus-tratos na própria família não são situações dos nossos dias, contudo apenas há alguns anos começou a ter visibilidade (Cansado, s/d). Não foi fácil o alcance de visibilidade da criança maltratada. As primeiras referências às possíveis situações de maus tratos, foram publicadas durante o século XIX (Almeida et al, 1999). O primeiro artigo foi publicado em 1869 pelo médico legista Tardieu, baseando-se no resultado de autópsias feitas a crianças de tenra idade, vítimas de morte violenta. A

emergente preocupação e cuidados com a infância surge de uma forma definitiva nos finais do século XIX, tendo em conta as mudanças que se verificaram após a Revolução Industrial, apesar de ainda acontecerem casos pontuais de infanticídio, nomeadamente, com os filhos ilegítimos.

Apesar da crescente preocupação com a infância aquela Revolução faz emergir um novo problema social: a exploração do trabalho infantil, principalmente entre as camadas mais pobres da população.

No final da I Guerra Mundial foi aprovada, a Carta da União Internacional de Proteção à Infância - a Declaração de Genebra. Apesar de todas estas mudanças é nos finais da II Guerra Mundial, que se denota um impulso mais significativo à evolução desta problemática. Para isso foi de grande importância a criação de vários organismos, entre os quais o Fundo das Nações Unidas para a Infância, normalmente conhecida por UNICEF, em 1946 (Soares, s/d).

Em 1959 a Assembleia Geral das Nações Unidas aprovou a Declaração Universal dos Direitos da Criança. Em 1961 o Presidente da Associação Americana de Pediatria diagnosticou e apresenta num congresso a «*Síndrome da Criança Batida*», esta síndrome é definida como «*uma situação em que crianças pequenas receberam agressões físicas graves, geralmente provocadas pelos pais ou substitutos*» (Almeida et al, 1999:98).

Em 1989 é aprovada a Convenção dos direitos da Criança, esta convenção tem a particularidade de ter carácter vinculativo, marcando assim um grande passo (idem).

Tem sido difícil a consciencialização da sociedade acerca dos direitos da criança, uma vez que a diversidade cultural entre outras permite de alguma maneira diferentes interpretações do que são efetivamente esses direitos. Foi difícil o entendimento, de que os direitos dos pais são limitados e de que o Estado tem um papel a assumir no que diz respeito à Proteção da criança, se tal for necessário, nos casos em que os pais não desempenham o seu papel de protetores (Soares, s/d).

Na atualidade e num contexto de mundo global, deparamo-nos diariamente com vários desafios, porém um dos mais importantes, contudo talvez um dos mais difíceis é o de garantir que através de todos os instrumentos ao nosso dispor, possamos garantir da melhor maneira possível que as nossas crianças sejam protegidas, chamando também a atenção dessas violências através dos instrumentos globais que estão diariamente ao nosso alcance (Tomás, 2002).

Fazendo uma breve retrospectiva histórica acerca dos Direitos das Crianças, Portugal foi um dos primeiros países a aprovar uma Lei de Proteção à Infância em 1911 apesar da redação da Lei de Proteção à Infância, ser datada de 27 de Maio de 1911, só veio a ser regulamentada com a introdução de alterações pelo Decreto-lei n.º 10767 de 15 de Maio de 1925. Todavia foi considerada como um dos primeiros decretos da República Portuguesa a lutar a favor da *regeneração da família portuguesa*¹. Chamando a atenção no seu preâmbulo para a indiferença que existia, até então perante as crianças desprotegidas *o número de crianças miseráveis, expostas, abandonadas é de cálculo difícil, à falta de estatísticas*. (Lei de Proteção à Criança, 1911:1316) Foi efetivamente o primeiro passo para a criação de legislação que apoiasse e combatesse a desproteção infantil *da criança sai o homem, como da aurora sai o dia (idem:1317)*. O Estado chamava a si, a responsabilidade sobre as crianças ao nível da sua educação, formação e desenvolvimento social.

¹ Lei de Proteção à Criança de 27 de Maio de 1911

Porém, é somente nas décadas de 80 e 90, que se verifica o surgimento de políticas sociais, reforçando o Estado, através da sua intervenção direta, os processos de socialização infantil (Cansado, s/d).

As últimas décadas do século passado revelaram uma crescente preocupação com a situação da infância. Assim e tendo em conta a conjuntura sociopolítica, no ano de 1999 verificou-se uma nova reforma do direito de menores em Portugal. A Lei n.º 147/99 de 1 de Setembro, veio regulamentar uma nova abordagem à proteção e promoção da situação da criança e jovem em perigo, sendo alargado o universo que abrange as de situações de perigo das crianças e jovens.

As crianças são efetivamente indivíduos com alguma vulnerabilidade inerente, que está diretamente ligada com a dependência relativamente aos adultos.

É necessário compreender que as crianças não têm apenas necessidades, também têm direitos. As crianças têm direito à *Provisão*, à *Proteção* e à *Participação*, que se caracterizam pelo seguinte:

- Direito à Provisão - Onde são reconhecidos os direitos sociais essenciais que passam pelo direito aos cuidados de saúde, direito à educação, à segurança social, aos cuidados físicos, à vida familiar, ao recreio e cultura;
- Direito à Proteção - onde são reconhecidos os direitos que as crianças têm relativamente à proteção contra à discriminação, ao abuso físico e sexual, à exploração, à injustiça e ao conflito;
- Direito à Participação - Onde são reconhecidos os direitos que as crianças têm, passando pelo mais elementar como o direito a um nome a uma identidade, até ao mais complexo e muitas vezes descurado, que é o direito que a criança tem de ser consultada e ouvida, o direito que tem à informação, à liberdade de exprimir as suas opiniões e ao direito inalienável que tem de tomar decisões (Cansado, s/d).

Terá a criança mesmo direito à Participação nas decisões que dizem respeito à sua vida, às suas problemáticas, aos Projetos de Vida para o seu futuro?» Apesar de vivido no presente só adquire significado no futuro» (Soares cit in Carreira 2012).

As crianças têm também um conjunto de Direitos Pessoais e Direitos Sociais, que se caracterizam pelo seguinte:

- Os Direitos Pessoais passam pelos direitos mais basilares como o direito à vida, à sobrevivência, entre outros. Esses direitos são diariamente ignorados, porém com maior visibilidade social, visibilidade essa que pode até servir de meio de prevenção.
- Quanto aos Direitos Sociais, estes estão diretamente relacionados com a assistência social, com o direito de proporcionar à criança todos os benefícios sociais que lhes permita um desenvolvimento adequado e um futuro evitando os riscos, a vulnerabilidade à exclusão social através da sua inserção Social. Também este direito, ao deparar-se com as condicionantes da sociedade, encontra entraves, muitas vezes difíceis de contornar (idem).

O direito que a criança tem à assistência social encontra mais uma vez eco no art. 39º, quando se pretende a promoção de medidas de recuperação física e psicológica e a reintegração social das crianças. As evidências empíricas têm vindo a demonstrar que as repercussões no desenvolvimento de crianças envolvidas em situações de risco devem ser acauteladas, devido aos efeitos nefastos trazidos nas condutas futuras de tais crianças, assumindo uma importância vital na qualidade que se pretende que as gerações futuras tenham, na medida em que, algumas investigações têm demonstrado que crianças vítimas de violência, poderão facilmente assumir o papel de vitimizadoras, alimentando assim ciclos geracionais de violência (idem, ibidem).

Como já foi referido anteriormente, vários foram os documentos que, acompanhando a evolução dos tempos e suas alterações sociais, económicas, bem como políticas verificadas com o decorrer dos anos procuravam regulamentar a legislação de proteção às crianças e jovens em perigo, visando minorar este tipo de situações.

Na década de 90 verifica-se o surgimento de políticas sociais com vista à proteção e acompanhamento das situações de infância e juventude. Em 1990, Portugal ratifica a Convenção dos Direitos da Criança e em 1991 são criadas as Comissões de Proteção de Menores; em 1995 é extinta a Direção Geral dos Serviços Tutelares de Menores que dá lugar ao Instituto de Reinserção Social. Em 1999, verifica-se a última grande Reforma do Direito de Menores, com a redação do diploma legal de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo, a Lei 147/99 de 1 de setembro.

Assim, os princípios orientadores da Intervenção segundo o art. 4º da Lei de Proteção de Crianças e Jovens em Perigo são os seguintes:

- *Interesse Superior da Criança* - A intervenção deve atender prioritariamente aos interesses e direitos da criança e do jovem, sem prejuízo da consideração que for devida a outros interesses legítimos no âmbito da pluralidade dos interesses presentes no caso concreto;
- *Privacidade* - A promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem deve ser efetuada no respeito pela intimidade, direito à imagem e reserva da sua vida privada;
- *Intervenção precoce* - A intervenção deve ser efetuada logo que a situação de perigo seja conhecida;
- *Intervenção mínima* - A intervenção deve ser exercida exclusivamente pelas entidades e instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos e à proteção da criança e do jovem em perigo;
- *Proporcionalidade e atualidade* - A intervenção deve ser a necessária e a adequada à situação de perigo em que a criança ou o jovem se encontram no momento em que a decisão é tomada e só pode interferir na sua vida e na da sua família na medida do que for estritamente necessário a essa finalidade;
- *Responsabilidade parental* - A intervenção deve ser efetuada de modo que os pais assumam os seus deveres para com a criança e o jovem;

- *Prevalência da família* - Na promoção de direitos e na proteção da criança e do jovem deve ser dada prevalência às medidas que os integrem na sua família ou que promovam a sua adoção;
- *Obrigatoriedade da Informação* - a criança e o jovem, os pais, o representante legal ou a pessoa que tenha a sua guarda de facto têm direito a ser informados dos seus direitos, dos motivos que determinaram a intervenção e da forma como esta se processa;
- *Audição obrigatória e participação* - a criança e o jovem, em separado ou na companhia dos pais ou de pessoa por si escolhida, bem como os pais, representante legal ou pessoa que tenha a sua guarda de facto, têm direito a ser ouvidos e a participar nos atos e na definição da medida de promoção dos direitos e de proteção;
- *Subsidiariedade* - A intervenção deve ser efetuada sucessivamente pelas entidades com competência em matéria da infância e juventude, pelas comissões de proteção de crianças e jovens e, em última instância, pelos tribunais.

2.3. CONCEITO DE “CRIANÇA EM RISCO”

A evolução histórica dos maus tratos às crianças e após leitura de vários documentos, leva-nos à conclusão de que só a partir da publicação do artigo «*battered child syndrome*» numa revista de medicina, se dá o efetivo arranque do interesse científico por esta problemática. Nos anos 70 a investigação centrava-se nas manifestações físicas de maus tratos, analisando as marcas, as sequelas daquelas agressões. Na década seguinte, denota-se uma continuação do interesse pelos maus tratos que deixam marcas físicas, muito embora se comece a dar importância aos maus tratos psicológicos e à negligência (Calheiros, 2000).

Apesar do conceito de maltrato apenas surgir nos finais do século XIX nos Estados Unidos, é após a primeira guerra mundial que a Europa e a comunidade internacional começam a dar-se conta para a necessidade de proteger as suas crianças. É assim neste contexto que começam a surgir e a serem definidos quais os serviços que daí em diante passarão a ser responsáveis pela levada a cabo de uma intervenção mais específica desta problemática, passando por serviços médicos, serviços sociais, serviços psicológicos e por fim serviços jurídicos (idem).

Sendo que as definições mais técnicas sobre a problemática estão sempre ligadas aos objetivos institucionais, bem como às funções e aos contextos dos diferentes técnicos envolvidos, foram criadas quatro perspetivas teóricas sobre a definição da criança maltratada. O conceito de maus tratos é variável, não é uma premissa, é uma verdade relativa uma vez que está relacionada com diferentes padrões que representam por sua vez diferentes abordagens do que será essencial para a criança e por outro lado prejudicará.

O conceito de maus tratos está associado aos objetivos institucionais, aos próprios contextos e às funções dos técnicos envolvidos na problemática. Foram então estabelecidas quatro diferentes perspetivas, para a definição do conceito de maus tratos (idem, ibidem):

- Perspetiva Médica - Sempre relacionada com o diagnóstico, estando o mau trato associado a patologias sofridas pelos progenitores, sendo estas patologias passíveis de tratamento.
- Perspetiva Sociológica - Surge como uma crítica à perspetiva anterior. Para os sociólogos, a centralidade desta problemática passa pelo entendimento que o mau trato, bem como a negligência, irão levar a um julgamento por parte da sociedade, implicando a existência de um contexto. Passa então pela importância que é dada às práticas parentais e à responsabilidade que é atribuída aos profissionais para decidirem quando os comportamentos são ou não de risco e serem por isso alvo de intervenção. Esse entendimento de risco levará a uma rotulação dos mesmos como pais maltratantes pela comunidade onde estão envolvidos, e posterior criação de um estigma (que será abordada no ponto 5 desta Dissertação). É então importante que os profissionais e a comunidade em geral questionem quais os tipos de maus tratos que devem ser considerados aceitáveis e inaceitáveis. Assim sendo devemos distinguir quais são então os maus tratos e atos de negligência, inapropriados, pelas normas que estão normalmente instituídas dentro da comunidade. Nesta perspetiva tanto a opinião pública, como a opinião dos técnicos envolvidos são importantes na classificação da inaceitabilidade de tais atos. Separando-se assim da explicação dos maus tratos como sendo resultado de uma patologia, carregando para a sociedade o entendimento e a classificação desse mesmo ato.
- Perspetiva Jurídica - Esta perspetiva remete-nos para a dimensão legal, sendo o seu objetivo principal a demarcação de modelos claros em relação a esses atos. Analisando e classificando aqueles que por se afastarem dos modelos instituídos, necessitam de intervenção judicial.
- Perspetiva Psicológica - Nesta perspetiva os atos de maus tratos e negligência estão relacionados com o julgamento dos comportamentos parentais e também as consequências que esses atos têm para as crianças, em diferentes dimensões.

A imensidão de literatura existente sobre a temática, relaciona as diferentes e as diferentes investigações sobre a temática maus tratos e da negligência, situações que possivelmente levarão à vulnerabilidade ao risco. Por exemplo a inexistência de instituições comunitárias faz com que as crianças não as frequentem, o que conseqüentemente sua vez faz com que as crianças estejam mais desprotegidas e por essa razão são essas mesmas crianças que são em maior número referenciadas pelos técnicos das CPCJ (idem, ibidem).

A invisibilidade é homóloga da exclusão, sendo que as crianças são o grupo geracional mais afetado pelas desigualdades sociais. São então as mais afetadas pela pobreza, pelas desigualdades sociais e pelas lacunas das políticas públicas. Uma condição de acesso ao futuro e respetivo acesso à cidadania passa também pela passagem dos anos, mas também a frequência da instituição que tem a missão de preparar essa mesma cidadania, que é a escola, apesar das suas fragilidades. Mas até aqui há diferenças, pois nem todas as crianças do mundo têm os mesmos acessos, mesmo sendo este um direito universal (UNICEF cit in Sarmento, 2007).

Uma das maiores marcas do direito que as crianças têm à cidadania foi a aprovação dos «direitos das Crianças». A Convenção dos Direitos da Criança, assim como toda a legislação, bem como os instrumentos jurídicos foram uma das maiores marcas de cidadania e um indicador de reconhecimento das suas capacidades de participação. Num mundo cada vez mais complexo faz todo o sentido procurar-se o reconhecimento recíproco entre os diferentes atores sociais (idem).

3. A VULNERABILIDADE À EXCLUSÃO SOCIAL

Segundo Dubar, a exclusão social deverá ser considerada como uma construção social, ou seja como um produto histórico de ferramentas sociais e não deverá ser vista como um «estádio» resultante das qualidades, dos atributos quer sejam eles individuais ou coletivos (Dubar cit in Mucha, s/d).

Para Xiberras todas as formas de exclusão que existem resultam numa «ruptura objetiva dos laços sociais entre pessoas e/ou grupos, em simultâneo com uma ruptura subjetiva de vínculo simbólico que é o garante da coesão interindividual e intergrupala» (Xiberras cit in Mucha et al, s/d:3).

As crianças e jovens em risco, são segundo Capucha, uma das categorias sociais mais vulneráveis à pobreza e à exclusão social, destacando-se essencialmente aqueles que, devido às suas origens socioeconómicas, aos processos de sociabilidade vividos, se encontram numa situação limite. Para as crianças e jovens nas sociedades contemporâneas o risco apresenta-se tanto a nível material como relacional (Capucha, 2005).

Se a criança ou jovem está abandonado, entregue a si próprio na rua ou institucionalizado, se sofre maus tratos de ordem física, psicológica ou sexual, se não recebe os cuidados inerentes à sua necessidade e idade, quando se vê obrigado a desempenhar tarefas profissionais não condizentes com a sua idade ou que ponham em causa a sua segurança, se tem comportamentos que afetam a sua saúde, desenvolvimento, formação, equilíbrio emocional, para Luís Capucha, estes jovens ou crianças vivem em situação de risco (idem).

Segundo o Relatório Anual de Avaliação das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de 2011, pudemos aferir que as CPCJ acompanharam em 2011 um total de 67.941 processos, sendo menos 359 processos do que aqueles acompanhados em 2010. Esta diminuição merece destaque, pois é a primeira vez que tal acontece desde o ano de 2006. Para isso contribuiu a diminuição do número de processos transitados.

Da totalidade processual 31.232 processos foram arquivados, a maioria, após o início da intervenção das CPCJ. Subtraindo o total de processos arquivados ao total de processos seguidos, constatou-se que transitaram para o ano de 2012, na situação de processos ativos, 36.709 processos (mais 3910 processos que em 2010).

Em 2011, as CPCJ acompanharam 67.941 crianças ou jovens, das quais 62.979 foram qualificadas em função do género e da idade.

O escalão etário dos 11 aos 14 anos foi o que assinalou o maior número de crianças e jovens assistidos, seguido pelos escalões dos 0 aos 5, 6 aos 10, e 15 aos 21 anos.

Considerando apenas as crianças com processos instaurados é o escalão dos 0 aos 5 anos o mais representativo, seguem-se, por ordem decrescente, os escalões etários dos 11 aos 14, 6 aos 10 e 15 aos 18 anos. Das 67.941 crianças acompanhadas, as CPCJ identificaram 824 (1,2% do total) em situação de deficiência.

No que respeita às crianças em idade escolar, 91,9% frequenta o 2º ciclo do ensino básico e 8,1% ainda não concluiu o 1º ciclo do ensino básico. No que diz respeito aos jovens com idades entre os 15 e os 21 anos, um terço ainda não completou sequer o 3º ciclo.

Em 2011, as situações de perigo mais identificadas nos processos acompanhados foram as seguintes situações:

- Negligência;
- Exposição a comportamentos desviantes;
- Abandono/absentismo/insucesso escolar;
- Maus-tratos psicológicos, abuso emocional;
- Por último os maus-tratos físicos.

Em setembro de 2011, através da introdução de novos modelos, de novas categorias das situações de perigo facilitou a obtenção de dados mais fidedignos relativamente aos processos instaurados. Permitindo assim a obtenção de dados mais precisos sobre a realidade que cada categoria abarca.

Fornecendo ainda o relatório das CPCJ, os seguintes dados no que diz respeito à negligência e a exposição de menores a situações de risco:

- Negligência 42,1% (193) dos casos, respeitam à falta de supervisão e acompanhamento familiar; 19,2% (88) a negligência ao nível da saúde; 17,0% (78) a negligência ao nível Educativo; 12,4% (57) a negligência ao nível psicoafectivo e por último 9,2% (42) a negligência face a comportamentos da criança ou jovem.
- A exposição do menor a comportamentos que possam comprometer o bem-estar e desenvolvimento verifica-se que 97,9% são inerentes a situações de violência doméstica, 1,1% a consumo de estupefacientes e 1% ao consumo de álcool.

No decurso dos vários momentos relevantes do processo, que passa pela audição, celebração de acordo e assinatura do mesmo, no seguimento do estipulado na Lei de Proteção 147/99, estão presentes os pais e as crianças (entre os 7 e os 12 anos) bem como o gestor de caso, se designado, porém e em contradição do previsto na lei, a informação mencionada neste relatório, mostra que as crianças estiveram presentes com muito menor frequência nos momentos de audição.

As entidades com maior número de comunicações de situações de perigo às Comissões são:

- Os Estabelecimentos de Ensino, as autoridades policiais, os pais/cuidadores, outras CPCJ, os Estabelecimentos de Saúde.

A grande maioria, ou seja 89,7%, das medidas aplicadas pelas CPCJ mantém a criança em meio natural de vida, enquanto as medidas de colocação representam apenas 10,3% do total de medidas.

As medidas mais aplicadas foram as seguintes:

- O apoio junto dos pais (foi a medida mais aplicada), apoio junto de outros familiares, acolhimento institucional, confiança a pessoa idónea, apoio para a autonomia de vida, acolhimento familiar.

A medida de acolhimento institucional aumentou ligeiramente a sua expressão percentual no universo de medidas aplicadas, quer quando tomamos em consideração o volume processual global, quer quando tomamos em consideração os processos instaurados. Sendo essencialmente esta medida que nos interessa analisar para a elaboração desta Dissertação.

Deixando de lado a análise do Relatório Nacional das CPCJ, vamos observar os dados concretos da localidade onde está instalada a Casa do Menino Jesus, analisando para esse efeito a informação constante do Diagnóstico Social da Covilhã - Rede Social da Covilhã de 2012, e analisando o Relatório Anual de Atividade 2012 de Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco - da Covilhã, verifica-se então que entraram 135 processos, sendo que destes 47 transitaram do ano de 2011. Foram também instaurados 60 processos e reabertos 30. Foram arquivados 42 processos na sua fase preliminar. Isto acontece quando foi recebida a sinalização de uma criança e após análise da situação decidiu-se pela abertura ou reabertura do processo ou pelo arquivamento do caso (este arquivamento apenas se verifica quando não se manifestou necessidade de intervenção). Estes dados principais poder-se-ão analisar nos quadros no Anexo 1 (pg 106 a 108).

Após a observação destes dados podemos anuir como tendo havido uma redução dos processos transitados de 2012 para 2013. Houve também um aumento de processos arquivados em fase pós-preliminar, tendo em conta que o motivo de arquivamento foi o facto de não subsistir perigo para a criança e/ou jovem, contudo haverá sempre uma grande preocupação com as crianças acompanhadas pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens da Covilhã.

3.1. A CRIANÇA E O SEU DESENVOLVIMENTO

No entender de Pinhel et all (2009) e no seguimento dos estudos de Bowlby, a saúde mental do indivíduo encontra o seu enraizamento nos cuidados que recebe por parte dos seus pais, nos seus primeiros anos de vida, sendo estes essenciais para o delinear das suas trajetórias futuras. Uma relação com estas características positivas promove uma vinculação segura, um desenvolvimento positivo, então é definida como um sistema de comportamentos inatos de aproximação da criança à figura cuidadora, adquirindo assim a proteção que precisa. A aproximação do bebé às figuras cuidadoras no sentido de adquirir a proteção de que necessita é inata à natureza humana. Isto resulta de uma propensão inata e biológica para o desenvolvimento de laços objetivos. Assim sendo as crianças que crescem em ambientes familiares com sólidas bases, com pais afetivos, constituem-se e são vistas pelas crianças como figuras acessíveis a quem podem recorrer sempre que necessário. Em oposição temos aquelas que crescem em ambientes adversos, que possuem pais indisponíveis e até abusivos (Bowlby cit. In Pinhel, 2009).

Desde que nasce, a criança manifesta um apego ao progenitor e este, normalmente por sua vez corresponde. À medida que a criança cresce são variados os comportamentos que confirmam uma proximidade que é única. A aproximação do bebé às figuras cuidadoras no sentido de adquirir a proteção de que necessita é inata à própria natureza humana. Isto

resulta de uma propensão, mais uma vez, inata e biológica para o desenvolvimento de laços afetivos (idem).

Essa proteção, esse apego, essa proximidade, muitas vezes não é desencadeada, por distintos motivos. Temos então situações tipo de famílias com vulnerabilidades como por exemplo o caso das famílias monoparentais, em maior número até o respeitante às famílias monoparentais femininas. No que diz respeito à escolaridade, a grande maioria das famílias tem apenas o 1º ciclo do ensino primário, havendo até aqueles que mal sabem ler e escrever, acompanhando esta variável, temos a do emprego instável - muitos dos membros da família têm empregos instáveis e alguns são beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido. Tendo em conta todas estas condicionantes, a grande maioria destas crianças, já passaram fome, já viveram em situação de sem abrigo e em situação de mendicidade, antes de serem institucionalizadas (Capucha, 2005).

A adoção é, muitas vezes, o culminar de um período de privação prematura. Através da adoção as crianças terão contacto com um mundo de cuidados, de que foram privadas. Na recuperação física sofrida pelas crianças pós-institucionalização existem marcas sociais e emocionais que persistirão durante muito tempo e que aumentam muitas vezes e em muitas crianças. As crianças pós-institucionalizadas correm risco de desenvolver situações de dificuldades relacionais, bem como, interrelacionais (Tarullo et al 2007).

Mesmo que durante a institucionalização, estas crianças tenham sido bem tratadas, muitas delas demonstram problemas de sociabilidade, o que mostra a importância da falta de um pilar, de um «primary caregiver» responsável (idem).

3.2. A EXCLUSÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS E AS SUAS CRIANÇAS

Na opinião de Robert Castel (cit in Costa, 1998), o conceito de exclusão social é definido pelo processo de marginalização, que poderá ser visto e compreendido como sendo um percurso de sentido descendente e que durante esse percurso se depara com sucessivas ruturas na sua relação com a sociedade. Uma das ruturas é aquela que está ligada com o mercado de trabalho, a que está relacionada com a relação indivíduo - trabalho. Dá-se então esta rutura quando se dá a situação de desemprego, sendo essa rutura mais profunda quanto o tempo de permanência nessa situação de desemprego. Porém a fase mais extrema de exclusão é a que advém não só com a rutura com o mundo do trabalho mas quando essa rutura atinge a vida social do indivíduo. Quando essa rutura acontece nas suas redes familiares, afetivas e de amizade.

Um ponto importante de reter é que a pobreza nem sempre origina exclusão social. Existem situações de pobres, sendo este exemplo mais visível em meio rural, existem por exemplo pobres em meio rural que não vivem em situação de exclusão social «Pobreza e exclusão social são realidades diferentes e que nem sempre coexistem» (Costa, 1998:10).

As famílias das crianças e jovens em risco e em análise nas CPCJ têm normalmente características próprias. São essencialmente famílias com processos de negligência, situação de perigo variado, maus tratos tanto físicos como psicológicos e também de absentismo escolar, essas famílias com processos instaurados pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, têm então características particulares e evidenciam vulnerabilidade ao risco, vulnerabilidade à exclusão social (Capucha, 2005).

Segundo Luís Capucha e uma vez que os casos de risco em crianças e jovens está diretamente relacionado com famílias em situação de vulnerabilidade e exclusão, há que ter em conta e analisar que tipo de vulnerabilidades a que estas famílias estão expostas e quais os tipos de problemáticas que lhe são relacionadas.

Existem famílias que a fim de colmatar os seus poucos recursos económicos, colocam as suas crianças a trabalhar precocemente, vistas como um meio de subsistência. Neste corte com a normalidade do crescimento, ou seja com o direito a brincar a crescer de maneira saudável tanto física como psicologicamente, passa então a criança a ser tratada como um adulto em ponto pequeno e não como a criança que realmente é. Essa situação anómala fará com que a criança saia desta situação, com grandes probabilidades a desenvolver situações traumáticas. Estas situações de tolerância ao trabalho infantil tenderão a repercutir-se no futuro, auxiliando assim na reprodução das mesmas, causando pobreza e maus tratos intergeracionais (Capucha, 2005).

O sofrimento da criança vai colocá-la numa situação de desconfiança e de isolamento. Não podemos esquecer que as crianças são indivíduos estruturalmente dependentes tendo porém os seus próprios direitos, todavia não os podem exercer sozinhas, precisando da proteção e dos cuidados dos pais ou de outros adultos que exerçam o papel parental. Todavia quando aqueles não existem, ou quando se encontram socialmente vulneráveis, como é o caso das situações familiares em situação de exclusão social, é à sociedade que cabe tomar a seu cargo essa proteção através das instituições (Santos, 2010).

O abandono infantil, bem como todas as outras formas de maus tratos, terão graves repercussões no total desenvolvimento da criança, uma vez que é um fenómeno complexo, negando um direito fundamental que é a família, a proteção que lhe deveria ser inerente nos primeiros anos de vida (Santos cit in Mucha, s/d). Bem como outros tipos de maus tratos poderão deixar marcas profundas e difíceis de superar (Mucha et all s/d).

A crescente tomada de consciência da falta de proteção às crianças colocando-as em situações de vulnerabilidade ao risco acontece quando há um ou a junção de alguns fatores como a *impossibilidade*, o *incumprimento* ou a *inadequação* de exercer os deveres a que ela tem direito. A *impossibilidade* passa pela orfandade, pela detenção ou doença incapacitante de ambos os progenitores; o *incumprimento* dos deveres de proteção da criança passa pelo não reconhecimento da paternidade ou maternidade por parte de um adulto ou o abandono completo da criança; o *inadequado* cumprimento dos deveres de proteção da criança passa pelos maus tratos físicos e/ou psicológicos, negligência e abusos sexuais. Mais uma vez a institucionalização é uma das respostas encontradas pela sociedade, para atenuar as falhas anteriormente mencionadas (Magalhães, 2012).

Por solicitação da Assembleia da República ao Centro de Estudos Judiciários, foi elaborado um estudo, em 1994, com o intuito de ser feito um levantamento fidedigno sobre a problemática dos maus tratos a crianças em Portugal, tendo sido um estudo multidisciplinar. Tendo sido utilizado como unidade de análise a família e o meio sociofamiliar da criança. Serviu também para ser elaborada a contextualização do conceito de mau trato (vide Anexo 3), conseguindo-se assim um contributo novo para a caracterização deste fenómeno.

As diferentes modalidades de maus tratos não são distribuídas socialmente ao acaso, associando-se a variáveis externas, algumas de natureza sociológica. O contexto social que envolve a família da criança parece influenciar, contribuir para a definição de mau trato e consequentemente em que tipologia, este se insere (Almeida, et all, 1999).

Foi elaborado então um estudo onde se concluiu, que os maus tratos que envolvem contacto físico tendem a estar ligados às classes populares - *agressão física com sequelas, intoxicação,*

abuso sexual, trabalho abusivo, ausência de cuidados básicos, ausência de guarda. Quanto aos maus tratos que envolvem palavras, emoções, afetos parecem estar ligados às classes mais favorecidas - *abuso emocional com agressão física, ausência de guarda.*

As autoras do estudo, contudo, chamam a atenção para um aspeto, porque destoa da norma e foge à regra, que são umas novas formas de constituição familiar, com características minoritárias, passam pelas famílias simples - monoparentais e ou recompostas (como já tínhamos falado anteriormente). Este tipo de constituição familiar entra mais facilmente dentro da mira coletiva e do olhar moralizador da comunidade, uma vez que foge à normalidade cultural, sendo então à partida a visibilidade desta diferença um incentivo ao exercício de vigilância por parte dos outros, nomeadamente sobre o tratamento que nelas está reservado às crianças. As famílias nucleares estão sem dúvida, bem mais resguardadas deste olhar de fora: é preciso que o mau trato assuma níveis mais brutais para ser descoberto e reconhecido como tal (Almeida, et al, 1999).

É importante tentar entender a problemática inerente ao comportamento de risco em crianças e jovens, a forma como tais comportamentos se desenvolvem juntamente com as suas consequências, que poderão ser manifestadas das mais diversas formas - delinquência, toxicoddependência, marginalidade, através da agressividade para com os seus pares, entre muitos outros, é certo que nem todas as crianças nascem com as mesmas hipóteses e oportunidades, mas cabe à sociedade em geral ajudá-las a superar essas suas diferenças.

O combate à exclusão social apresenta-se como um processo em constante dinâmica. Tem como finalidade absoluta a integração plena do indivíduo, resultando da inclusão que é facultada pelas possibilidades criadas pela sociedade, mais a inserção feita pela vontade e competência do próprio indivíduo. Todavia existem vários entendimentos do conceito de exclusão social. Temos por um lado as correntes anglo-saxónicas que analisam a exclusão social em termos de cidadania, o não acesso aos direitos políticos e sociais dos cidadãos e a francófona, que por sua vez considera a exclusão como uma quebra de laços sociais (desafiliação), onde a relação com o estado, trabalho, comunidade ou família é fraturada (Capucha, 2005).

Na perspetiva de Luís Capucha (2005) existem grupos mais vulneráveis à exclusão Social, como existem também fatores de pobreza e exclusão social (como pode ser visto no quadro 1; pg.27). As categorias sociais são construídas a partir da presença de propriedades comuns a um conjunto de pessoas cuja associação tende a ser socialmente reconhecível, em relação às quais é possível verificar empiricamente a maior probabilidade de viverem situações de pobreza e exclusão social. Dividem-se, então em três, os modos de afetação dos fatores de exclusão:

- Grupos com handicap específico - pessoas com deficiência, imigrantes - revelam problemas ligados às aptidões e oportunidades;
- Grupos desqualificados - desempregados de longa duração, trabalhadores com qualificações baixas ou qualificações obsoletas, idosos, famílias monoparentais - demonstram problemas ligados às competências e oportunidades;
- Grupos marginais - toxicoddependentes e ex-toxicoddependentes, jovens em risco, pessoas sem-abrigo, detidos e ex-reclusos - evidenciam problemas relacionados com as orientações culturais e relacionais.

Para Capucha, jovens em risco são aqueles que entram numa situação de desfetação com as normas de comportamento mais comuns, mais básicas.

Não se pode esquecer aquelas pessoas que estando em situação de exclusão social, possam estar numa linha de transitoriedade, ou seja, apesar de certas contingências da vida que os arrastaram para a situação de excluídos, conseguem através dos meios existentes, saírem dessa situação (idem).

Quadro 1 - Fatores de pobreza e exclusão social

Nível societal (oportunidades)	
<p>Factores objectivados</p> <p>Padrões de especialização económica, produtividades, salários e formas de regulação do trabalho;</p> <p>funcionamento do sistema fiscal;</p> <p>estruturas e dinâmicas do mercado de emprego;</p> <p>estrutura das habilitações escolares e das qualificações profissionais;</p> <p>orientação e funcionamento geral dos sistemas de ensino, de formação, de saúde, de protecção e de assistência social;</p> <p>dinâmicas demográficas e familiares;</p> <p>mercado de habitação, infra-estruturas (de transportes, saneamento, etc.) e oferta de equipamentos e serviços de proximidade;</p> <p>dinâmicas de organização e especialização dos territórios;</p> <p>Pessoas e grupos auferindo baixos rendimentos salariais e benefícios sociais escassos;</p> <p>qualificações escolares e profissionais muito baixas ou inexistentes para parte significativa da população;</p> <p>desemprego, desemprego desencorajado, emprego sem qualidade e sobreexploração;</p> <p>insuficiência ou distância de serviços de formação profissional especial em relação aos potenciais clientes;</p> <p>dificuldades de acesso a serviços e equipamentos (apoio à família, saúde, protecção, educação, etc.);</p> <p>más condições de habitação e acesso a transportes;</p> <p>trajectórias espaciais e sociais de exclusão;</p> <p>organização familiar;</p> <p>pertença a círculos de pobreza instalada.</p>	<p>Factores subjectivos</p> <p>Representações negativas e preconceituosas a respeito das pessoas em situação de exclusão;</p> <p>valores de solidariedade e justiça social;</p> <p>atitude face à responsabilidade social das empresas;</p> <p>níveis de informação e de sensibilização de actores estratégicos e da sociedade em geral para os problemas dos grupos desfavorecidos;</p> <p>configuração cultural de orientação individualista.</p> <p>Auto-imagem desvalorizada;</p> <p>falta ou distorção da informação;</p> <p>fraca capacidade de mobilização colectiva e de reivindicação;</p> <p>escassez de iniciativa estratégica e orientação para a sobrevivência quotidiana;</p> <p>acomodação à escassez das oportunidades e falta de motivação;</p> <p>indisciplina pessoal e menor capacidade de desempenho social regular.</p>
<p>Pessoas e seus contextos (capacidades)</p>	

Fonte: «Desafios da Pobreza» (2005) Luís Capucha

3.3. POLÍTICAS SOCIAIS DE PROTEÇÃO À CRIANÇA

Segundo a opinião de Alfredo Bruto da Costa (1998), é necessário haver um entendimento do que significa o oposto à exclusão social que é o que usualmente de apelida de «inclusão social», «integração Social» ou «inserção social», para ser mais fácil a saída dessa situação. Poderemos de uma maneira sucinta, uma vez que o próprio autor acredita na complexidade da sua definição, mas pode-se de uma maneira simplista entende-la como o direito ao exercício pleno da cidadania que por sua vez implica o livre acesso a um conjunto de sistemas (que poderão variar consoante o conceito adotado de cidadania, por determinada comunidade) mas essencialmente que passam por cinco domínios: o social, o económico, o

institucional, o territorial e o das referências simbólicas. Será de primordial importância trabalhar na inclusão das famílias para que assim as suas crianças saiam da situação de vulnerabilidade.

Foi com a aprovação da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, que tem como uma das maiores preocupações a da prevenção e proteção das crianças e dos jovens. Tendo sempre com principal intuito o de evitar situações de perigo e de criar medidas de promoção e de proteção, numa abordagem integrada dos direitos da criança por forma a garantir o seu bem-estar e desenvolvimento integral.² Nela constando um conjunto de medidas de promoção e proteção e sua regulamentação. Sendo em último caso uma das medidas de promoção e proteção a institucionalização de crianças e jovens.

Quando isso acontece, a maioria das crianças chega à instituição com uma baixa autoestima, têm uma enorme necessidade de amor, carinho, atenção, sendo então importante a «educação para os afetos».

É necessário que nas instituições elas encontrem esse apoio, esses afetos, independentemente da sua institucionalização ser mais ou menos prolongados, mais ou menos flexíveis, uma vez que essa educação para os afetos irá permitir às crianças uma vida que desconheciam até então (Mucha et al, s/d).

No que diz respeito às medidas de colocação, o acolhimento familiar, é concebido como uma medida de carácter temporário e sempre com o objetivo principal do retorno da criança ou do jovem à família natural.

O Decreto-Lei n.º 190/92, de 3 de Setembro, já previa o acolhimento familiar, apontando para ser uma resposta promovida diretamente pelas instituições de segurança social com o principal objetivo de assegurar à criança ou jovem um meio sociofamiliar adequado ao desenvolvimento da sua personalidade em substituição da família natural. Todavia e somente na ausência de um mecanismo específico de apoio a familiares de crianças e jovens que com eles residissem sob a sua guarda. Este regime previa ainda que esses familiares pudessem ser considerados família de acolhimento, mediante processo de seleção. Tornava também extensível aos parentes em 1.º grau da linha reta e ou do 2.º grau da linha colateral o apoio que era concedido pela manutenção da criança ou do jovem em regime de acolhimento familiar.

Seguindo a lógica dos princípios da Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, o apoio junto dos pais e o apoio junto de outro familiar constituem medidas de promoção e proteção que, de acordo com o artigo 35.º prevalecem sobre as medidas de colocação. Contudo o acolhimento familiar apenas admite como famílias de acolhimento pessoas ou famílias que não tenham qualquer relação de parentesco com a criança ou o jovem e que também não sejam candidatos a adoção.

Assim, este conceito de acolhimento familiar consiste, na atribuição da confiança da criança ou do jovem a uma pessoa singular ou a uma família, desde que habilitadas para o efeito,

² (Biblioteca Digital Jurídica - Regime de Execução do Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens em Perigo)

visando a integração em meio familiar, tendo também como dever a prestação de cuidados adequados às necessidades, bem-estar e educação necessária ao desenvolvimento global das crianças e dos jovens.

Neste novo conceito, em que se atenta de maneira especial às características e necessidades das crianças e jovens, o artigo 47.º da lei de proteção institui dois tipos de famílias de acolhimento:

- Famílias em lar familiar
- Lar profissional.

O acolhimento familiar em lar pretende a plena integração familiar das crianças e jovens cuja situação, por exigir uma especial preparação, aponta para a necessidade de a família de acolhimento ter uma formação técnica adequada.

É então e seguindo esta contextualização e em concordância com os seus princípios, com os seus objetivos, com as suas finalidades, bem como, com o estipulado na Lei n.º 147/99, de 1 de Setembro, que se procede à regulamentação do regime da execução da medida de acolhimento familiar.

Acreditando na possibilidade do regresso da criança ou do jovem à sua família natural, está, como não pode deixar de ser associado à capacitação da família natural para o exercício da função parental. Dando especial importância à interação com as famílias de acolhimento, sem descurar a fortificação das relações da criança ou do jovem com a sua família biológica.

É dentro destas diretrizes e em sintonia com um maior rigor e exigências nos requisitos e condições inerentes ao processo de seleção e formação das famílias de acolhimento, bem como no acompanhamento abrangente da família de acolhimento, da criança ou do jovem e da família natural, que se pretende considerar o acolhimento familiar num quadro que invoca aos direitos, às obrigações e aos deveres de todas as partes envolvidas na problemática.

No aperfeiçoamento e acompanhamento deste processo é indispensável o papel das instituições, uma vez que elas têm uma intervenção em consonância com as suas competências. É necessário colocar ainda no plano de colaboração e articulação entre as comissões de proteção de crianças e jovens e os tribunais. Como também monitorizar a execução da medida de acolhimento familiar.

Existem algumas respostas sociais existentes em Portugal para crianças e jovens em perigo, que a seguir serão enumeradas sendo discriminadas no anexo 2 (Centro de apoio e aconselhamento parental; Equipa de rua de apoio à criança; acolhimento familiar para crianças e jovens; Centro de acolhimento temporário; lar de infância e juventude e apartamento de autonomização).³ Porém convém informar que o acesso a estas respostas depende de uma medida de promoção e proteção definida pela Comissão de Proteção de Crianças e Jovens ou pelo Tribunal. Centro de Apoio e aconselhamento parental, equipa de rua e de apoio a crianças e jovens, acolhimento familiar para crianças e jovens, centro de acolhimento temporário, lar de infância e juventude e apartamento de autonomização.

³ Página na internet da Segurança Social

O Instituto da Segurança Social, I.P., promove ações adequadas no âmbito da proteção de crianças em perigo. Assim como programas específicos de intervenção, através dos seus serviços distritais - Centros Distritais de Segurança Social.

No caso das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens, estas são instituições oficiais não judiciais, implementadas por Concelho. Estas Comissões têm por objetivo a proteção das crianças e jovens em perigo. Estas comissões visam o envolvimento, a participação dos pais ou representante legal, por forma a evitar ou protelar a intervenção judicial. AS CPCJ são acompanhadas, apoiadas e avaliadas pela Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco, é a esta Comissão Nacional que cabe a planificação da intervenção do estado e a coordenação, acompanhamento e avaliação dos organismos públicos e da comunidade na proteção das crianças e jovens em risco.

Em todos os Tribunais, o Ministério Público assume o papel de defensor dos direitos das crianças e jovens. Ao nível dos Tribunais de Menores, os Procuradores do Ministério Público assumem a designação de Curador de Menores e há sempre um Curador de turno para atender e avaliar a participação das situações de perigo.

Portugal tem vindo a criar e a alterar instrumentos, alguns deles já existentes, de proteção a fim de acompanhar as transformações da sociedade atual. Analisando o Despacho n.º 9016/2012, conclui-se que têm vindo a ser partilhadas importantes responsabilidades quer no que diz respeito aos diferentes tipos de acolhimento existentes no nosso país. Entre os quais o acolhimento de curta duração, em centros de acolhimento temporário, quer para o acolhimento prolongado, em lares de infância e juventude, nunca descurando a procura conjunta de mais soluções. Sendo que estas ações deverão continuar a ter por base uma intervenção integrada, especializada e continuada junto dessas crianças e jovens e suas famílias.

É necessário que o Estado e a sociedade civil procurem renovar as metodologias adotadas aos diferentes níveis, que aos níveis técnicos, organizativos e funcionais dos lares de infância e juventude. Estas renovações serão conseguidas através do desenvolvimento de um plano de intervenção integrada e especializada, que demonstre uma melhoria contínua da promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidas nos lares. Não só no que se refere à definição e concretização, em tempo útil, de um projeto que promova a sua desinstitucionalização, mas que seja igualmente promotor do seu desenvolvimento integral.

Iremos analisar se no caso em estudo que diz respeito à Casa do Menino Jesus visará a implementação de medidas de apoio às crianças institucionalizadas? Acompanhará as crianças nos seus estudos, na sua educação para a cidadania? Visará sempre que possível a reintegração dessas mesmas crianças no seu seio familiar? Elaborará um Projeto de Vida, adequado às necessidades e às vicissitudes de cada criança para assim o seu resultado ser o mais positivo possível?

4. A INSTITUCIONALIZAÇÃO

4.1. ENQUADRAMENTO LEGAL DAS INSTITUIÇÕES/CENTROS DE ACOLHIMENTO

Para Tiago Neves (2007) é normalmente referido que da crise do estado-providência surgiu a desarmonia entre os dois modelos da Justiça de Menores:

- O Modelo de Proteção
- O Modelo de Justiça

O modelo de Proteção tem numa maneira muito sucinta, como objetivo principal assentando os seus pilares, na prevenção promovendo a substituição das famílias pelo Estado.

No que diz respeito ao modelo de justiça, este tenta aproximar o modelo de justiça já existente para os adultos às crianças. Tentando responsabilizar as crianças pelas suas atitudes, uma vez que muitas delas vêm de bairros e meios complicados e é necessário a existência de responsabilização pela tomada de atitudes erradas.

Essencialmente o que é necessário é procurar estratégias que promovam os direitos das crianças, promovendo a sua proteção, bem como a satisfação das suas necessidades (Neves, 2007).

Nos princípios orientadores existentes, no sistema de proteção a crianças e jovens, é de salientar um ponto de grande importância que é dado ao *“interesse superior da criança”*. Esta premissa deveria ser sempre tida em conta, deveria ser o principal objetivo aquando da abordagem aos problemas relacionados com crianças.

No preâmbulo da Lei Constitucional 1/2005 de 12 de agosto de 2005, na sua sétima revisão, relembra a viragem histórica da sociedade portuguesa, aquando da transição de um estado ditatorial para uma democracia. Proporcionando essa transição, direitos e liberdades fundamentais, contemplando artigos que estão diretamente relacionado com os direitos, liberdades e garantias pessoais, fazendo também alusão à família, importância do casamento e filiação, caracterizando alguns direitos fundamentais relativos aos poderes e deveres dos progenitores, bem como da decisão judicial para impor a sua limitação. Faz também menção ao direito à adoção e por conseguinte determina formas de agilizar esse processo. Enumera também os direitos e deveres da sociedade, responsabilizando-a assim. Consagra a família como elemento fundamental da sociedade, com direitos e deveres, onde é reprovado qualquer tipo de abandono (sendo hoje em dia o máximo de 3 meses de manifesto desinteresse por parte da família, para se proceder à adoção dessa criança), discriminação, opressão e exercício abusivo de autoridade (Sottomayor cit in Oliveira, 2011).

O sistema legal de proteção de crianças e jovens em perigo apoia-se, na Lei Lei 147/99, sendo que nesta Lei está definido o regime jurídico da intervenção social do estado e da comunidade, nas situações de menores em perigo que careçam de proteção. O artigo 3º (vide

anexo 2) considera que as situações em que a criança ou o jovem está em perigo quando se encontra especificadamente numa das seguintes situações⁴:

- Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

O princípio da subsidiariedade constante no artigo 4º, alínea j, prevê três níveis de intervenção diferentes, ainda que interligados. Assim sendo a intervenção em primeira instância compete às entidades com competência em matéria de infância e juventude, sempre de modo consensual com os pais e sem a contraposição da criança. Na impossibilidade da intervenção desta primeira instância, a promoção, defesa e proteção dos direitos da criança ou jovem em perigo, é imputada, em segunda instância às Comissões de Proteção de Crianças e Jovens (são instituições oficiais não judiciais com autonomia funcional que visam promover os direitos da criança e do jovem, bem como prevenir ou por termo, a situações suscetíveis de afetar a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento integral), desde que obtido o consentimento dos pais, do representante legal ou quem tenha a guarda de facto, e mais uma vez, caso a criança ou jovem, não se oponha. Em determinados casos em que se verifica a ausência ou retirada desse assentimento, a mediação cabe ao Tribunal de Família e Menores que tem o poder legal de aplicar medidas mesmo sem o consentimento dos pais.

Preferencialmente privilegiada a intervenção informal, sem prejuízo da intervenção formal, essa preferência prende-se com o facto da intervenção informal gera um risco menor de estigmatização, de rotulação, evidencia, assim e aplicando a lei, também uma maior responsabilização da sociedade. Todavia e sem o consentimento dos pais, torna-se indispensável uma proteção imediata da criança ou do jovem, essencialmente em casos de perigo iminente para a sua vida ou integridade física. Nesses casos, pode até tornar-se necessário o apoio das forças policiais. Sendo a intervenção do Juiz desencadeada, mediante comunicação imediata ao Ministério Público, que se pronuncia no prazo de 48 horas, determinando o que tiver por oportuno relativamente ao destino da criança.

As Comissões e os Tribunais devem privilegiar as medidas que se efetivem no meio em que a criança está inserida. O acolhimento em instituição adota-se como uma destas medidas. É então um princípio fundamental que as instituições de acolhimento funcionem em regime aberto, sejam organizadas, que favoreçam uma relação afetiva do tipo familiar, uma vida

⁴ Lei nº 147/99

diária personalizada e visem a integração na comunidade, com direitos como os que se podem analisar no artigo 58^a (vide anexo2), mas que essencialmente passam pelo direito a manter regularmente e em condições de privacidade contactos pessoais com a família e com pessoas com quem tenham especial relação afetiva, sem prejuízo das limitações impostas por decisão judicial ou pela comissão de proteção; a receber uma educação que garanta o desenvolvimento integral da sua personalidade e potencialidades, sendo-lhes asseguradas a prestação dos cuidados de saúde, formação escolar e profissional e a participação em atividades culturais, desportivas e recreativas; usufruir de um espaço de privacidade e de um grau de autonomia na condução da sua vida pessoal adequados à sua idade e situação; receber dinheiro de bolso; inviolabilidade da correspondência; não ser transferidos da instituição, salvo quando essa decisão corresponda ao seu interesse; contactar com garantia de confidencialidade, a comissão de proteção, o Ministério Público, o juiz e o seu advogado.

4.2. INSTITUIÇÃO TOTAL - CONSEQUÊNCIAS NA REINSERÇÃO SOCIAL

A nossa história mostra-nos que a casa sempre foi o local de grandes acontecimentos - como o início da vida (nascimento) e o seu fim (morte).

A casa fazia parte da identidade pessoal e estes acontecimentos (nascimento e morte) simplesmente aconteciam, faziam parte da identidade de cada um, fazendo parte integrante ajudando a «escrever» a biografia de cada família.

A casa pode ser vista, até definida como o local onde podemos atingir as nossas metas de privacidade, sendo um espaço pessoal, que se perde através da institucionalização. (Zweig, 2009)

Quando a criança é institucionalizada, as primeiras reações ao internamento, variam consoante o apego que essa criança tem pelo seu ambiente familiar de origem. O primeiro contacto que a criança tem com a instituição é importante, contudo essa primeira opinião quer seja positiva, quer seja negativa pode ser alterada com o passar dos dias. Pode ser moldada em função das normas, de funcionamento da instituição bem como no que diz respeito às interações diárias entre os adultos (técnicos) e as outras crianças residentes (Mucha et all, s/d).

A vinculação insegura surge na sua maioria das vezes em famílias de risco. Leva a que as crianças tenham comportamentos negativos tanto consigo como com a sociedade em geral (Pinhel, 2009).

Várias investigações indicam que crianças institucionalizadas que foram vítimas de algum tipo de maus tratos, ou seja, onde falhou o apoio da casa, têm tendências depressivas e tendem também a manifestar condutas agressivas o que leva muitas vezes a comportamentos que poderão culminar em algum tipo de comportamentos desviantes, de delinquência, sendo até muito difícil que essas crianças criem, desenvolvam confiança num cuidador de referência (idem).

Bowby (cit in Pinhel et all, 2009) refere que os aspetos negativos da institucionalização poderão ser limados se alguém dentro da instituição desempenhar a função de prestador de

cuidados maternos, que tenham alguma analogia com a figura materna. Esta situação poderá ser difícil numa instituição em que existem muitos cuidadores, o que poderá traduzir-se em alguns constrangimentos na interação criança cuidador, podendo certas necessidades da criança passarem despercebidas. Quando as crianças são acolhidas, a fase de rejeição do adulto estranho não continuará para sempre, uma vez que necessita de alguém que lhe proporcione estabilidade e que desempenhe uma função cuidadora. Porém ela nem sempre consegue apagar todo o seu passado (ibidem).

Em todas as Instituições, sejam elas prisões, instituições religiosas (mosteiros, conventos, etc) existem regras comuns a todos os elementos da comunidade. Segundo Goffman (1961) e através da análise do seu trabalho sobre as características da Instituição total podem ser observáveis algumas diferenças nessas características existem instituições que aplicam modelos da instituição total duma maneira dita coerciva (prisões, hospitais mentais, etc) e existem modelos de instituição total normativos, que são os que estão normalmente ligados com a igreja.

Através da leitura de «Asylum» de Erving Goffman (1961) surgem-nos várias questões pertinentes para qualquer trabalho que aborde diretamente com a problemática da institucionalização. Essas questões passam pela dúvida de até que ponto a instituição que analisamos, se enquadra nas características de uma Instituição total? Serão as instituições o que seria suposto serem, apoiarem os seus residentes a colmatar as falhas da própria sociedade? Atuarão os seus colaboradores, tendo em conta o bem-estar e os interesses dos seus residentes? Serão todos objetivos propostos para o bem exclusivo da criança ou serão também elaborados tendo em conta o bem da sociedade em geral?

Muitas das instituições existem primeiramente para cumprir a necessidade do sistema em detrimento da necessidade de ajuda àqueles que lá residem. Goffman (1961) quis primeiramente entender a problemática do institucionalizado, em detrimento da justificação do sistema contido na própria instituição. A análise das características de uma instituição, com as características daquelas analisadas pelo autor, não fora só investigada por ele, porém foi Goffman (1961) o primeiro a quem surgiu dúvidas e soube ao mesmo tempo colocá-las de uma maneira sistematizada.

A instituição total é segundo Goffman (1961) e no sentido lato do seu conceito, um local ou locais tais como quartos, salas, edifícios etc, onde se desenrolam atividades com alguma regularidade. Cada local tem determinada função e com características onde dificilmente se desenrolarão relações sociais, uma vez que existem barreiras físicas, como por exemplo muros, paredes, portas fechadas entre outras (Goffman, 1961). São estas instituições que Goffman analisa na sua obra «Asylums» e uma vez que existe uma instituição em análise nesta dissertação, será pertinente analisar quais as características inerentes a uma instituição total, serão encontradas na Casa do Menino Jesus.

Segundo o autor existem quatro tipos de instituições totais na nossa sociedade. Em primeiro lugar existem instituições especificamente criadas para apoiar pessoas incapacitadas, contudo, porém, incapazes também de fazer mal ao seu semelhante, enquadrando-se aqui as instituições para apoiar cegos, idosos, órfãos, etc. No segundo tipo encontramos as instituições que cuidam de pessoas conhecidas por serem incapazes de se cuidarem sozinhos e são vistos como uma ameaça para a sociedade, enquadrando-se aqui os doentes, doentes mentais, leprosos, etc. No terceiro tipo temos as instituições criadas e organizadas para albergar aqueles de quem a sociedade precisa de ser protegida, aqueles que serão capazes de colocar a comunidade em perigo intencionalmente, ou seja, daqueles que serão de alguma maneira perigosos para a restante comunidade, enquadrando-se aqui as prisões, os campos de prisioneiros de guerra, entre outros. No quarto tipo estão aquele tipo de instituições

especificamente criadas para satisfazer e capacitar alguns grupos específicos, ou seja, são instituições estabelecidas com o principal intuito de realizar de modo mais adequado alguma tarefa, neste tipo enquadram-se os quartéis do exército, campos de trabalho entre outros, colónias, campos de trabalho, etc. Finalmente existem também aqueles estabelecimentos destinados a servir de refúgio do mundo, pese embora sirvam também como locais de instrução para os religiosos incluindo-se as abadias, os mosteiros, os claustros e mosteiros. Segundo o autor esta não será de todo a explicação mais correta do ponto de vista analítico, mas proporciona uma caracterização geral das instituições (idem).

A instituição total é essencialmente a quebra com as necessidades básicas da vida do indivíduo. Desde o trabalho, o dormir, a convivência, a socialização em diferentes situações, com diferentes autoridades e sem um plano rígido. Todas estas características e necessidades são geridas pelo próprio indivíduo. Além de ser o próprio indivíduo a gerir a sua vida, existem também um sem número de sujeitos que interagem com ele. Entende-se então instituição total como uma quebra total, com o mencionado anteriormente, uma vez que em primeiro lugar todas as condicionantes da vida do indivíduo serão conduzidas no mesmo local, sob as regras de uma única autoridade, serão sempre os mesmos participantes a levar a cabo essas tarefas, respeitando uma calendarização rígida (Idem, ibidem).

Será a Casa do Menino Jesus, uma instituição com características de instituição total? Ou aplicará o constante no artigo 58 da lei 147/99 (analisado no ponto anterior)? O que acontecerá com as crianças institucionalizadas na CMJ? Quebrarão alguns laços com a sua família, nem que seja devido à distância física e pessoal? Apesar de frequentarem a escola fora da Instituição, será que mantêm algum tipo de relacionamento com outras crianças de fora da CMJ?

Existem regras internas da CMJ e que todos os residentes terão de cumprir, regras estas constantes do seu Regulamento Interno. Todos os aspetos da vida quotidiana, dos residentes, são conduzidos no mesmo local e sob a mesma autoridade, todas as rotinas quotidianas são levadas a cabo por todas as crianças ao mesmo tempo, acontecerá assim, ou existirá algum tipo de flexibilidade, tendo em conta as características de cada criança? Todas as jovens serão tratadas de maneira igual mesmo que tenham características diferentes?

Nas instituições com características de instituição total as rotinas têm uma escala no tempo, ou seja, existem horários rígidos e sequenciais de umas para outras. Sendo que tanto os horários como as sequências, como as atividades impostas pelo topo da hierarquia, serão mostradas e explicadas duma maneira formal de regras (ex: Regulamentos Internos). Estas características existem na Casa do Menino Jesus, uma vez que aquando da institucionalização é dito às crianças quais as regras que elas terão de cumprir e que estão compiladas no Regulamento Interno da Instituição.

As tarefas desempenhadas dentro da Instituição tendem a ser desmoralizadoras num sistema de Instituição Total. Muitas instituições optam por pagar, mesmo que um montante insignificante pelas tarefas que os residentes efetuam dentro da mesma, para que essa desmoralização seja atenuada. Porém existe alguma incompatibilidade entre a institucionalização e o par dicotómico «trabalho-pagamento», sendo este par dicotómico uma das regras base da nossa estrutura social. É através do pagamento que se determina a autoridade do patrão e é através do pagamento como troca pela prestação de um serviço, que esta autoridade também termina. Uma vez que a maneira como o seu funcionário gasta o dinheiro ganho através do trabalho, é problema seu e não do patrão ou de quem detém a autoridade. Contudo numa instituição total até esta liberdade é posta em causa, apesar de receber «incentivos» pelo trabalho, esses incentivos em forma de pagamento, não terão com certeza as mesmas repercussões de fora da instituição.

Todas as atividades desenvolvidas dentro da instituição e tudo o que lhe é inerente respeitam um determinado plano designado unicamente para satisfazer os principais objetivos das instituições. (José II, s/d)

Além desta incompatibilidade entre trabalho-pagamento, existe também uma incompatibilidade com outro pilar basilar da nossa sociedade, que diz respeito à família. Aqueles que têm trabalhos que os obriga a estar longe da sua família nuclear, dificilmente manterão laços estreitos com a família. Manter as famílias longe da instituição permite aos colaboradores manter a sua integração na sociedade escapando assim às tendências características duma instituição total e para os residentes corresponde a um corte com o seu passado. (Goffman, 1969)

Normalmente nas instituições existe um elevado número de residentes e um pequeno número de funcionários. Os institucionalizados desenvolvem a sua vida, essencialmente ou até unicamente dentro da instituição, tendo um contacto restrito com o mundo exterior, cortando muitas vezes os laços com o exterior, incluindo amigos, família entre outros. Os funcionários por sua vez desempenham as suas atividades profissionais na instituição por um período de 8 horas regressando à sua vida social no mundo exterior à instituição. Estes dois grupos têm normalmente ideias pouco abonatórias uns dos outros. Raramente socializam, existindo até instituições onde isso está até formalizado. (Goffman, 1961)

No caso da instituição Casa do Menino Jesus, tendo em conta o tipo de instituição que é, inserindo-se no primeiro tipo analisado por Goffman, é uma instituição de acolhimento de crianças em risco, existirá este tipo de inter-relações hostis entre institucionalizados e funcionários?

Quem está institucionalizado perde a sua «identidade» para com o restante mundo. Utilizando, dentro da instituição todos o mesmo «denominador comum». (Goffman cit in José II, s/d) Nas instituições totais o sentimento do *self* e o seu sentimento de posse poderão ser totalmente alienados. Aquando da institucionalização, numa instituição com as características descritas por Goffman como instituição total, dá-se o fenómeno que o autor chama de mortificação *do self*. (Goffman, 1969)

Goffman fala da mortificação *do self*, para assim ser mais «fácil» a adaptação às regras próprias da instituição, havendo uma «morte simbólica, essa de alguma maneira será necessária ao «renascimento ou reconversão do indivíduo» (Goffman cit in Neves, 2007)

Em quase todas as instituições são fornecidos, podendo ser através da entrega e explicação do Regulamento Interno, alguns elementos que estabelecem uma nova analogia, entre os quais se destacam os seguintes:

- Regras da Instituição;
- Alguns Privilégios e ou recompensas;
- Alguns castigos/repreensões (quando há falhas no cumprimento das regras previamente estabelecidas)

O que acontecerá na Instituição estudada nesta Dissertação? Quais serão as recompensas dadas às residentes se cumprirem as regras impostas? Em oposição quais serão as repreensões em caso de incumprimento?

Segundo Goffman (Cit in Neves 2007) os elementos centrais duma instituição total, passam pelos seguintes:

- Todos os aspetos da vida são realizados no mesmo local;
- Todos os aspetos da vida seguem uma mesma autoridade;
- Inexistência de privacidade na realização de aspetos da vida quotidiana (todos são tratados da mesma forma e obrigados a fazer as mesmas tarefas e da mesma maneira).

Todas as atividades seguem um rígido e pré-estabelecido horário, uma vez que estes são, de alguma maneira, sequenciais e dependentes umas das outras, sendo este conjunto de regras, como já foi mencionado anteriormente, previamente impostas por sistemas de regras formais, explícitas e impostas pelo topo da hierarquia e de alguma maneira controlada por um grupo de funcionários. Há uma articulação específica entre as dimensões - espaço e tempo. (Neves, 2007)

No reconhecimento Weberiano (Weber cit in Neves, 2007) o conceito de defesa institucional, assenta na lógica da gestão. Está implícita na atividade de autopreservação, que por sua vez, absorvem uma importante parte das capacidades de uma instituição.

Não será com certeza fácil gerir uma instituição, seja ela de que tipo for. Será mesmo necessário desenvolver um conjunto de políticas e de práticas, que interligadas e em sintonia, com coerência e com eficiência atinjam bons resultados, juntando o par dicotómico: eficiência - Custo (idem).

«Um sujeito que não é dono do seu tempo não é dono de si» (Neves, 2007:1028)

Há muitas regras que não são explicadas, propositadamente em muitas instituições, pois explica-las pressupõe que quem está institucionalizado terá o direito de as avaliar e até numa última fase as tentar modificar, pondo por alguma razão em causa o princípio da instituição e do institucionalizado (Sykes cit in Neves,2007).

A proposta de análise sociológica de Goffman, refere-se à estrutura dos encontros sociais - a estrutura daquelas entidades da vida social que surge sempre que as pessoas entram na presença física imediata de outros (Goffman cit in Santos,s/d).

É necessário um trabalho de adaptação às regras da instituição, «depois de umas semanas consegue-se alcançar certo grau de segurança frente aos imprevistos - “o ninho está feito, o trauma da mudança está “superado” (Levi cit in Santos,2007).

É inerente a todo o ser humano, uma capacidade adaptativa, lutando constantemente para encontrar estratégias, mecanismos que serão imprescindíveis à sua sobrevivência.

Segundo Goffman (1961) as instituições totais não representam as características de uma sociedade disciplinar, mas são sim espaços sociais instituídos que toleram uma lógica social contudo com características internas próprias.

Em instituição, é natural que se formem grupos no seu interior. Onde indivíduos com as mesmas características se juntam (mesma nacionalidade, raça, etnia, idade, etc).

Assim sendo, a instituição total, suprime traços comuns, existindo muitas vezes uma desumanização e uma descaracterização, levando à mencionada anteriormente - mortificação *do self*. Uma das marcas mais profundas e mais radicais numa instituição total é aquela em que até o nome do residente é mudado, simbolizando assim, um corte definitivo com o passado. É comum em instituições religiosas a idade cronológica do residente ser «apagada» começando a contar a data em que ingressou na vida religiosa (Goffman, 1969).

O comum numa instituição, não é o comum da vida antes da institucionalização, mas o comum do interior da instituição total, a rotina que se estabelece num espaço demarcado (Santos, s/d).

Para Goffman, as instituições totais são estabelecimentos fechados que funcionam em regime de internato, de aprisionamento (dependendo do tipo) em que um grupo relativamente numeroso de indivíduos que vivem em tempo integral, separados da sociedade mais ampla, por um considerável período de tempo. Levam uma vida fechada e formalmente administrada pela hierarquia (Goffman cit in Santos,s/d).

Para Goffman (1961) existe mesmo uma característica de «fechamento» de caráter total, existe uma ou mais barreiras, muitas vezes físicas, que impedem a relação com a sociedade, com o mundo externo:

- Proibição de sair;
- Existência de portas para o exterior, sempre fechadas;
- Paredes altas;
- Arame farpado;
- Água;
- Florestas, etc

Em trabalhos desenvolvidos por Goffman, são descritas sucintamente as interações que normalmente os dois grupos principais e centrais da instituição total, desempenham. Existe um controlo permanente e recíproco, obviamente com diferenças, uma vez que existe uma hierarquia de poder bastante diferenciada e desigual. É sempre constatável uma interação entre estes dois grupos, não é uma existência meramente administrativa. Esta interação é como uma forma de ação social, realizada num ambiente de relação entre os dois principais grupos, tendo alguma semelhança com o que Weber (2001:323 cit is Santos, s/d:237) apelida de «agir em comunidade».

Então, neste ponto a sociologia das interações que Goffman (1961) defende, aproxima-se da ideia que Weber (idem) defendia de ação social. Essencialmente agir no interior da instituição de alguma maneira é um «agir em sociedade» que é intrínseco à instituição.

O ser humano, como já foi dito anteriormente, tenta arranjar instrumentos para se defender das estratégias impostas pela instituição. Então arranja táticas que lhe permitam de algum modo servir-se de vários recursos fornecidos pela própria instituição para elaborar e construir um «mundo pessoal» oposto aos objetivos oficiais da própria instituição (Santos, s/d).

Na sua grande maioria todas as instituições, têm características de uma instituição totalitária. Todos os períodos são regulados segundo programas e regulamentos restritos e rígidos. O dia-a-dia das instituições é concebido para responder ao objetivo oficial da instituição. O quotidiano das instituições, está normalmente delineado em função dos horários escolares e os horários da própria instituição. Normalmente as regras impostas pela instituição, também criam entraves no relacionamento social das crianças fora da instituição (Mucha et all, s/d).

Nos jovens institucionalizados a vida escolar não é muito longa. São alunos com algumas retenções, que abandonam cedo a escola, etc. sendo que muitas vezes as dificuldades destas crianças são colmatadas através de apoios individualizados, através de currículos adaptados, tentando-se assim ajudar a criança na sua inclusão na vida escolar, facilitando assim a sua inclusão na sociedade.

Todas estas situações levantam algumas questões, entre elas, uma que já foi levantada anteriormente e que está diretamente relacionada com a interrogação de quem sai efetivamente beneficiada com esse tipo de apoios, esse currículo adaptado? A Criança? A escola? A instituição? Ou em último caso a própria sociedade? Serão efetivamente as políticas sociais existentes favorecedoras das crianças? Ou da própria Sociedade?

Muitas crianças veem na instituição um pilar que lhes faltou na família. A institucionalização, bem como essa segurança que lhes é dada pela instituição, fará com que aqueles que estão institucionalizados durante mais anos se desliguem do meio social e familiar de origem. Levando até ao limite de pensar em continuar na instituição até terminar estudos ou criar vida própria. Por outro lado e uma vez que não há linearidade nesta problemática existem aqueles que vêm na institucionalização um entrave ao seu futuro e as suas expectativas para o futuro, desejando sempre regressar ao seu meio social de origem (Mucha et all, s/d).

Cada criança é um caso e cada caso de institucionalização e de reinserção pós-institucionalização será também um caso com contornos e características distintas.

A luta contra a exclusão, só é possível com o restabelecimento dos laços sociais com a família e com a comunidade. Só assim é possível atingir uma situação de estabilidade, só é possível com a reconversão dos ciclos viciosos de pobreza, marginalidade e exclusão, estas situações afetam as crianças institucionalizadas e só são necessários para a reintegração dessas crianças na sociedade (idem).

Será um dos pontos mais importantes para as instituições que acolhem crianças, o estabelecer do corte com as redes de pobreza, marginalidade e exclusão, visando sempre a reinserção das crianças pós-institucionalização na sociedade. Uma vez que a maioria das instituições funciona em regimes que variam entre o internamento, a total abertura ou na sua maioria em semi-internato, vão de alguma maneira permitir com maior ou menor intensidade o intercâmbio com a comunidade envolvente (idem, ibidem).

Este restabelecimento das redes familiares e sociais não será muito fácil em instituições totais, no sentido que Goffman (1961) aplica ao conceito. Aí a reintegração na sociedade será muito mais difícil. Contudo a maioria das instituições partilham características que procuram sempre uma boa articulação entre a instituição, a família, a escola, a comunidade. Assim sendo, a reintegração da criança na sociedade será mais promissora.

Para onde irão, o que acontecerá às crianças após terem ultrapassado o risco social que os levou à institucionalização? As instituições têm um papel decisivo, dando o seu contributo na delineação dos projetos de vida, dessas crianças. Esse papel e esse apoio no futuro das crianças, dependerá de alguma maneira do tempo que durou a sua institucionalização.

Outro ponto de primordial importância está diretamente relacionada com a família da criança e de como estará «trabalhada» a família que possivelmente a irá receber novamente. Estarão já ultrapassadas as situações de vulnerabilidade ao risco da sua família de origem? A criança quererá também regressar para a sua família nuclear? Qualquer que seja a expectativa de futura da criança na pós-institucionalização? (Idem)

4.3. ESTIGMA E ROTULAGEM COMO PROCESSO SOCIAL

O conceito de Estigma para Goffman (2008) é uma situação do indivíduo que este está inabilitado para a aceitação social plena. Acontecerá essa não-aceitação social com as crianças residentes em instituições tanto em Portugal como no mundo?

A sociedade institui meios de classificar as pessoas e seus atributos considerados como comuns e naturais para os membros de cada uma dessas categorias. No que diz respeito aos ambientes sociais vão estabelecer categorias de pessoas que possuem probabilidade de serem nelas encontradas.

As rotinas de relação social em ambientes estabelecidos permitem um relacionamento com outras pessoas. Então, quando um estranho nos é apresentado, vamos analisar os primeiros aspetos que nos permitirão prever a sua categoria e os seus atributos, a sua identidade social até o seu status social. Então concluímos que durante todo o tempo iniciado com a apresentação do indivíduo, estivemos de alguma maneira a conjecturar sobre aquilo que esse mesmo indivíduo deveria ser. (Goffman, 2008)

Quando um estranho está à nossa frente podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros. Poderá até ser incluído numa espécie menos desejável, num caso extremo poderá ser considerada uma pessoa completamente má, perigosa ou fraca. Assim, deixamos de considerá-lo como uma criatura comum e total, reduzindo-o a uma pessoa deteriorada e diminuída. Tal característica é um estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande, podendo até algumas vezes ser considerado um defeito, uma fraqueza, uma desvantagem, contribuindo e constituindo uma discrepância específica entre a identidade social virtual e a identidade social real. O termo estigma é usado sempre como conceito depreciativo (Goffman, 2008).

Goffman (2008) ocupou-se da análise de uma sociedade virada para a ação tendo em conta as práticas diárias, virando sempre o seu olhar para as vivências sociais habituais. Estudando e analisando os aspetos mais rotineiros da interação humana, visando descobrir as regras que em determinada época da sociedade acabam por controlar a vida dos seus indivíduos. Não descurando que a organização social depende das suas interações, da maneira em que o comportamento dos mesmos é entendido pela sociedade. São nessas mesmas nestas interações que são constituídas as identidades dos próprios indivíduos.

Assim sendo e segundo o autor, o ambiente social estabelece meios de categorização e a totalidade dos atributos tidos como comuns e naturais para os membros de cada uma das categorias. Os ambientes sociais dão-nos pistas sobre a identidade dos indivíduos e que nos permitirão prever a sua categoria e os seus atributos, que guiarão à sua identidade social.

A categorização poderá levar a um conjunto infundável de preconceitos e de visões estereotipadas das pessoas. A identidade pessoal, social e do self, é entendida por Goffman (2008) como um fio condutor que levará à identidade estigmatizada e a sua à sua relação com a diferença e o desvio (Magalhães, s/d).

Estigma é um termo existente e presente na nossa sociedade desde a Grécia Antiga. Foi a partir dos anos 60 que lhe foi atribuído um conceito que tornam a sociedade e o sujeito participante do seu processo de formação.

O conceito de estigma, proposto por Goffman (2008) consiste na ideia da presença física entre *estigmatizados* e *normais*, por outras palavras isto significa que todos os conceitos remetem para a ideia da existência e coexistência destes dois grupos. Para o autor, as pessoas *normais* são aquelas que estigmatizam “...enquanto o estranho está à nossa frente, podem surgir evidências de que ele tem um atributo que o torna diferente de outros que se encontram numa categoria em que pudesse ser incluído, sendo até de uma espécie menos desejável [...]. Assim deixamos de considerá-la criatura comum e total, reduzindo-a a uma pessoa estragada e diminuída. Tal característica é estigma, especialmente quando o seu efeito de descrédito é muito grande [...]” (Goffman, 2008:12) (Goffman, 1975 cit in Siqueira e Cardoso, 2011).

Assim sendo crê que a pessoa estigmatizada possui duas identidades. Uma a real, e outra e virtual. Consistindo a primeira num conjunto de categorias e atributos que uma pessoa procura ter, no que diz respeito à identidade virtual e composta pelo conjunto de categorias e atributos que as pessoas têm, sendo exigências e imputações de carácter, feitas pelas normas. Assim se houver uma discrepância concreta entre a identidade essencialmente virtual e a identidade social real, essa característica diferente pode ser um estigma “o termo estigma, portanto será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo” (Goffman, 1975 cit in Siqueira e Cardoso, 2011).

Então para o autor são identidades deterioradas por uma determinada ação social que por sua vez representam algo negativo dentro da sociedade e que conseqüentemente deverá ser evitado (Melo, 2000 cit in Siqueira e Cardoso, 2011).

Goffman (2008) concluiu que o conceito de estigma poderá acontecer em sequência de três circunstâncias:

- Abominação do corpo (deformidades físicas);
- Culpas de carácter individual (vontade fraca, desonestidade, falsas crenças);
- Estigmas tribais de raça, nação e religião.

Todas estas características podem encontrar uma mesma característica sociológica que diz respeito a traços do próprio individuo. Características do próprio individuo que podem por um lado impor a atenção e/ou afastar aqueles que ele encontra. Acabando por destruir a possibilidade de captar a atenção para outras características que o próprio individuo pode ter.

As maiorias das diferenças entre as pessoas são ignoradas no seu quotidiano e ao mesmo tempo irrelevantes a nível social. Porém socialmente algumas características acabaram por ter importância. Conseqüentemente irá fazer com que dentro da sociedade sejam criados grupos ou categorias que sofreram modificações de acordo com o tempo e lugar.

“As diferenças dos seres humanos são socialmente seleccionadas” (Link e Phelan 2001:368 cit in Siqueira e Cardoso, 2011:97).

“O social anula a individualidade e determina o modelo que interessa para manter o padrão de poder e anula todos os que rompem ou tentam romper com o modelo social» (Melo, 2002 cit in Siqueira e Cardoso, 2011).

“Estigma existe quando elementos de rotulação, estereotipização, separação, perda de status e discriminação ocorrem simultaneamente numa situação de poder que permite tais componentes acontecerem” (Link e Phelan 2001 cit in Siqueira e Cardoso, 2011).

Segundo os autores Link e Phelan (2001 cit in Siqueira e Cardoso) a rotulação é um processo social com o intuito de eleger uma determinada característica e aplica-la a algum individuo não especificando obrigatoriamente que esse individuo a possua.

É na sequência dos rótulos aplicados às pessoas estigmatizadas que os próprios estereótipos são criados dando origem aos próprios processos de estereotipização. Na opinião dos mesmos autores a rotulagem vai relacionar, interligar a pessoa a um determinado conjunto ao perder o seu status dentro da sociedade. (idem)

Embora haja autores que ao longo dos anos tentaram dar uma diferente explicação destes conceitos, normalmente têm como base as ideias principais e fundamentais de Goffman. A rotulação e a estigmatização têm sempre uma conotação negativa e que vão prejudicar a integração do individuo na sociedade.

Será que esta rotulação, esta estigmatização é sentida nas crianças institucionalizadas? Uma das maneiras de se observar o efeito do estigma para aquele que é estigmatizado será através da análise da sua autoestima. Esta análise permitirá entender se a pessoa se sente bem consigo próprio e conseqüentemente com a restante sociedade, o que facilitará ou inibirá a sua reinserção social.

O estigma pode de alguma maneira funcionar como uma camisa de força para quem estigmatiza mas essencialmente e de uma maneira mais profunda, para o estigmatizado. Isto porque colide entre a identidade e a estigmatização, levando a uma demarcação dos papéis sociais.

Na opinião de Manning (2007 cit in Nunes 2009) Goffman fornece elementos para entender a «identidade», esses elementos fazem cruzar três características: o Pessoal; o Social e o Ego.

Assim a nossa identidade social passa pelo que os outros acham que somos em virtude das nossas filiações, assim como determinados grupos. Por exemplo o que diz respeito ao nosso ego (autoidentidade) está relacionado com o que pensamos sobre nós próprios. No livro «Stigma» (1982) Goffman entende que os estigmatizadores e os desviantes normais não são vistos como opostos, mas sim como uma continuidade. E a manipulação do estigma é uma característica geral da sociedade sendo sempre fruto dum processo inato, sempre que existam normas de identidade (Nunes, 2009).

Há várias formas do estigma ser percebido na sociedade é importante salientar o que este tipo de relação acarreta nos envolvidos. Podemos afastar os indivíduos estigmatizados do círculo social e racionalizar esse nosso comportamento como meio de defesa, criando um padrão a ser seguido, pois este padrão mostra-nos as nossas limitações e o que nos incomoda. O indivíduo estigmatizado, aquando das suas relações sociais, poderá ter dois comportamentos distintos. Poderá por um lado ser agressivo ou em oposição poderá ser tímido, isto em consequência da angústia que nós normais lhe provocam, pela sua diferença (Goffman, 2008).

O autor afirma que os indivíduos estigmatizados têm a tendência de possuir as mesmas crenças sobre a identidade, crenças essas que são de alguma forma semelhantes às tidas pelos indivíduos normais. Isto acontece porque ambos estão inseridos numa mesma cultura

onde existe uma partilha de valores havendo conseqüentemente uma interação social entre eles.

Esses indivíduos passam pelo processo de aceitação, procurando transformações para serem aceites perante aqueles que os excluíram, transformando assim o seu ego. Tornando-se muitas vezes vítimas daqueles que proporcionam correções às suas “imperfeições”. Esses indivíduos por seu lado aproveitam-se dessa diferença explorando o sofrimento daqueles que procuram atingir a normalidade.

Pode por outro lado acontecer que os indivíduos estigmatizados desenvolvam como meio de superar as barreiras impostas pela sociedade e provar que conseguem ir além, tentando aproximar-se ao máximo do que consideram como normal para assim se sentirem-se mais aceites (idem).

5. CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

5.1. A CASA DO MENINO JESUS

No fim da 1ª Guerra Mundial, começaram a ver-se, pelas ruas da Covilhã, várias meninas sem amparo na sequência do falecimento de seus pais nos combates da Grande Guerra. O Cónego Monsenhor Anaquim, homem atento às necessidades sociais, procurou apoiar esta problemática e juntamente com alguns covilhanenses, fundou "As Florinhas da Rua", dando assim o primeiro passo para criação de uma instituição que passasse a ser o lar destas meninas órfãs.

A primeira casa funcionou num rés-do-chão da Rua da Ramalha, abrigando inicialmente cerca de seis crianças. Mais tarde, na década de vinte mudam-se para uma casa maior no Beco da Alegria. A partir de 1935, a Instituição passa para as instalações que ainda hoje ocupa, ao recuperar as instalações de uma antiga fábrica na Rua Vasco da Gama. A partir de 1965, a Casa do Menino Jesus passou a contar com a colaboração da Congregação das Irmãs Reparadoras de Nossa Senhora de Fátima, que passaram a ter um papel relevante em toda a ação educativa das crianças que habitam na Instituição.

A valência Lar de Crianças e Jovens da Casa do Menino Jesus tem um aspeto agradável, acolhedor e limpo, está contíguo com o Jardim de Infância também pertencente à instituição e das instalações que visitei, senti um ambiente familiar. Como já foi dito anteriormente, situa-se na Rua Vasco da Gama nº 98, na cidade da Covilhã e está instalado num edifício composto por seis pisos, que se dividem em várias áreas funcionais, entre as quais⁵:

- Sala de Convívio;
- Sala de Estudo com biblioteca (para alunos que frequentem o 2º, 3º ciclo e subsequentes);
- Sala Polivalente;
- Sala de Estudo (preparada para alunos mais novos que frequentam o 1º Ciclo);
- Quartos (individuais e partilhados)
- Instalações Sanitárias;
- Áreas de apoio e arrecadações;
- Cozinhas e anexos;
- Pátio interior e exterior (equipado com parque infantil);
- Secretaria;
- Capela;
- Sala de refeições.

⁵ Regulamento Interno do Lar de Crianças e Jovens da Casa do Menino Jesus

O Lar de Crianças e Jovens da Casa do Menino Jesus funciona 24 horas por dia, durante todo o ano. Funcionando com turnos repartidos, para assim assegurar a presença permanente de funcionários.

Esta instituição tenta acompanhar os desafios da sociedade, então desde Julho de 2001, a Casa do Menino Jesus tem em funcionamento um projeto que visa o combate ao insucesso escolar. Trata-se do Centro de Intervenção Social e Psicopedagógica, aprovado pelo Programa Ser Criança e que pretende dar uma resposta individualizada e o mais abrangente possível a crianças que manifestam dificuldade de sucesso ou de inserção escolar. A resposta é dada com ações a nível psicológico, social, cognitivo, sanitário e familiar, combatendo assim o insucesso escolar.

Neste momento encontram-se a residir nesta instituição 25 crianças e jovens, dos quais 3 são do sexo masculino e têm idades compreendidas entre os 4 e os 18 anos.

No que diz respeito ao Projeto de Vida das crianças institucionalizadas na Casa do Menino Jesus, existem quatro Projetos de Vida, que passam pela reintegração na família nuclear. Seis que dizem respeito às jovens com idades mais elevadas, os Projetos de Vida passam pelo Processo de Autonomização, as restantes estão em situação de acolhimento institucional, algumas com Apadrinhamento Civil, outras em situação de Adoção, sendo que três ainda não têm Projeto de Vida elaborado, visto ser uma institucionalização recente.

5.1.1. ENQUADRAMENTO LEGAL

O lar de crianças e jovens, designado por Casa do Menino Jesus tem acordo de cooperação para proporcionar uma resposta social de Lar de Infância e Juventude, acordo este que foi celebrado com o Centro Distrital de Segurança Social desde 21 de setembro de 1992. É uma IPSS (Instituição Particular de segurança Social, regendo-se por normas próprias, bem como pelo estipulado no Decreto-Lei 64/2007 datado de 14 de maio de 2007, pelo Decreto Lei 2/86 datado de 2 de janeiro de 1986 e apoiando-se no Guião Técnico para os Lares de Infância e Juventude. O Regulamento Interno⁶ prevê a promoção do respeito pelos direitos de todos os residentes, prevê a divulgação e o cumprimento das regras de funcionamento da Casa do Menino Jesus, prevê também a promoção da participação ativa dos residentes ou dos seus representantes legais ao nível da gestão das respostas sociais.

Este Regulamento Interno tem como princípios orientadores da sua ação, os seguintes:

- Proporcionar condições de vida o mais próxima possível aos das famílias dos residentes, para que as necessidades básicas dos menores residentes sejam satisfeitas, bem como a interiorização de normas de conduta e valores que favoreçam um desenvolvimento e desempenho na vida em sociedade o mais positivo possível;

⁶ Regulamento Interno da Casa do Menino Jesus

- Criação de *Projetos de vida* - Entende-se por Projeto de Vida⁷, o plano de intervenção onde são tratadas as diretivas e as ações que modelarão o futuro da criança em risco, visando a reinserção da criança na sociedade. Deve ser iniciado e elaborado a partir de um diagnóstico da realidade da criança. Atualmente este tipo de projeto passa pelo regresso à família, pela Institucionalização (Lares de Crianças e Jovens em risco, Centros de Acolhimento Temporários, Acolhimento familiar) ou pela adoção. Cabe à instituição de acolhimento proceder à sua elaboração, tentando acima de tudo a melhor solução para o futuro da criança, devendo ter sempre em conta o «interesse da criança». O projeto de vida pode ser considerado uma chave mestra na intervenção a desenvolver durante o período de acolhimento. É um direito de cada criança e jovem, razão pela qual se tem procurado nos últimos anos impulsionar a sua operacionalização no contexto institucional mas também cooperando com a comunidade onde a criança se encontra integrada.
- Proporcionar laços de convivência com a família de origem, sempre que isso seja recomendável, visando a manutenção dos laços do menor com a família nuclear, bem como, a responsabilização da mesma;
- Abertura à comunidade.

5.1.2. FUNCIONAMENTO

As condições de admissão a esta Instituição são as que estão de acordo com o artigo 3º da Lei 147/99. No que diz respeito à candidatura, normalmente o processo inicia-se com o pedido de acolhimento por parte das entidades com competência para tal que são a Segurança Social, o Tribunal e Comissão de Proteção de Crianças e Jovens.

A admissão de crianças e Jovens nesta instituição requer a entrega de vários documentos, entre os quais Cédula, Certidão de Nascimento ou Cartão de Cidadão, número de beneficiário da Segurança Social, Cartão de Utente do serviço Nacional de Saúde, entre outros. Um documento que deverá, sempre que possível, acompanhar a criança na hora da admissão é uma cópia da decisão judicial da entrega do menor a uma instituição ou o acordo de promoção e proteção, este documento será dispensado, numa primeira fase, em caso de urgência na institucionalização.

Os critérios de admissão, nesta instituição, passam pelo género do menor, que deverá ser feminino, a sua faixa etária deverá situar-se entre os 4 e os 8 anos. Porém em casos excecionais e depois de aprovados pela equipa técnica, poderão ser admitidas crianças de ambos os sexos desde os 0 aos 4 anos e até aos 10 anos de ambos os géneros. Outro critério de admissão tem a ver com a zona de residência, devendo então as crianças institucionalizadas ser da zona da Covilhã. No que diz respeito à admissão a mesma carece de parecer da Equipa Técnica, após análise e avaliação do relatório social.

É política da instituição, proceder a um acolhimento positivo e acolhedor dos novos residentes, sendo esse acolhimento da responsabilidade da equipa técnica. É primordial a

⁷ Casa 2011 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens

análise da situação psicossocial da criança, para posterior elaboração do Projeto de Vida, sendo esse Projeto de Vida elaborado com o intuito da sua recuperação e preparação dos menores para uma vida social e pessoal e integração equilibrada na sociedade, contribuindo para o seu desenvolvimento social.

No que diz respeito às visitas, estas podem ocorrer dentro de determinadas condicionantes. Estas, normalmente decorrem aos sábados, domingos e feriados entre as 14 e as 16h. Estas condicionantes devem-se essencialmente às rotinas, tanto das crianças, como da instituição em si. Em caso de necessidade, a instituição reserva-se o direito de providenciar visitas sob vigilância de uma funcionária da dita instituição.

As visitas são todas registadas, todas as visitas têm obrigatoriamente um comportamento ordeiro, seguindo todas as regras e normas da instituição, sob pena da visita ser interrompida e em casos extremos ter de se informar as autoridades policiais.

No que diz respeito à organização da Instituição (por exemplo os horários de funcionamento) vão sempre de encontro às necessidades individuais das crianças. São organizados passeios desde que solicitados por outras entidades, ou pela própria instituição desde que o mesmo seja benéfico para o desenvolvimento e bem-estar das crianças.

No capítulo VI deste Regulamento estão plasmados os Direitos e Deveres dos residentes.

Como direitos constam encontram-se e de acordo com a Lei de Proteção de Crianças e Jovens 147/99, e que são os seguintes:

- Direito à Educação - Hora de estudo entre as 18h e as 20h;
- Direito ao Lazer - Brincar é um direito da criança, direito que é essencial ao bom desenvolvimento da criança, assim sendo, o Lar de Crianças e Jovens deve dispor de um local reservado para esse intuito;
- Direito à Privacidade - O Lar de Crianças deve respeitar sempre esse direito essencial, uma vez que as crianças residentes devem ter direito à privacidade e intimidade, em todos os aspetos da sua vida.
- Direito à Informação - A criança tem direito a ter informação do que se passa em seu redor;
- Direito aos Objetos Pessoais - Todas as crianças residentes têm direito a objetos pessoais, como roupa, objetos de higiene, entre outros;
- Direito à Proteção;
- Direito à Saúde - Os cuidados de saúde, deverão ser prestados a todas as residentes, com a periodicidade que poderá variar consoante as necessidades;
- Direito à Opinião - Todas as residentes têm o direito a críticas, desde que construtivas, bem como a dar sugestões que possam melhorar o funcionamento da instituição.

No que diz respeito aos deveres das residentes os mesmos estão diretamente relacionado com a sua participação na vida ativa do Lar, uma vez que essa vida ativa está diretamente ligada com a sua preparação pessoal, fazendo parte plena da sua formação pessoal e que são os seguintes:

- Dever de respeitar os funcionários, bem como as outras residentes;
- Dever de aceitar com correção e civismo as instruções e observações emanadas por todos os elementos da instituição, devendo também demonstrar uma sã convivência nas suas relações;
- Dever de utilizar linguagem e atitudes corretas para com todos os elementos da instituição;
- Dever de zelar pela preservação, conservação, limpeza, arrumação do quarto e espaço comum;
- Dever de manter a Diretora Técnica informada de tudo o que diga respeito à escola - resultados e outras informações pertinentes.

Por outro lado as Profissionais do Lar também têm direitos e deveres, que passam pelos seguintes:

- Tratamento com respeito e lealdade;
- Serem ouvidas nas suas solicitações e ou dúvidas, bem como em situações relacionadas com as suas tarefas;
- Participarem na vida da instituição;
- Deverão atender e informar corretamente, seguindo as diretrizes dos seus superiores cumprindo sempre as regras de funcionamento;
- Devem informar a diretora técnica sempre que se verifique algum comportamento ou situação anômala;
- Devem zelar por uma boa manutenção do espaço;
- Devem ser assíduas e pontuais;
- Devem saber trabalhar em equipa;
- Devem saber mediar conflitos;
- Devem saber escutar as residentes, colegas e elementos da direção.

Na instituição Casa do Menino Jesus existem também Direitos e Deveres das Famílias. A família constitui uma base essencial no processo de desenvolvimento das crianças, o mesmo acontece com as crianças e jovens residentes na CMJ, assim sendo e uma vez que é com base neste conceito que se constrói a personalidade da criança, todas as famílias possuem direitos e deveres intrínsecos ao processo educativo.

Então no que diz respeito aos direitos, as famílias têm os seguintes direitos:

- Direito a serem bem recebidas na instituição, beneficiando de um atendimento personalizado e individual, devem também ser asseguradas todas as condições de conforto, serenidade e privacidade durante o período de visita;
- As famílias têm também o direito de participar no processo educativo dos filhos;
- Têm direito a serem informados e darem a sua opinião sobre o Projeto de Vida dos seus filhos, bem como terem conhecimento de desenvolvimentos importantes da vida dos filhos a nível pessoal, social e escolar;
- Têm direito a que sejam preservados os laços afetivos com os filhos, mantendo contacto assiduamente com os mesmos, desde que autorizado judicialmente;

Como deveres, as famílias têm os seguintes:

- De cumprir as regras bem como as normas da instituição;
- Manter uma conduta assertiva e adequada, durante as horas previstas para as visitas, respeitando os outros residentes bem como os seus familiares;
- Devem responsabilizar-se e interessar-se pelo percurso dos seus filhos;
- Devem respeitar as regras da instituição e a sua dinâmica - Horários, atividades, etc

A guarda dos bens pessoais das residentes será da responsabilidade, delas mesmas, exceto se solicitarem o contrário os bens ficarão a cargo da Diretora Técnica.

As residentes ao completarem os 18 anos, podem por iniciativa própria, optar pela saída da instituição.

Aquando da entrada na instituição deverá ser fornecido um guia explicativo do funcionamento, às residentes as quais devem ser responsabilizadas pelo seu cumprimento, desde que tenham idade e entendimento para tal.

No processo de autonomização, deverá ser celebrado um contrato com a residente e com a própria instituição, onde estejam expostas as normas de funcionamento, os direitos bem como os deveres existentes no apartamento de transição.

6. METODOLOGIA

É cada vez mais importante o papel desempenhado tanto pelos profissionais, tais como educadores, professores, funcionários das escolas, médicos, como pelos vizinhos, amigos, que de alguma maneira servem de fronteira entre o seio familiar e a restante vida societal a que a criança está exposta. Sendo para isso necessário a análise e acompanhamento de situações que levantem dúvidas, bem como todos os estudos e trabalhos de investigação sobre a problemática, a fim de acompanhar a evolução desta problemática.

É mais fácil para a comunidade como observadora, se aperceber de que algo não está bem com a criança e tentar então saber o porquê. Deve essencialmente lançar esse olhar para as famílias mais protegidas, em suma aquelas que aparentemente se aproximam mais da norma. Os maus tratos são transversais aos diferentes tipos de família bem como aos diferentes grupos sociais. Em Portugal as situações de falta de recursos financeiros e materiais e que normalmente levam a uma privação do meio escolar, estão a aumentar de dia para dia. Estes casos servirão com certeza de terreno fértil para situações de risco, risco este normalmente ligado essencialmente à negligência (Almeida, et al, 1999).

É necessário entender a complexidade de estudo da problemática ligada aos maus tratos, à negligência, à institucionalização, uma vez que os seus intervenientes são na sua grande maioria crianças ou jovens que estarão fragilizados e conseqüentemente todos os estudos que se façam neste âmbito sofrerão constrangimentos, daí a escolha das ferramentas, dos instrumentos de análise ser de vital importância

«É importante que a construção das técnicas seja elaborada com base em ferramentas metodológicas que procurem ser permeáveis às especificidades do grupo social da infância e particularidades de cada criança e

nquanto ator social pleno.» (Saramago,2001)

É necessário a utilização de metodologias que escutem as crianças, que entendam as crianças como indivíduos com direitos sociais, anulando as interpretações que esvaziem de conteúdo os significados das crianças sobre os seus próprios mundos vendo-as como informantes desqualificadas achando-as incapazes para formarem juízos de valor sobre as suas próprias problemáticas. Antes devem ser vistas como parceiras na construção da investigação. As crianças possuem capacidades simbolizadoras, combatendo a marginalização até a exclusão de que as crianças são alvo, em investigações sobre elas onde porém elas são excluídas por não possuírem as credenciais abonatórias, que muitos consideram certas e necessárias para um bom resultado (Tomás, 2008).

Essa luta poderá ser vista como abonatória e emancipatória uma vez que defende a necessidade da participação da criança, quando a investigação está diretamente relacionada com as suas problemáticas. As crianças não podem ser estudadas num tubo de ensaio, devem sim ser vistas como participantes (Woodhead e Faulkner cit in Tomás,2008).

Numa investigação sociológica os métodos e técnicas a serem utilizados estão diretamente relacionadas com a problemática com que se está a trabalhar. Dependendo a sua escolha, dos vários fatores relacionados com a pesquisa, ou seja, a natureza dos fenómenos, o objeto da

pesquisa e outros elementos que possam surgir no campo da investigação (Marconi e Lakatos, 2003).

Tanto os métodos como as técnicas devem adequar-se à problemática em estudo, bem como às hipóteses ou questões levantadas e que se queiram corroborar, não esquecendo o tipo de população com quem se vai trabalhar. Se em todas as investigações, na área das ciências sociais, se levanta a problemática dos filtros entre o investigador e a realidade, essa noção é muitas mais acentuada no que diz respeito aos maus tratos infantis, uma vez que esta está intimamente relacionada com o universo familiar, por norma fechado e privado. Sendo então neste caso o filtro entre investigador e realidade, mais difícil de contornar (Almeida, 1999).

Segundo Quivy e Campenhoudt (s/d) ao longo da investigação vai-se alterando, vai-se reproblematicando a pergunta de partida, que no caso desta Dissertação, passa pela interrogação do que as crianças institucionalizadas esperam do seu futuro, para se ir desmembrando essa mesma pergunta num sem número de outras, claro desde que diretamente relacionadas. Algumas dessas questões podem passar pela interrogação de se a institucionalização poderá ser inibidora do processo de socialização da criança e futuramente condicionante da inclusão da criança na sociedade, se a família da criança está de alguma maneira a ser apoiada para poder receber a criança, passando também pela questão de que será que a Casa do Menino Jesus apresenta características de uma Instituição Total.

Nesta Dissertação de Mestrado optou-se pelo uso da Metodologia Qualitativa, sendo um estudo de caso, não podendo ser extrapolada para outras realidades idênticas, uma vez que se limita aquele grupo em questão.

Como técnica utilizou-se a entrevista semiestruturada, uma vez que com esta técnica existem uma série de pontos ou tópicos que deverão ser respondidos, servindo esses pontos ou tópicos como guia.

Foi escolhida esta técnica uma vez que, como lidamos com crianças, esta entrevista tem uma flexibilidade relativa. As questões não necessitam seguir a ordem anteriormente prevista no guia, podendo até ser formuladas novas e diferentes questões no decorrer da entrevista, contudo convém que no geral a entrevista siga conforme planeado.

Algumas vantagens deste tipo de entrevista são: a possibilidade de acesso a informação além do que se esperava, o que enriquecerá o resultado do estudo; o esclarecimento de pontos mais importantes da própria entrevista, entre outros.

No caso específico da investigação com crianças, as narrativas são instrumentos a ter em consideração, uma vez que põe em evidência representações mentais da própria experiência da criança e dos outros. Investigações têm vindo a constatar que uma vinculação segura, que originou um crescimento estável (em todos os aspetos) tenderá que as crianças criem narrativas coerentes, refletindo interações familiares mais positivas. Em oposição temos crianças com histórias marcadas pelas ruturas, abandonos ou negligência tenderão a criar narrativas com representações desvalorizadas, desorganizadas de si próprias e das suas figuras parentais. (Marques cit in Pinhel)

Numa pesquisa como a que se pretende fazer com este trabalho de investigação, necessitamos uma metodologia de cariz essencialmente qualitativo, só assim estamos permeáveis e sensíveis à exploração, à adaptação, à linguagem, à capacidade que as crianças analisadas terão sobre o entendimento e reflexão sobre a temática.

É necessário haver a capacidade de escolha de crianças que tenham uma maior capacidade de entendimento e de comunicação. Há que ter em conta as vivências da criança, a sua

facilidade de comunicação, a sua própria personalidade desde que o universo em estudo nos permita essa seleção.

As crianças institucionalizadas (como já tinha sido mencionado anteriormente no ponto 4.2) são crianças que estão muitas vezes desmotivadas para o ensino, possivelmente porque a própria vivência anterior à institucionalização as tenha marcado de tal maneira que não tenham grandes interesses pelas atividades letivas, ou então porque são oriundas de famílias com baixas habilitações literárias (esta afirmação será corroborada ou não pela entrevista) o que faz com que esse desinteresse escolar seja intergeracional, não desvalorizando o papel, que se espera positivo, por parte da Casa do Menino Jesus que tenta que essa falha seja colmatada.

À retaguarda, a história familiar será um elemento que não deve ser descurado para a explicação deste objeto de estudo (crianças residentes na Casa do Menino Jesus) é sempre legítimo questionar de onde vêm estas crianças, qual a sua história de vida.

6.1. CONSTRUÇÃO DO MODELO DE ANÁLISE

Quando identificamos uma problemática necessário escolher uma metodologia de projeto que possua como objetivo de intervenção e é também construído tendo como base o conhecimento da realidade (Guerra, 2000).

Mas a realidade não fala por si é necessário conhecer as dinâmicas que pairam sobre essa realidade que se pretende analisar. Existem inúmeras dificuldades em as conjugar com a intervenção, há que ter sempre em atenção a identificação das mudanças sociais que ocorrem nos nossos dias visto a nossa sociedade viver em constante mutação.

Um bom diagnóstico garante a adequabilidade das respostas às diversas necessidades da problemática em questão.

É necessário em todas as situações ordenar as prioridades para a intervenção porém esta é uma árdua tarefa, isto porque não existe diferentes opiniões sobre as dinâmicas identificadas e as suas vulnerabilidades.

«A escolha das técnicas a utilizar depende do contexto em que se realiza o diagnóstico, sendo de considerar a existência ou não de informações já recolhidas, as características do grupo-alvo (...), do tempo e financiamento disponível, etc. Geralmente desenha-se uma panóplia de técnicas que respondem aos diferentes objetivos do diagnóstico e aos diferentes interlocutores.

«No entanto é sempre preferível utilizar técnicas que recorrem a metodologias de implicação dos atores e que se socorrem dos princípios da pesquisa-ação. A concretização do diagnóstico permite organizar a estrutura de acompanhamento que irá acompanhar e avaliar o projeto pelo que se pretende uma ativa participação dos atores, eles deverão desde o início, contribuir para o desenho do projeto. Esta implicação não é apenas um pressuposto epistemológico, ético e político é também uma necessidade técnica pois sabemos que os processos de mudança só existirão se os recursos endógenos foram acionados por aqueles que os detêm.» (Guerra, 2000:145)

Neste caso em particular foram entrevistadas 14 crianças com idades compreendidas entre os 10 e os 17 anos, todas do sexo feminino à exceção de dois meninos de cerca de 10 anos, pois

muito embora seja uma residência maioritariamente feminina há casos em que podem ser aceites residentes do caso masculino, como já tinha sido mencionado anteriormente na secção 6.2 funcionamento da instituição. Foram elaboradas questões tendo em conta a faixa etárias das crianças em estudo e tendo em conta que era a voz das crianças que se pretendia estudar, seriam as suas opiniões que queriam ser analisadas, optou-se por entrevista semiestruturada uma vez que assim seria possível um entendimento mais vasto da problemática em análise. É muitas vezes através de pequenas respostas/ expressões que nos permite analisar e decifrar as vivências, as expetativas, entre outras, destas crianças.

As questões dividem-se em três grandes grupos, um primeiro que visa conhecer a criança, dando principal relevância aos seus dados. O segundo grupo diz respeito aos dados da família e o último grande grupo visa analisar essencialmente os dados referentes à institucionalização.

6.1.1. GUIÃO DE ENTREVISTA - CRIANÇAS INSTITUCIONALIZADAS

Dados da Criança

1 - Que idade tens?

2 - De que localidade és?

3 - Em que escola andas? Em que ano? Como tem sido o teu percurso escolar?

4 - Alguém te apoia a fazer os trabalhos de casa? E a estudar?

5 - Gostas de andar na escola? Gostas dos teus colegas?

Dados da Família

6 - Que idades têm os teus pais?

7 - Qual é a sua profissão?

8 - Que habilitações têm?

9 - Tens irmãos? Que idades têm? Costumas vê-los?

10 - Os teus irmãos vivem com os teus pais, ou também estão numa instituição?

11 - Quantas vezes te contactam os teus familiares (pais, avós, tios)? Eles visitam-te com regularidade?

12 - Quais as pessoas da tua família mais importantes para ti?

Dados sobre o Percorso da Institucionalização

- 13 - Há quanto tempo estás na Casa do Menino Jesus? Sabes porque vieste para cá?
- 14 - Já estiveste noutras instituições? Durante quanto tempo?
- 15 - Como é para ti viver na CMJ?
- 16 - Quando cá chegaste explicaram-te quais os teus direitos e quais os teus deveres?
- 17 - Cumpres sempre os teus deveres dentro e fora da CMJ?
- 18 - Achas que os teus direitos são cumpridos?
- 19 - Quando recebes visitas estás sozinha numa sala com as tuas visitas ou existem outras pessoas presentes?
- 20 - Há alguém dentro desta instituição, com quem tu gostes de conversar, de passar o tempo, alguém especial para ti?
- 21 - Todas as residentes são tratadas da mesma maneira? Têm os mesmos horários para se deitar? Para se levantar? Para comer? Para ver televisão, entre outras atividades ligadas à rotina diária? Ou têm liberdade para gerir o vosso tempo livre?
- 22 - Dormes sozinha num quarto? Tens a tua própria roupa? Tens os teus próprios artigos de higiene? Ou partilhas as tuas coisas com as tuas colegas?
- 23 - Como costumavas passar os teus tempos livres? Costumas ir passear? Ir ao cinema? Sair com colegas da escola? Ires a festas de aniversário de colegas da escola?
- 24 - Que profissão gostarias de ter quando crescesses?
- 25 - O que esperas do teu futuro. Gostavas de regressar para casa, com os teus pais? Ou outros familiares? Ou preferes ficar na CMJ?
- 26 - Achas que a instituição se preocupa com teu futuro?
- 27 - Conheces o teu Projeto de Vida?
- 28 - Foste ouvida aquando da elaboração do teu Projeto de Vida?

6.2. JUSTIFICAÇÃO DAS ESCOLHAS OPÇÕES METODOLÓGICAS

Segundo Isabel Guerra (2000), foi graças à evolução sofrida pela própria sociologia que se foram atenuando as diferenças entre a sociologia da abstração e a sociologia de terreno. Houve ao longo de toda a história da sociologia uma barreira entre estes dois tipos de análise, o que levou também a que existissem diferentes instrumentos metodológicos. Desde o século XIX, que a sociologia de campo se associou à sociologia de intervenção. A sociologia de campo diz essencialmente respeito às formas sociais, tais como os costumes, as tradições, das leis, do funcionamento de grupos e das próprias instituições, construindo tipologias, que só são possíveis através de uma observação cuidadosa de como se apresentam esses fenômenos resultantes da vida em sociedade.

As novas realidades da sociedade sempre foram sensíveis à sociologia, debruçando-se esta, sobre os que eram considerados diferentes (os pobres, os desinseridos, as classes consideradas perigosas). A sociologia sempre se interessou pelos fenômenos da desintegração social. As novas realidades da industrialização e da urbanização serviram para aproximar o terreno do olhar dos investigadores. Desde a primeira escola americana com impacto nas Ciências Sociais Escola de Chicago e posteriormente a Universidade Columbia em Nova Iorque e uma vez que estas duas cidades sofreram transformações extraordinárias tendo como base uma imensa diversidade cultural resultante da imigração, serviu de “laboratório social” debruçando-se a sociologia, sobre uma diversidade de problemas procurando sempre adaptar as metodologias à problemática em estudo (idem).

Na atualidade existe uma alteração quer do campo de intervenção quer das próprias metodologias de pesquisa-ação. Mais uma vez Portugal esteve afastado aquando das fases iniciais do desenvolvimento de uma sociologia de terreno, contudo nos finais da década de 70 até aos nossos dias essa falha tem vindo a ser colmatada.

A própria complexidade da sociedade bem como a diversidade de formas existentes para a entender foram produzindo paradigmas teóricos e metodologias diversas que existiram sempre em paralelo valorizando cada um por si as diferentes dimensões da vida.

Nos nossos dias e através de uma evolução sentida na sociologia em par com as novas rearticulações dos paradigmas revelaram um lugar diferente para o ator, passando este a ser visto como sujeito social capaz de dar sentido à sua ação.

“Chamo sujeito à construção do indivíduo (ou do grupo) como ator, pela associação da sua liberdade afirmada e da sua experiência de vida assumida e reinterpretada. O sujeito é o esforço de transformação de uma situação vivida em ação livre; ele introduz a liberdade naquilo que parece primeiro como determinantes sociais e como uma herança cultural” (Touraine, 1996 cit in Guerra: 29).

A sociologia não fica apenas pelo estudo da racionalização e da funcionalidade das instituições sociais, tem sim como objetivo principal o entendimento do conflito que possa existir na relação entre sujeito-sistemas, liberdade-poder. Assim sendo, centra o seu estudo sobre os processos de mudança tentando descobrir lógicas que sejam subjacentes à construção da “historicidade” (Guerra 2000).

As crianças criam atividades baseadas em atitudes tão normais do seu dia-a-dia, como a atitude de brincar, baseando-se para tal na própria imaginação da realidade, criações essas que são inerentes à sua natureza de ser social. Uma vez que interagem com os seus pares e não só. São agentes ativos, criam as suas próprias identidades culturais contribuindo para a produção do nosso mundo (Corsaro cit in Delgado, 2005).

A identidade da criança está relacionada com a identidade cultural, não se podendo dissociar da cultura dos adultos. Não é, porém, num vazio que as crianças produzem cultura, não têm total autonomia no seu processo de socialização. Têm sim uma autonomia relativa, tendo as condições sociais em que vivem, com quem interagem no seu dia-a-dia um papel preponderante, contribuindo assim para a produção e a mudança cultural (Delgado, 2005).

No que diz respeito às metodologias de investigação com crianças, são normalmente referidas as entrevistas, análise de desenhos, análise de registos fotográficos ou visuais, observações participantes, diários de campo. Contudo estas metodologias suscitam sempre algumas dúvidas que passam pela questão se é atingível o entendimento do complexo mundo das crianças, será que nós adultos, entendemos as crianças na sua plenitude. Será que as escolhas metodológicas que fazemos nos permitirão ver a criança no seu mundo, sem interferência do olhar crítico de adulto.

Sabemos que a realidade é dinâmica e instável, daí muitas vezes aquilo que esperamos numa investigação não é acessível, nem sempre os resultados correspondem às nossas expectativas. É conveniente desconfiar de autores que acreditam em verdades absolutas sobre a infância. É sempre fundamental ouvir as outras vozes, sendo neste caso sempre necessário ouvir a voz das crianças. Contudo existem poucos estudos sobre as crianças, partindo das suas vozes, das suas ações, o que nos leva a renegar a definição de critérios universais de verdade (idem).

Quando se faz uma investigação, temos que pensar num aspeto muito importante, existem interesses e motivações que vão de alguma maneira orientar a investigação. Estes interesses e motivações vão também de alguma maneira fazer parte dos limites e das possibilidades da investigação a que nos propomos. O próprio desligar da convicção de que a criança é desprovida de razão, que é mera recetora da ação dos adultos, é uma delas. As crianças não são seres isolados, nem tão pouco herméticos às conjunturas onde socializam. Então há uma influência inter-relacional entre contextos e crianças (Tomás, 2008).

Nos últimos anos nas ciências sociais têm surgido oportunidade para a aplicação da linguagem quantitativa, tanto na descrição, como na representação e extração do conhecimento e consequentemente obter uma mais fidedigna interpretação de fenómenos sociais, à custa do desenvolvimento da informática, assim como, à solidez das observações e mensuração (Fonseca, 2008). Contudo não será de todo aplicado neste estudo.

No que diz respeito e sempre ligada à sociologia, a investigação empírica é uma investigação que é passível de ser observada através do uso da nossa experiência direta.

Através da observação das etapas da investigação social é importante a divisão em distintas fases. Numa primeira fase é quando temos a preparação da investigação, sendo que é nesta fase que se alcança a escolha do objeto a estudar, é nesta fase que se cria a especificação da investigação da problemática, a investigação documental, a teoria e o sentido da investigação. Segundo o autor é nesta fase que se criará:

- A estruturação da investigação - Passa pela estrutura da prova, a medida, a amostragem e a ética.

Seguindo-se a:

- Formação da Investigação - Passando pela observação direta, a entrevista não dirigida, história de vida, grupo de discussão, análise de conteúdo, sondagens, análise de dados secundários e simulação por computador.

Por fim temos:

- Análise de informação - Onde se aplica os tratamentos dos dados e sua análise (Fisher cit in Fonseca, 2008).

Na opinião de Raymond Quivy e Luc Van Campenhoudt, a investigação em Ciências sociais é essencialmente o «compreender os significados de um acontecimento ou de uma conduta, a fazer inteligentemente o ponto da situação, a captar com maior perspicácia as lógicas de funcionamento de uma organização, a refletir acertadamente sobre as implicações de uma decisão política, ou ainda compreender com maior nitidez como determinadas pessoas apreendem um problema e a tornar visíveis alguns dos fundamentos das suas representações» (Quivy e Campenhoudt, s/d).

O facto científico é conquistado, construído e por fim verificado, conquistado sobre os preconceitos, construídos pela razão e verificado pelos factos (Bachelard cit in Quivy e Campenhoudt, s/d).

Inicialmente é necessário fazer uma rutura com os preconceitos e as falsas evidências, que apenas servem para nos levar a tirar falsas conclusões e falsas ilusões de entendimento da problemática a estudar. A partir dessa rutura começa a ser construída então a lógica que o investigador acha que deverá estar na base do fenómeno. Graças a esta construção poderão então ser erguidas as preposições explicativas da problemática em estudo e fazer a definição de qual plano de pesquisa seguir, quais as operações que deverão ser aplicadas e quais as consequências advindas da observação (idem).

Para os autores as ações deverão seguir sete etapas que deverão também estar em permanente interação e que são as seguintes:

- A Pergunta de Partida;
- A exploração: as leituras; as entrevistas exploratórias;
- A problemática;
- A Construção do Modelo de análise;
- A observação;
- A análise de informações;
- As conclusões.

No que diz respeito à pergunta de partida, esta deve ser o fio condutor da investigação, deve conseguir mostrar o foco de interesse de estudo, sendo necessário que o investigador consiga enunciar a sua problemática na forma de pergunta de partida, obrigando-o a ser claro na expressão do que procura saber, não esquecendo a importância da rutura com os preconceitos e as noções prévias. As perguntas de partida deverão ser então claras, exequíveis e pertinentes.

No que diz respeito à exploração deverá servir de apoio à obtenção de algumas respostas sobre como explorar a problemática em estudo. As opções de leitura, que deverão ser de qualidade, têm como objetivo principal assegurar a qualidade da problematização. Podendo ser apoiadas por entrevistas exploratórias que servem de métodos complementares. As leituras e as entrevistas exploratórias servirão unicamente para apoiar na constituição da problemática da investigação em curso.

Quanto à problemática, esta deverá ser a abordagem ou até ser considerada como a perspectiva teórica que se decidiu adotar para se tratar o problema formulado através da pergunta de partida. A problemática constitui o princípio da orientação teórica da investigação.

Quanto à construção do modelo de análise, este passa pela ligação entre a problemática escolhida e o trabalho de elucidação sobre o mesmo. Quanto à observação esta engloba o conjunto de operações através das quais o modelo de análise escolhido é submetido aos factos e por outro lado será confrontado com os dados observáveis. É de primordial importância circunscrever as análises empíricas tanto no espaço quer geográfico e social como também no tempo.

Os sociológicos, segundo Quivy e Campenhoudt (s/d), estudam os conjuntos sociais como totalidades diferentes da soma das suas partes, nem sempre é possível recolher informações sobre cada uma das unidades que compõem e representam a população.

No caso desta dissertação e uma vez que é impossível trabalhar com o universo extenso das crianças institucionalizadas em Portugal, optou-se por fazer uma delimitação geográfica que fosse exequível, daí a escolha da Instituição Casa do Menino Jesus bem como das suas residentes.

Neste caso em análise optou-se pela entrevista, uma vez que na entrevista é aplicada um dos princípios de interação humana que é a comunicação (idem).

As entrevistas caracterizam-se pelo contacto direto entre o entrevistador-entrevistado, e se bem elaboradas e trabalhadas permitem a extração de informações ricas e pertinentes para o estudo em questão. As entrevistas mais utilizadas são as entrevistas semidirectas, ou semiestruturadas, onde o investigador dispõe de uma série de perguntas guia, relativamente abertas, essencialmente naquelas questões em que queremos obter respostas, também elas mais abertas (idem, ibidem).

Neste caso será este tipo de entrevista que será efetuada. Existem uma série de perguntas guia que permitirão e darão algum espaço de manobra para respostas amplas que nos permitam responder e analisar corretamente a problemática em estudo.

As dificuldades de investigação com crianças, passam pelo risco de manipular ou induzir as crianças a dizer o que queremos ouvir, ou o que o investigador gostaria de ouvir, ou o que seria pertinente ouvir para a investigação, para a concretização do objetivo, mesmo que isso vá de encontro ao que as crianças queriam proferir (Tomás, 2008).

Podemos aferir que a construção do modelo de análise será de alguma maneira o prolongamento da problemática em si. Será a delineação de qual o caminho que queremos de alguma maneira seguir a fim de encontrar respostas à problemática inicial.

Nesta Dissertação levada a cabo no contexto da institucionalização das crianças e suas repercussões no futuro, onde a voz das crianças é um dos principais instrumentos de análise, senão até o principal, optou-se por uma abordagem metodológica qualitativa.

Neste estudo interessa essencialmente entender o que será o futuro para as crianças institucionalizadas na Casa do menino Jesus, quais as expectativas, que elas têm para o seu amanhã. Entender até que ponto a ameaça da exclusão social paira sobre elas, e se serão protegidas dessa mesma ameaça, pela instituição que as acolhe, bem como pela própria sociedade e também quais as marcas deixada pela institucionalização.

6.3. PROTEÇÃO DE DADOS - QUESTÕES ÉTICAS

Para quem trabalha com pessoas, especialmente com crianças, a existem códigos de ética que regulamentam as suas atividades. Estes são essenciais, uma vez que se trabalha com pessoas, o que obriga à existência de seriedade nas suas realizações e da complexidade dos dilemas com os quais se encontram (Adams, Dollahite, Gilbert & Keim, 2001 cit in Ribeiro, 2003).

Numa investigação, o investigador é responsável por avaliar cuidadosamente em que medida o estudo é aceitável sob o ponto de vista ético, antes de iniciar a sua pesquisa. Devem ser escusados os estudos que coloquem em causa os direitos dos participantes, para acautelar que estes sejam prejudicados por tomarem parte em determinada investigação. Quando a investigação implica investigações de risco, o que o investigador pode efetuar é um contrato com os participantes, no sentido de clarificar obrigações, direitos e responsabilidades mútuos, esclarecendo também sobre os aspetos da investigação que possam vir a afetar os participantes. Só assim se poderá assegurar o assentimento informado dos indivíduos que fazem parte na investigação (Ribeiro,2003).

Quando a investigação implica o estudo do comportamento humano envolve uma relação entre o investigador e os sujeitos, ou entre o investigador, os sujeitos e os respetivos contextos, então a problemática relacionada com a questão ética central incide num dilema entre dois sistemas de valores. Por um lado temos a crença no valor e na necessidade da própria investigação e por outro lado temos a crença na dignidade humana e nos contextos de vida dos próprios indivíduos, não esquecendo o direito que ambos têm à privacidade. O investigador deve respeitar sempre a liberdade do participante ou participantes recusarem a sua participação na investigação, em qualquer uma das fases do seu desenvolvimento. O investigador deverá também avaliar se os objetivos do estudo podem ser aclarados perante os sujeitos. Ou se por outro lado é fundamental que tais objetivos não sejam clarificados na íntegra, por razões de ordem metodológica, porém este procedimento deverá ser cuidadosamente ponderado. É sempre necessário ponderar a importância de salvaguardar a integridade física, mental e moral dos participantes, evitando investigações, estudos que possam por em causa a sua segurança. Há um ponto que se deve assumir na sua íntegra que tem a ver com a confidencialidade dos resultados obtidos, se for com crianças, dos dados identificativos dos participantes, exceto se foi efetuado com os participantes algum acordo em contrário (Almeida e Freire 2000 cit in Ribeiro 2003).

A intervenção junto de crianças e essencialmente se for de crianças institucionalizadas, deve ser feita no respeito pela sua intimidade, pelo seu direito à imagem e reserva da vida privada. Não podemos esquecer que se trata de acesso a informação sensível e que diz respeito à esfera privada de cada um.

O carácter reservado do processo⁸ constitui um corolário referente ao princípio da privacidade. Este direito está contemplado na Lei de Proteção de Crianças e Jovens, no seu artigo 89º e sucintamente diz respeito à privacidade, à restrição do acesso à informação contida no processo que acompanha a criança a que só deverão ter acesso pessoas diretamente relacionadas com a problemática. Assim, seguindo esse artigo só deverá ter acesso a essa informação as pessoas que têm como missão a tomada de decisões no processo, a própria criança, os seus pais, algum advogado ou quem manifeste um interesse legítimo,

⁸ Guia de orientações da ação social na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo
«Promoção e Proteção dos direitos das crianças»

que deverá ser previamente autorizado. Esta restrição está essencialmente prevista para os processos de promoção e proteção, contudo e apelando à privacidade das crianças essa norma pode estender-se aos registos efetuados nos processos da primeira linha de intervenção. Devendo esses processos ser bem guardados a fim de não permitir o acesso à informação nele constante a pessoas que não têm legitimidade para esse fim. No caso específico deste trabalho, também não me foi permitido consultar os processos das crianças residentes, porém fui informada pela Diretora Técnica da instituição de todas as interrogações que se me levantaram ao longo das entrevistas e que necessitava de ver respondidas a fim de poder retirar as conclusões à questão de partidas e às questões que foram surgindo ao longo deste trabalho.

Qualquer pessoa ou profissional que tenha qualquer tipo de contacto com os processos relativos à proteção de crianças seja em que fase for, está obrigado a manter total confidencialidade sobre os dados nele constante. Para se levar a bom porto esta dissertação foi necessário o estabelecimento de compromissos entre todas as partes envolvidas no estudo, tendo sempre o superior interesse da criança como objetivo principal a ter em conta. Ninguém pode trabalhar com as crianças residentes na Casa do Menino Jesus, sem prévia autorização da Direção. Devendo o dever de sigilo nunca ser posto em causa, nem ser descurado, sob pena da interdição, por parte da Direção, da continuação do estudo.

É necessário clarificar que no início de cada entrevista foi explicado à criança qual o motivo da minha deslocação à instituição, bem como qual a problemática em estudo. Tendo em conta que o objeto de estudo são crianças e que estas têm o direito a não responder a qualquer uma das questões que lhe seriam efetuadas, no caso de se sentirem de alguma maneira transgredidas na sua privacidade e intimidade (Ribeiro, 2003) (Almeida e Freire 2000 cit in Ribeiro 2003) e artº 89º da Lei de Proteção a Crianças e Jovens. Foi necessário com algumas das crianças estabelecer uma conversa mais informal previamente ao início da entrevista a fim de quebrar aquele gelo inicial. Pois se algumas crianças já me conheciam e mostraram o seu carinho e afinidade aquando da minha chegada à instituição, pelo contrário houve outras que devido à sua personalidade mais reservada acrescido do fator de não me conhecerem, tornou-se mais complicado aceder às suas respostas. Não posso também deixar de referir que houve também aqueles que apesar de não me conhecerem se mantiveram perfeitamente à vontade mostrando até algum interesse no estudo embelezando as suas respostas de fantasia e imaginação. Sendo aqui necessário haver uma filtragem da informação bem como fazer o confronto da informação fornecida através da «voz das crianças» com documentação existente nos seus respetivos processos, a fim de se apurar a realidade dos factos. A criança deve ser vista como participante e não ser analisada através de um tubo de ensaio, contudo isto trará trabalho acrescido (Tomas, 2008) (Marques cit in Pinhel, 2009) (Delgado, 2005) (Corsaro cit in Delgado, 2005) (Woodhead e Falkner cit in Tomas, 2008).

No seguimento deste trabalho de campo é necessário salientar que houve algumas crianças que devido a problemas cognitivos não entenderam algumas questões e em sequência não responderam. Apesar de não terem respondido à totalidade das questões, serão sempre importantes na construção da totalidade das respostas (Carreira, 2012).

No ponto seguinte far-se-á uma sucinta caracterização das crianças entrevistadas, onde se fará uma breve caracterização partindo unicamente da informação retirada das respostas que elas próprias deram às questões por mim colocadas. Apesar de existir um guião previamente elaborado, por vezes as perguntas não seguiram a ordem nele constante, uma vez que a entrevista era semiestruturada dava muitas vezes abertura a que a resposta a umas questões levasse à colocação de outras questões, diferentes das que estavam no seguimento.

7. CARACTERIZAÇÃO DOS(AS) ENTREVISTADOS(AS)

Neste ponto serão caracterizadas todas as crianças entrevistadas tendo como base as suas respostas, sem complementação com outro tipo de informação, serão colocados alguns excertos dessas mesmas entrevistas, como forma de complementar da informação.

- Caracterização da E1

A primeira criança a ser entrevistada tem 13 anos é natural duma localidade pertencente ao distrito de Castelo Branco, onde a família nuclear ainda reside. Está a frequentar o 6º ano de escolaridade.

A idade da mãe ronda os 30 anos e está desempregada, o pai é mais novo que a mãe, trabalhava na construção civil estando neste momento a cumprir uma pena que lhe foi aplicada.

São 6 filhos na totalidade (2, 6, 13, 15, 21 e 23 anos), estando 3 a residir em instituições.

«...somos 6 no total, 1 está a residir no XXXXXXXX e outra está aqui na CMJ...»

Recebia visitas regularmente (15 em 15 dias), no momento e por falta de condições financeiras, ninguém a visita.

Não tem nenhuma figura de referência específica, tem bom relacionamento com toda a gente dentro e fora da instituição. Contudo tem um carinho especial pela sua madrinha (apadrinhamento civil).

«O que eu gostava era fica aqui na casa até me deixarem, até ao 18 anos ou 21, com autorização do tribunal, ou então ir viver com a minha “madrinha”, não gostava de ser adotada»

Relativamente à autonomia, a entrevistada sabe que precisa de autorização para sair e as regras são iguais para todas as residentes.

Sente falta essencialmente da irmã mais nova e tem saudades da avó que já faleceu. Enquanto residia em casa com a mãe, ajudava a tratar dos irmãos.

«A pessoa da minha família mais importante para mim é a minha irmã mais nova, tenho muitas saudades dela..... também tenho saudades da minha avó materna que já morreu.....»

Não gostava de ser adotada, quer ficar na instituição até poder e depois regressar a casa, arranjar emprego e ajudar a mãe financeiramente.

Gostava de ser Educadora de Infância.

Gosta de viver na Casa do Menino Jesus, tem tudo o que precisa, sabe quais são dos seus direitos e deveres dentro e fora da instituição.

«Aqui na Casa tenho tudo o que preciso, tenho a ajuda dos adultos, tenho apoio na escola e apoio psicológico, sou feliz aqui!»

- Caracterização da E2

A segunda criança tem 11 anos é filha única e é natural da zona de Castelo Branco. No ano letivo 2013/2014 irá repetir o 5º ano de escolaridade.

É uma criança muito reservada, não tendo sido muito fácil a obtenção de respostas às minhas questões.

«A cerca dos meus pais, as idades e assim? Não sei muito.....»

Nos tempos livres costuma ver televisão, brincar no pátio e jogar PlayStation.

Tem ajuda na elaboração dos trabalhos de casa e no estudo em geral.

«.....quem me ajuda nos TPC? As colegas, uma professora que costuma cá vir e as funcionárias....»

A sua figura de referência é a Diretora Técnica.

No que diz respeito à autonomia sabe que existem regras iguais para todos os residentes e que todos têm que cumprir, desde os horários até à saída da instituição.

Não quis falar muitos dos assuntos relacionados com os seus pais nem do motivo que a levou a ser institucionalizada, apenas disse que a mãe era doméstica e o pai agricultor.

Recebe visitas regulares dos seus pais e de outros familiares.

«Recebo visitas e estamos todos na mesma sala.»

Está na instituição há quase um ano e gosta de lá estar, dorme num quarto sózinha.

Não quer regressar a casa de seus pais, preferindo ir viver com familiares.

«Não quero regressar para casa dos meus pais! Gostava de ir viver com as minhas XXXXXX para XXXXX»

- Caracterização da E3

No que diz respeito à terceira criança entrevistada tem 11 anos. É do sexo masculino. No próximo ano letivo irá frequentar o 5º ano de escolaridade. Gosta de andar na escola e tem muitos amigos.

A sua figura de referência é outra criança do sexo masculino residente na instituição.

Reside na CMJ há alguns anos e já teve outra irmã residente na mesma instituição, tendo já regressado a casa. São 6 filhos na totalidade.

«Tenho cinco irmão, tinha uma irmã que vivia aqui comigo, mas agora já foi para casa.....»

Nos tempos livres costuma ver televisão, brincar, jogar computador e jogar PlayStation.

É uma criança bem-disposta, amável, educada contudo ao longo da minha entrevista descrevia narrativas que quanto a mim seriam por vezes fruto da sua imaginação, levantando-se por vezes dúvidas acerca da veracidade das suas respostas.

«...os meus pais foram para a universidade, sabe? E já acabaram o curso, correu tudo muito bem.....»

Gosta de viver na instituição, não recebe visitas porque vai todos os fins de semana a casa.

Tem conhecimentos dos seus direitos e deveres e tenta cumpri-los.

Quando crescesse gostaria de ser futebolista.

Queria regressar para junto da sua família.

«Eu queria regressar para casa dos meus pais, não quero ser adotado porque as pessoas podem ser más!»

- Caracterização da E4

A quarta criança entrevistada tem 15 anos de idade. Frequenta uma escola secundária da cidade e segundo ela tem tido boas notas.

Não se lembra da idade nem das habilitações dos pais nem das suas profissões apenas sabe que o pai trabalha no estrangeiro.

«Não sei a idade..... não me lembro do trabalhos dos meus pais, só sei que o meu pai trabalhava em XXXXXXXX»

Tem 5 irmãos, uma das quais também residente na CMJ.

Está a residir «há muitos anos» na CMJ. Apenas se lembra que foi avô que a veio trazer à casa, porque «os pais não tinham dinheiro e discutiam muito». Existem em alguns aspetos uma mortificação do *self*, uma alienação de todas as situações.

«tenho 5 irmãos..... o meu pai já vive com a minha madrasta e já têm um filho.....aqui na Casa estou cá eu e uma irmã minha, já cá esteve outra a XXXXXXXX mas já saiu...»

Nos tempos livres costuma ver televisão, brincar na rua, ir para o quarto.

Não tem uma figura de referência específica.

No que concerne à autonomia, sabe que existem regras iguais para todos, tem também conhecimento dos seus direitos.

Gostava de ser massagista e regressar a casa do pai e da madrasta.

- Caracterização da E5

A quinta criança entrevistada tem 12 anos. No ano letivo 2013/2014 irá frequentar o 6º ano de escolaridade.

Tem dois irmãos, um dos quais também residente na CMJ e o mais velho reside com os pais.

«tenho um irmão de XXX anos que vive aqui e o outro mais velho vive com os meus pais»

Reside há quase um ano na instituição.

Nos tempos livres costuma ver televisão e brincar.

A sua figura de referência é a Diretora Técnica.

Relativamente à autonomia tem consciência que as regras são iguais para todas e que são para cumprir, sabe que não tem autonomia para decidir determinadas questões, por exemplo sabe que não pode sair sem a autorização.

Gostaria de ser cabeleireira, educadora de infância ou desenhadora.

Quer continuar a residir na instituição e ser adotada.

« Sim gosto de viver aqui, mas gostava de ser adotada»

- Caracterização da E6

A sexta criança entrevistada tem 14 anos e irá frequentar o 9º ano de escolaridade.

Não se recorda da idade dos pais, sabe que trabalham mas não sabe qual a profissão.

«Não sei que idade têm, nem o que o fazem..... nem sei se andaram na escola»

Tem mais uma irmã também residente na CMJ.

«Ninguém nos visita, sabe? Não têm dinheiro.....»

Está na Casa do Menino Jesus «há muito tempo».

«Tenho uma irmã que também aqui vive..... Já cá estou há muito tempo, não me lembro desde quando.....»

Nos tempos livres costuma ver televisão e brincar.

As suas figuras de referência são as colegas e a Diretora Técnica.

Pretende continuar na Casa do Menino Jesus. Quando for mais velha gostaria de ser cabeleireira.

Relativamente a esta entrevistada houve algumas questões que não coloquei uma vez que a mesma apresentava algumas dificuldades em entendê-las e consequentemente a respondê-las.

- Caracterização da E7

A sétima entrevistada possui 10 anos e não sabe qual a sua naturalidade. Gosta de andar na escola onde tem muitos amigos.

No que diz respeito aos dados referentes aos seus pais não se recorda nem da idade, da profissão, nem das habilitações dos mesmos.

«...não sei a idade..... nem o que fazem..... se andaram na escola? Também não sei.....»

Tem duas irmãs sendo que uma delas também reside na CMJ.

*«Tenho duas irmãs, uma vive aqui e a outra vive com o meu padrinho, sabe vivem os dois!!
(chama padrinho ao companheiro da irmã mais velha)»*

Nos tempos livres costuma ver televisão, ler e brincar.

As suas figuras de referência são uma funcionária e a Diretora Técnica.

No que diz respeito à autonomia tem conhecimentos que existem regras iguais para todos. Têm horários para deitar, levantar e comer. Não podem sair sem um adulto e sem autorização.

«Temos horários certos para deitar, comer, levantar..... mas não sei explicar muito bem.....»

Não costuma receber visitas.

«Não ninguém me vem visitar....»

Não se recordando há quanto tempo reside na instituição, denotou-se ao longo de toda a entrevista uma mortificação do *self*.

«Acho que vim com 3 anos....acho eu. Já não me lembro bem..... foi há muito tempo....»

Gosta mais de viver na CMJ do que em casa dos seus pais.

Quando for adulta quer ser “senhora da limpeza”.

Pretende ficar na Casa do Menino Jesus até lhe ser permitido, não querendo regressar a casa de seus pais.

«Quero ficar aqui até poder, não quer regressar para casa dos meus pais!»

- Caracterização da E8

A criança entrevistada em 8º lugar tem 10 anos, é do sexo masculino.

No ano letivo 2013/2014 irá repetir o 4º ano de escolaridade.

Não sabe a idade dos pais apenas sabe que a mãe é doméstica e o pai trabalha nas obras.

«não sei nada só sei que o meu pai trabalha nas obras»

Tem dois irmãos estando um deles com cerca de 17 anos a residir com os pais e tem outra irmã também a residir na CMJ.

«Tenho dois irmãos, uma também vive aqui e o outro tem 17 anos e vive com os meus pais»

Veio residir para a instituição com 9 anos.

Nos tempos livres costuma brincar, *tomar banho*, ver televisão e jogar Play Station.

Tem conhecimento dos seus direitos e deveres, cumprindo-os sempre.

Quando crescer quer ser polícia.

Pretende regressar a casa dos seus pais.

«Gosto de viver aqui um bocadito..... Mas queria regressar para ao pé dos meus pais»

- Caracterização da E9

A nona criança entrevistada tem 16 anos de idade. Estuda numa Escola Secundária onde irá frequentar o 8º ano de escolaridade, no próximo ano letivo.

Gosta de andar na escola onde tem muitos amigos.

Nos tempos livres costuma ver televisão e brincar.

«Durmo sozinha num quarto e nos tempos livres gosto de ver televisão e de brincar»

Não sabe a idade dos pais, sabe que o pai trabalha nas obras e a mãe faz limpezas.

Tem 5 irmãos que vivem com os pais.

Já reside há muito tempo na CMJ e gosta de lá viver. Gostava de viver com outras pessoas, ou seja, gostava de ser adotada.

«Já vivo aqui há muito tempo, não sei porquê.....não sei há quanto tempo..... mas queria ir viver com outras pessoas»

- Caracterização da E10

Em décimo lugar entrevistei uma criança com 14 anos.

Estuda no 9º ano de escolaridade.

Não sabe a idade nem as habilitações dos pais apenas sabe que o pai trabalha nas obras.

«Não sei a idade da minha mãe nem do meu pai, sei que o meu pai trabalha nas obras»

Tem 5 irmãos. Uma das irmãs também reside na instituição. Tem também uma irmã mais velha que já residiu na CMJ tendo já saído é a única que a costuma visitar e telefonar.

Não tem uma figura de referência específica gosta de todas das colegas e de todos os adultos.

Sabe que está institucionalizada porque os pais discutiam, sabe também que foi o avô que a levou à CMJ. Porém, não se recorda ao certo, há quanto tempo reside na instituição. Neste caso notei em certos aspetos, também uma certa alienação, mortificação do *self*.

Sabe que existem regras na instituição que têm que ser cumpridas.

Nos tempos livres costuma ver televisão, jogar PlayStation e brincar.

Gostava de ir para casa dos pais ou então viver com um familiar.

«Tenho saudades do meu pai e da minha madrasta» «Gostava de ir para casa do meu pai ou de viver com a minha madrinha»

- Caracterização da E11

A 11ª criança entrevistada tem 16 anos.

Estudava no ano transato numa Escola porém ser transferida, o que lhe está a provocar alguns receios, uma vez que «já tinha feito muitos amigos».

«Já tinha lá amigos.....já fui à escola nova e não gostei das pessoas que lá estavam...»

A mãe tem 39 anos e o pai 52. A mãe é doméstica e o pai ajuda o avô paterno nas feiras. Sabe que a mãe tem o 4º ano de escolaridade quanto ao pai não sabe.

Tem um irmão com 19 anos que vive com o pai, que não é o mesmo da entrevistada.

Os familiares vêm visitá-la com pouca regularidade, prometendo por vezes que a vão visitar não cumprindo o prometido.

Reside na instituição há pouco tempo e não sabe o motivo. Gosta de lá viver «mas não muito».

«É a primeira vez que vivo numa instituição..... vim para cá em XXXXX, mas não quero falar dos motivos.....»

A sua figura de referência é uma colega.

«A minha melhor amiga é a XXXXXXX, os pequenitos..... às vezes perco a paciência com eles, são chatos»

Sabe quais são os seus direitos e deveres. Sabe que não pode sair sozinha sem autorização.

«Sei que não posso sair sem um adulto, quando quero passear tem que ser na companhia de um adulto»

«Nós as mais velhas podemos ficar até mais tarde.....podemos ficar até à meia noite e meia!»

Gostaria de ser empregada de mesa, profissão relacionada com o Curso que está a tirar.

Quer sair da instituição aos 18 anos e ir viver com os avós paternos.

«Queria ficar cá até aos 18 e depois ir viver com os meus avós, para casa deles....»

Respondeu quando questionada sobre o seu P.V. que nunca lhe tinham falado sobre nada respeitante ao mesmo.

«Não conheço o meu Projeto de Vida.....»

- Caracterização da E12

A entrevistada número 12 tem 17 anos de idade.

É uma criança alegre e espontânea, ofereceu-se logo para ser entrevistada todavia é uma criança com graves dificuldades.

Muitas das minhas questões não as entendeu nem eu entendi a grande maioria das respostas que me deu.

Gosta de andar na escola, não dando respostas perceptíveis acerca dos pais. Disse que tinha um irmão de 17 anos e que recebe visitas dos familiares todos os fins de semana.

Gosta de viver na Casa do Menino Jesus, onde já reside há muito tempo.

«Sim, sim eu gosto muito de cá viver.....»

Passa o seu tempo livre a ver televisão, gosta de estar no quarto e de ler à noite.

«gosto muito de ler um bocadito à noite!»

Tem como figuras de referência a diretora pedagógica e uma colega.

Gostava de ser manicura ou cabeleireira.

Conhece os seus direitos e deveres e cumpre-os.

- Caracterização da E13

A décima terceira criança entrevistada tem 19 anos. Estuda numa escola secundária.

A mãe tem 39 anos e o pai estará entre os 41 e os 42 anos de idade. A mãe é doméstica e o pai trabalha na construção civil.

Tem 3 irmãos que vivem com os pais. Não recebe visitas porque nas férias vai para casa, para junto da família.

«Tenho muitas saudades do meu irmão XXXX é o mais pequenito»

Segundo a entrevistada sempre lhe contaram duas versões que levaram à sua institucionalização. Uma das versões passa pela exposição a maus tratos por parte do companheiro da mãe, contudo ela sempre preferiu acreditar na segunda versão que passa pela exposição a comportamentos desviantes por parte de um familiar direto.

Gosta de viver na CMJ tem consciência que na instituição tem tudo aquilo que precisa e que não tinha junto da família nuclear, contudo sente que «existem algumas injustiças» no seio da instituição.

«Sinto-me bem aqui..... sei que aqui tenho tudo o que preciso, mas às vezes há algumas injustiças...»

« às vezes sei que perco um pouco a paciênciae nem sempre me porto muito bem, mas depois penso e peço desculpa.... »

Não gosta muito de sair, mas no que diz respeito à autonomia sabe que se quer sair tem que pedir autorização. Sabe que as regras são iguais para todas as residentes.

«As mais velhas têm mais alguma liberdade essencialmente no que diz respeito aos horários de deitar».

«Não sou muito para sair, mas se quero sair com os meus colegas da escola tenho que pedir autorização primeiro....»

Gostava de ter uma casa própria.

«Falaram disso (Projeto de Vida) quando estiveram a fazer o relatório para o tribunal»

Gostava de ser Secretária ou Fotógrafa.

- Caracterização da E14

A décima quarta jovem a ser entrevistada tem 17 anos.

Estuda numa Escola Profissional no 11º ano. Já ficou retida dois anos.

É filha única, sabe que a mãe tem 39 anos desconhece a idade do pai. Do pai apenas sabe que reside numa pequena localidade perto da XXXXXXX e que durante o tempo que ela está institucionalizada, o pai apenas a contactou uma ou duas vezes e via telefone.

A mãe vive na Covilhã com o padrasto. Costuma ir visitá-los.

«A minha mãe e o meu padrasto vivem cá, às vezes saio com eles.....vamos ao café. Antes ia mais vezes mas agora também quero sair com os meus colegas e então já não saio tanto com a minha mãe e o meu padrasto»

Costuma sair com colegas, nos seus tempos livres, ver televisão, ajudar nas tarefas e estar no computador.

Tem muitas saudades dos avós maternos, que a criaram e onde ia passar os fins de semana.

«Fui criada pelos meus avós e ia lá passar todos os fins de semana, mas agora a minha avó já faleceu..... »

Reside na CMJ há 10 anos, tendo sido ela que alertou para a situação de maus tratos a que estava sujeita por parte do então companheiro da mãe.

«Gosto de cá viver, até porque fui eu que quis vir pra cá.....mas há dias mais difíceis...»

Sabe que há regras que têm que ser cumpridas, se assim não acontecer podem sofrer «castigos» como ficar sem o telemóvel, não serem autorizadas a sair e ajudar nas tarefas.

«Tento cumprir sempre as regras, porque se não as cumprimos recebemos castigos. Quais? Ficamos sem o telemóvel, não saímos e temos que ajudar mais nas “obrigações”»

8. CONCLUSÕES GERAIS DAS ENTREVISTAS

Após a elaboração destas 14 entrevistas podem-se retirar as seguintes conclusões gerais e que vão ser seguidamente especificadas:

- Todas as crianças são naturais da Covilhã ou arredores;
- São todas do sexo feminino à exceção de duas;
- Na sua generalidade todas gostam de residir na Casa do menino Jesus, recebendo nesta instituição todos os cuidados e atenções de que necessitam para crescerem de uma forma positiva;
- Todas frequentam a escola, recebendo apoio no estudo;
- A grande maioria das entrevistadas tem laços de família comuns (irmãs e primas), concluindo-se que existem famílias com problemas de negligência, violência, comportamentos de risco, exclusão social etc intergeracionais;
- Um número elevado de crianças residentes na instituição em estudo já tiveram, ou ainda tem irmãos institucionalizados na CMJ ou em outras instituições;
- Todas as crianças conhecem os deveres que têm para com a instituição tentando sempre cumpri-los;
- Todas as crianças conhecem os seus direitos e entendem que também são cumpridos;
- Na sua grande maioria têm figuras de referência dentro da instituição, que podem ser colegas ou adultos;
- Todas ou quase todas as crianças têm conhecimento da existência de um Projeto de Vida, muito embora desconheçam o conceito confirmaram que já foram questionadas sobre o seu futuro e quais as suas expectativas (regressar a casa de seus pais, de outros familiares, serem adotadas, etc).

Assim sendo no que diz respeito aos direitos dos residentes na Casa do Menino Jesus, mencionados anteriormente na secção 6.2 como o direito à educação, o direito ao lazer, o direito aos objetos pessoais, à saúde, à informação, o direito à proteção e o direito à opinião e após a análise das respostas dadas leva-me a concluir que todos, na sua generalidade, são cumpridos.

No que diz respeito à privacidade possivelmente a aplicação desse direito terá algumas lacunas uma vez que a grande maioria das crianças/jovens partilha o quarto com uma colega, irmã ou prima.

No que diz respeito às visitas que recebem também aqui não haverá grande privacidade uma vez que se houver mais do que uma criança a receber visitas estão todos na mesma sala.

Só agora podem ficar com os telemóveis a noite, contudo penso que só as mais velhas o podem fazer.

Nestes casos estudados não me parece que houvesse graves problemas de absentismo, abandono escolar, poderia sim haver casos de insucesso mas não muito relevantes e que fossem causa principal que levasse à institucionalização.

Quanto aos deveres todas as crianças/jovens foram unânimes em anuir o cumprimento dos mesmos, mesmo aquelas (as mais velhas) que admitiam que por vezes se «revoltavam» depois entendiam que agiram mal mostrando o seu arrependimento.

No que diz respeito à família e essencialmente ao dever que têm de responsabilização e interesse pelos filhos parece-me que na sua grande maioria, existe um corte nas relações uma vez que a maioria dos residentes não recebe visitas. Quanto aos direitos das mesmas não analisei nada que me levasse a concluir que os mesmos não são cumpridos.

8.1. ANÁLISE DOS DADOS FORNECIDOS PELA INSTITUIÇÃO

Como mencionado anteriormente, no capítulo 6 secção 6.2, o carácter reservado do processo das crianças residentes e instituições constituem uma consequência do princípio da privacidade.

Este direito está contemplado na Lei de Proteção de Crianças e Jovens, no seu artigo 89º dizendo respeito à privacidade, à restrição do acesso à informação contida no processo que acompanha a criança a que só deverão ter acesso pessoas diretamente relacionadas com a problemática. Por essa razão não me foi possível consultar pessoalmente os processos das crianças entrevistadas, sendo-me depois fornecida a informação necessária pela instituição.

Sendo um trabalho cujo público-alvo são as crianças será pertinente estabelecer um contrato com os participantes, no sentido de clarificar obrigações, direitos e responsabilidades mútuos, apenas assim se poderá assegurar o assentimento informado dos indivíduos que fazem parte na investigação (Ribeiro,2003).

Não podemos de todo esquecer que dum lado temos a necessidade da própria investigação e por outro lado temos a importância na dignidade humana e nos contextos de vida dos próprios indivíduos, não esquecendo o direito que ambos têm à privacidade (Almeida e Freire 2000 cit in Ribeiro, 2003)

8.1.1. MOTIVOS QUE LEVARAM À APLICAÇÃO DA MEDIDA DE PROMOÇÃO E PROTEÇÃO

No que diz respeito ao motivo da aplicação da medida de promoção e proteção, no que diz respeito à fratria E6 e E7 está relacionada com abuso e negligência grosseira ao nível dos cuidados básicos respeitantes à higiene e saúde.

No que diz respeito à fratria E4 e E10 motivo da aplicação da medida de promoção e proteção passa pela negligência grosseira e mendicidade.

Quanto à E1 e E12 o motivo de aplicação da medida de promoção e proteção foi devido a abusos.

A aplicação da medida de promoção e proteção à E3 foi devido a exposição a comportamentos que colocavam o menor em risco.

No respeitante à E9 foi a negligência grosseira ao nível dos cuidados básicos que levou à sua institucionalização.

A E11 foi institucionalizada devido ao seu défice cognitivo.

No respeitante à E13 e E14 o motivo de aplicação da medida de promoção e proteção foi devido a abandono por parte da figura materna e comportamento disruptivo por parte da figura materna, respetivamente, sendo que quanto à E8 essa negligência grosseira e comportamentos disruptivos seriam por parte de ambos os progenitores.

No que diz respeito aos dados gerais relativos ao agregado familiar dos jovens institucionalizados a faixa etária ronda os 35 e os 60 anos, todos têm como habilitações literárias o 1º ciclo, ou então não possuem qualquer nível habilitacional, a nível de trabalho ou não possuem qualquer tipo de trabalho estável ou a sua atividade profissional é sazonal.

Ao nível do relacionamento interpares ou com adultos, todos os menores apresentam um comportamento assertivo, sendo todos respeitadores das regras e das normas da instituição.

No que diz respeito aos contactos mantidos com as suas famílias nucleares alargadas, a grande maioria mantém visitas e contactos regulares e/ou esporádicas, à exceção da fratria E6 e E7 e a fratria E4 e E10 que não recebem visitas nem mantêm contactos com a família nuclear por impedimento judicial.

8.1.2. PROJETO DE VIDA EM APLICAÇÃO ÀS RESIDENTES NA CASA DO MENINO JESUS

Quanto ao Projeto de Vida da fratria E6 e E7 passa pela adoção, não sendo realizado nenhum trabalho com a família nuclear e alargada de origem.

O Projeto de Vida das E2, E4, E8, E9, E10, E11, E13 passa pela autonomia.

O Projeto de Vida da E1 passa pelo Apadrinhamento Civil, não estando a ser realizado qualquer trabalho com a família nuclear e alargada.

No que concerne ao Projeto de Vida da E12 passa pelo acolhimento permanente.

No respeitante ao Projeto de Vida da E3 e E14 a intenção é a reunificação familiar. Estando no último caso a ser desenvolvido trabalho com a progenitora e o companheiro.

9. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Neste Ponto da Dissertação, após a análise e caracterização de cada criança entrevistada, seguida da caracterização de cada criança entrevistada através dos dados fornecidos pela instituição (uma vez que não me foi permitida a consulta dos respetivos processos) neste IV capítulo, na secção 10, irão ser apresentados os dados resultantes das entrevistas realizadas com as crianças residentes na Casa do Menino Jesus, bem como os dados pertinentes analisados nos processos de cada criança, a fim de serem obtidas respostas tanto á pergunta de partida como às outras perguntas que foram sendo construídas ao longo de toda a teoria constantes nos anteriores capítulos atendendo às dimensões que vão ser apresentadas na seguinte grelha analítica.

9.1. GRELHA ANALÍTICA

PROBLEMÁTICAS	DIMENSÕES EM ESTUDO
CRIANÇAS EM RISCO	<ul style="list-style-type: none">• Maus Tratos• Condições Socioeconómicas• Abandono/Absentismo escolar• Comportamentos desviantes
EXCLUSÃO SOCIAL	<ul style="list-style-type: none">• Características familiares• Habilitações• Situação Profissional• Unidade Familiar• Adaptação à escola (Escola-amigos)
INSTITUCIONALIZAÇÃO	<ul style="list-style-type: none">• Instituição Total• Vinculação Positiva• Relação Interpares• Relacionamento com os adultos• Mortificação do <i>self</i>• Direito à Participação• Análise das Narrativas• Expetativas para o futuro

10. A CRIANÇA E O RISCO

Relativamente a este primeiro ponto que diz respeito à relação entre criança e o risco. Na primeira problemática em análise é necessário ter-se o entendimento qual foi a problemática que levou a criança à institucionalização.

Sabe-se que é essencialmente as condições socioeconómicas, a exposição a comportamentos desviantes, o abandono/absentismo e o insucesso escolar, os maus tratos psicológicos, o abuso emocional e os maus tratos físicos que levam à institucionalização das crianças e jovens (Capucha, 2005) (Santos, 2005) (Relatório Anual de Avaliação das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de 2011).

É necessário entender-se quais as problemáticas mais usuais nas crianças residentes na Casa do menino Jesus.

		E1	E4	E11	E13	E14
A Criança e o Risco	Maus Tratos			«Estou cá desde maio, mais ou menos, mas não quero falar mais do assunto»	«Quando vim para cá há 9 anos, contaram-me duas histórias, eu prefiro acreditar na segunda, mas a primeira história foi que eu era vítima de maus tratos pelo o homem que vivia com a minha mãe...»	«Estou aqui há quase 10 anos e fui eu que pedi para vir para cá. O homem que vivia com a minha mãe tratava-me mal. Eu tinha uma colega na escola primária a quem pedi ajuda a mãe dela era assistente social, ou qualquer coisa assim no género e ajudou-me a vir para cá. A minha avó materna também ajudou.»
	Condições socioeconómicas	«Estou aqui porque os meus pais não tinham dinheiro»	«Vim para cá muito pequena, já não me lembro. Só sei que foi o meu avô que me trouxe, porque os meus pais não tinham dinheiro e estavam a discutir...»			
	Abandono ou Absentismo Escolar					

	Comportamentos Desviantes				»vim para aqui porque o meu padrinho andava por maus caminhos, sabe...andava na droga...»	
--	---------------------------	--	--	--	---	--

10.1. MAUS TRATOS

Imensas crianças são vítimas de maus tratos, abusos, negligência, pobreza, exclusão, e formas de violência. A maioria das crianças que se encontram nessas situações são, na sua maioria, oriundas de famílias com baixos rendimentos e que por essa razão se encontram nas classes sociais mais baixas, contudo não podemos esquecer que acontecem maus tratos em todas as classes, apenas a visibilidade desses maus tratos é diferente (Tomás, 2002).

O fenómeno da violência bem como as situações de maus-tratos na própria família não são situações dos nossos dias, contudo apenas há alguns anos começou a ter visibilidade (Cansado, s/d).

A falta de estabilidade financeira também provoca uma sensação de afastamento das redes sociais, estas crianças revelam grande ocorrência de situações de risco, intrínsecas a situações de desemprego ou de trabalhos sazonais. Esta frustração normalmente é descarregada nos familiares diretos como cônjuges e crianças.

Acontece também que crianças residentes na CMJ foram vítimas de companheiros das progenitoras (famílias recompostas).

«O homem que vivia com a minha mãe tratava-me mal.» E14

A sensação de afastamento com a sociedade, a desafiliação fará com que cortem com as suas crianças os laços familiares esquecendo-se que elas são indivíduos com direitos e entram em situação de negligência.

Segundo capucha (2005) as crianças e os jovens em risco são um das categorias mais vulneráveis à pobreza e exclusão social. Esse risco pode ser tanto material como relacional.

Muitas delas optaram por dizer que não se recordavam do motivo que as tinha levado à Institucionalização, tentando ao mesmo tempo proteger a situação que faz parte da sua esfera privada e protegerem-se a elas próprias.

«Estou cá desde maio, mais ou menos, mas não quero falar mais do assunto.....» E11

«Estou cá desde XXXXXXXX do ano passado.....mas não quero falar.....» E2

10.2. CONDIÇÕES SOCIOECONÓMICAS

As famílias das crianças institucionalizadas e uma vez que a grande maioria está em situação de exclusão, verifica-se uma destacada privação de recursos materiais e sociais. Que culminam por os arrastar para fora da sociedade. Isto acontece todos aqueles que não participam dos valores e das representações dominantes (Rodrigues et all, s/d).

Não tem sido fácil a mentalização da sociedade acerca dos direitos da criança. Temos que entender e ter em conta que por exemplo a diversidade cultural permite de alguma maneira diferentes entendimentos, perceções do que são efetivamente esses direitos.

Foi também difícil o entendimento, de que os direitos dos pais têm limites e nos casos em que os pais não desempenham o seu papel de protetores, tem que o Estado assumir o papel no respeitante à proteção da criança (Soares, s/d).

«Estou aqui porque os meus pais não tinham dinheiro» E1

«Vim para cá (Casa do menino Jesus) muito pequena, já não me lembro. Só sei que foi o meu avô que me trouxe, porque os meus pais não tinham dinheiro e estavam a discutir...» E4

10.3. ABANDONO/ABSENTISMO ESCOLAR

No ponto que diz respeito à sua escolaridade - absentismo, insucesso escolar e abandono escolar não obtive qualquer resposta que me levasse a concluir que este tivesse sido uma dimensão causadora da institucionalização, muito embora os progenitores não sejam possuidores de elevado grau académico (normalmente não tinham mais que o 1º Ciclo), não foi necessariamente por essa razão que as crianças foram institucionalizadas.

A Comissão de Proteção de Crianças e Jovens, mesmo antes de as crianças serem sinalizadas, existe um trabalho de acompanhamento de dezenas de crianças numa atitude preventiva, evitando o abandono escolar.

Consultando o Relatório da CPCJ da Covilhã como se pode ver no quadro 4 no Anexo 1, as Situações de perigo em que esteja em causa o Direito à Educação como o Insucesso escolar, o Abandono escolar e também o Absentismo escolar, existem apenas 3 crianças a serem acompanhadas por essa Comissão.

10.4. COMPORTAMENTOS DESVIANTES

Com foi dito no preâmbulo desta problemática a Criança e o Risco, está normalmente ligada a situações de maus tratos, negligência e falta de condições económicas, abandono, absentismo e insucesso escolar e a exposição da criança a comportamento de alguma maneira possam comprometer a sua integridade física e/ou psicológica (Relatórios das CPCJ).

Podemos apreciar que a grande maioria das crianças não quis falar abertamente sobre a questão.

Mais uma vez mencionamos que a exposição da criança ou jovem a situações de risco, poderá levá-los para vivências em meios marginais sendo necessário na maioria das vezes a intervenção das redes formais, sendo muitas vezes que a solução encontrada é a da institucionalização do menor.

A intervenção das instituições têm como principal desígnio a consciencialização de que as normas de vida em sociedade deverão ser aquelas que são aceites como padrão, devendo ser aquelas que são seguidas por todos, evitando assim comportamentos desviantes. O principal desígnio é o de inculcar nas crianças as normas socialmente aceites, que na maioria das vezes colidirá com os próprios contextos que estavam habituadas (Cansado, s/d).

«Vim para aqui porque o meu padrinho andava por maus caminhos, sabe.....andava na droga...» E13

11. EXCLUSÃO SOCIAL

Relativamente à segunda dimensão em estudo nesta Dissertação que diz respeito à exclusão Social, as famílias das crianças e jovens em risco têm características próprias (Capucha, 2005) (Dubar cit in Mucha et all, s/d).

São famílias que se encontram em situação de vulnerabilidade ao risco, ou no limite já estarão em situação de risco, o que normalmente levam à situação de exclusão. São famílias habitualmente pertencentes aos grupos com handicaps específicos, aos grupos de desqualificados e aos grupos marginais (Capucha, 2005). Será nesta fase do estudo, de vital importância entender em que grupos as famílias das crianças residentes na Casa do Menino Jesus se integram.

Capucha (2005) chama a atenção para cinco domínios que sem os quais os indivíduos e/ou as famílias se encontram em situação de exclusão (Room cit in Capucha, 2005). Esses cinco domínios passam pelo direito a um rendimento digno, o direito ao trabalho e à atividade económica, à educação e formação, à saúde e habitação e por último o direito à igualdade de oportunidades.

Será importante analisar se existe algum tipo de relacionamento entre a criança e jovem institucionalizado, com a sua família nuclear. Se a criança a criança está bem integrada na escola que frequenta, qual o seu percurso escolar, que ano frequenta e se mantém relações de amizade com os colegas da escola (Mucha et all, s/d).

Exclusão Social	Características familiares	E1	E2	E4	E11	E13	E14
		«Somos 6 filhos um tem 2 anos, outro 6, depois 13, 15, 21 e 23 anos, um dos meus irmão vive no Abrigo XXXX e outra irmã vive aqui comigo, os outros vivem com a minha mãe»	«Não tenho irmãos, sou filha única»	«não sei, não me lembro da idade dos meus pais, só sei que o meu pai trabalha na Espanha» «Somos 6, aqui na Casa vivemos duas, a minha irmã XXXX tem 19 anos também já cá viveu mas agora foi embora, mas telefona-nos»	«A minha mãe tem 39 anos e o meu pai 52»	«A minha mãe tem 39 anos e o meu pai tem ou 41 ou 42, a minha mãe não trabalha é doméstica e o meu pai trabalha na construção civil e viaja muito, também corta lenha em vários sítios.» «Tenho 3 irmãos um de 11, um de 13 e outro de 7 anos, que vivem com os meus pais» «Tenho saudades deles...»	«A minha mãe tem 39 anos mas o meu pai não sei, fui criada pelos meus avós maternos, mas a minha avó já morreu..... tenho muitas saudades dela.» «Não sei nada do meu pai, desde que aqui estou a viver ele só telefonou uma ou duas vezes» «Sou filha única» «Agora a minha mãe vive com o meu padrasto aqui na XXXXXXXXX»

	Habilitações		«os meus pais só andaram na escola primária»		«Sei que a minha mãe fez o 4º ano, o meu pai não sei»	«Só andaram na escola primária»	
	Situação Profissional	«a minha mãe está desempregada e o meu pai trabalhava na construção civil, mas agora está preso»	«a minha mãe está em casa e o meu pai é agricultor»		«a minha mãe está em casa, é doméstica e o meu pai ajuda o meu avô na feira, nas vendas»		«O meu pai trabalhava num restaurante no Algarve e agora não sei, acho que vive nas XXXXXXXXXXXX» «A minha mãe está num curso do desemprego»
	Unidade Familiar	«Antes vinham-me visitar de 15 em 15 dias agora já não têm dinheiro não vêm»	«Os meus pais vêm-me visitar uma vez por mês e as minhas tias e as minhas primas que vivem em XXXXXXX também» «mas não quero falar muito desses assuntos»		«Visitar? Vêm às vezes... eles tem carro só que às vezes prometem-me que vêm e depois não aparecem..... e isso é muito chato, ao menos não diziam que vinham, não acha?»	«Tenho muitas saudades do meu irmão mais novo, eles não me vêm visitar, porque eu vou a casa nas férias.»	«Costumava ir passar todos os fins de semana com os meus avós» «Costumo ir visitar a minha mãe e o meu padrasto a casa deles na Rua XXXXXX, vou com eles ao café, mas agora já não vou tanto porque também quero sair com os meus amigos, gosto de ir com eles às esplanadas, etc»
	Adaptação à escola	«Gosto muito da escola, gosto de lá andar e tenho muitos amigos»	«gosto de lá andar, tenho amigos, vou andar outra vez no 5º ano»		«gosto de andar na escola do XXXX, mas agora tenho que ir para a XXXXX, porque chumbei, já lá fui à escola nova, mas não gostei do aspeto nem da escola nem das pessoas»	«Gosto de andar na escola, só chumbei no 10º ano, agora vou para o 12º. Tenho muitos amigos e costumo sair com eles. Estou num Curso de XXXXXXXXX e gosto bastante.»	«Já chumbei 2 vezes, agora estou no 11º ano na Escola Profissional do XXXX, e tive boas notas.»

11.1. CARACTERÍSTICAS FAMILIARES

Segundo Carreira (2012) e uma vez que a infância é vista como uma construção social, não se pode estudar sem ter em conta as variáveis intrínsecas tão complexas como o género, a classe social, a etnia, a cultura e as relações que tiveram um papel preponderante na sua infância.

Não podemos descuidar que as crianças são seres ativos quer na construção quer na determinação das suas vidas sociais, e conseqüentemente de quem os rodeia.

No respeitante às características familiares, constatei que no geral existe um padrão que parece desencadear a espiral da exclusão que é o das famílias monoparentais ou até as famílias recompostas (Almeida et al, 1999).

As consequências no desenvolvimento de crianças que vivem cercadas por situações de vulnerabilidade ao risco devem ser acauteladas. Uma vez que essas vivências poderão trazer consequências nefastas no futuro dessas crianças, assumindo grande importância na competência que se pretende, que as gerações futuras tenham. Uma vez que investigações têm demonstrado que crianças vítimas de violência poderão alimentar ciclos geracionais de violência (Cansado, s/d).

No geral são famílias com vários filhos, alguns deles também residentes em instituições, contudo nem todos têm os mesmos progenitores (famílias recompostas). Na mesma família existe mais do que uma criança institucionalizada. Existe na CMJ situações de crianças pertencentes às mesmas famílias, com laços familiares - irmãs e primas (Capucha, 2005) (Almeida et al, 1999).

Após a análise desta problemática e uma vez que existem na instituição em estudo várias situações de relacionamento familiar entre as crianças residentes, é oportuno mencionar que a vulnerabilidade ao risco tem um carácter cumulativo, dinâmico e persistente encerrando no seu núcleo processos de reprodução - transmissão geracional, bem como de evolução, evolução essa que acompanha as novas formas que vão surgindo em sintonia com as alterações da sociedade, e que assim garantem a sua persistência, fazendo com que seja em simultâneo causa e consequência de diversas ruturas na própria coesão social (Rodrigues s/d).

«Somos 6 filhos um tem 2 anos, outro 6, depois 13, 15, 21 e 23 anos, um dos meus irmãos vive no Abrigo XXXX e outra irmã vive aqui comigo, os outros vivem com a minha mãe» E1

«Somos 6 irmãos, uma das minhas irmãs também aqui vivia, mas agora já foi embora...» E4

«Somos 6, aqui na Casa vivemos duas, a minha irmã XXXX tem 19 anos também já cá viveu mas agora foi embora, mas telefona-nos» E4

As características familiares são na sua grande maioria as que pertencentes aos indivíduos em situação de exclusão ou com vulnerabilidade à exclusão, são como Capucha (2005) menciona pessoas pertencentes a grupos com rendimentos baixos e benefícios sociais escassos.

«A minha mãe está em casa e o meu pai é agricultor.....» E2

«A minha mãe é doméstica e o meu pai trabalha na construção civil....» E3

«A minha mãe faz limpezas e o meu pai trabalha nas obras....» E9

São essencialmente pertencentes ao grupo de *desqualificados* - desempregados de longa duração, baixas qualificações, famílias monoparentais (recompostas) e demonstram

problemas ligados às competências e oportunidades. No respeitante às habilitações escolares e profissionais são também baixas ou até inexistentes, existem trajetórias espaciais e sociais de exclusão e essencialmente há notoriamente uma pertença a círculos de pobreza instalada.

*«a minha mãe está desempregada e o meu pai trabalhava na construção civil, mas agora está
XXXXXX..... a minha mãe já vive com outro homem.....» E1*

11.2. HABILITAÇÕES

Essa proteção, esse apego, essa proximidade, muitas vezes não é desencadeada, por distintos motivos. Temos então situações tipo de famílias com vulnerabilidades como por exemplo o caso das famílias monoparentais, em maior número até o respeitante às famílias monoparentais femininas. No que diz respeito à escolaridade, a grande maioria das famílias tem apenas o 1º ciclo do ensino primário, havendo até aqueles que mal sabem ler e escrever, acompanhando esta variável, temos a do emprego instável - muitos dos membros da família têm empregos instáveis e alguns são beneficiários do Rendimento Mínimo Garantido.

Tendo em conta todas estas condicionantes, a grande maioria destas crianças, já passaram fome, já viveram em situação de sem abrigo e em situação de mendicidade, antes de serem institucionalizadas. (Capucha, 2005).

No que diz respeito às habilitações literárias os progenitores são portadores de baixas habilitações literárias, tendo na sua grande maioria frequentado o 1º ciclo do ensino básico (Capucha, 2005) (Santos, 2005).

«os meus pais só andaram na escola primária» E2

«sei que a minha mãe fez o 4º ano o meu pai não sei» E11

«só andaram na escola primária» E13

11.3. SITUAÇÃO PROFISSIONAL

Seguindo a opinião Robert Castel (cit in Costa, 1998), o conceito de exclusão social é definido pelo processo de marginalização, onde se dão ruturas a vários níveis, uma das ruturas está ligada com o trabalho. Porém a fase mais extrema de exclusão é a que advém não só com a rutura com o mundo do trabalho mas quando essa rutura atinge a vida social do individuo. Quando essa rutura acontece nas suas redes familiares, afetivas e de amizade.

«O meu pai...não sei dele nem o que faz..... Mas desde que aqui (há muitos anos) estou só me contactou duas vezes e pelo telefone.....» E14

No respeitante à situação profissional, são pessoas com empregos precários, sazonais ou até em situação de desemprego de longa duração, quanto às progenitoras normalmente não exercem qualquer atividade profissional (Almeida et all, 1999) (Capucha, 2005) (Santos, 2005).

*«a minha mãe está em casa, é doméstica e o meu pai ajuda o meu avô na feira, nas vendas»
E11*

*«O meu pai trabalhava num restaurante no Algarve e agora não sei, acho que vive nas
XXXXXXXXXXXX» E14*

«A minha mãe está num curso do desemprego» E14

11.4. UNIDADE FAMILIAR

Uma das dimensões em estudo nesta Dissertação e mais precisamente neste ponto refere-se à análise da unidade familiar, a quebra de laços sociais, sobretudo os familiares.

Toda esta crescente tomada de consciência da criança não poderá ser separada da problemática dos nossos dias que é a diminuição abrupta da fecundidade. Essa diminuição leva por sua vez a uma diminuição do número de crianças, que em oposição deveria aumentar a preocupação relativamente ao cuidado e à sua protecção, uma vez que em muitos casos as crianças são vistas como um bem precioso (carreira, 2012). O que não parece acontecer nestes casos específicos, das crianças residentes na CMJ (nem a baixa fecundidade, nem o aumento da preocupação com as crianças).

A institucionalização é um indicador de desafiliação, nesse sentido alguns jovens, devido à desresponsabilização da família foram perdendo o contacto com os seus familiares mais diretos. Notando-se que a proximidade que têm com eles é muito diversa, existindo jovens a quem os familiares telefonam frequentemente e regressam a casa todas os fins de semana e outros que apresentam total desligação com os parentes. (Giddens cit in Varela, s/d)

«Antes vinham-me visitar de 15 em 15 dias agora já não têm dinheiro não vêm.....» E1

«Visitar? Vêm às vezes... eles tem carro só que às vezes prometem-me que vêm e depois não aparecem...e isso é muito chato, ao menos não diziam que vinham, não acha?» E11

Apesar dos maus tratos sejam eles de que tipo forem (físicos, psicológicos, sexuais, negligência) quase todas as crianças tendem a construir uma imagem positiva da sua família. O que diz respeito à relação com a família tanto no passado, como no presente parece ser de grande importância na formação da sua própria personalidade, uma vez que apesar de tudo mantêm a família numa redoma, não permitindo grandes intromissões nesses assuntos, mantendo-os na sua esfera privada (Mucha et al, s/d).

«Os meus pais vêm-me visitar uma vez por mês e as minhas tias e as minhas primas que vivem em XXXXXXXX também..... mas não quero falar muito desses assuntos» E2

11.5. ADAPTAÇÃO À ESCOLA (Escola-amigos)

A invisibilidade é equivalente à exclusão, as crianças são o grupo mais afetado pelas disparidades sociais, sendo então as mais afetadas pela pobreza, pelas desigualdades sociais e pelas lacunas das políticas públicas.

Uma condição de acesso ao futuro e plena reinserção social e respetivo acesso à cidadania passa pelo crescimento pleno da criança com apoio duma instituição que tem a missão de preparar essa mesma cidadania, que é a escola. Mas até aqui há diferenças, pois nem todas as crianças possuem os mesmos acessos, mesmo sendo este um direito universal (UNICEF cit in Sarmiento, 2007).

São crianças que se adaptam à escola gostando de a frequentar estando integradas nesse meio. Há algumas crianças com Necessidades Educativas Especiais, mas mesmo essas se integram à sua maneira e ao seu tempo.

«Gosto muito da escola, gosto de lá andar e tenho muitos amigos» E1

«Gosto de andar na escola, só chumbei no 10º ano, agora vou para o 12º. Tenho muitos amigos e costumo sair com eles. Estou num Curso de XXXXXXXXX e gosto bastante.» E13

«Já chumbei 2 vezes, agora estou no 11º ano na Escola XXXXXXXX do XXXX, e tive boas notas.» E14

12. INSTITUCIONALIZAÇÃO

No que diz respeito ao terceiro ponto está diretamente relacionado com a institucionalização e suas consequências.

É relevante saber se existe alguma figura de referência, para a criança, dentro da instituição que permita a obtenção, a aquisição de competências e de uma vinculação positiva, «primary caregiver» (Mucha et al, s/d) (Tarullo et al, 2007) (Pinhel, 2009) (Bowlby cit in Pinhel, 2009).

É essencial entender o funcionamento da instituição e compará-la com as características inerentes às instituições totais. Se existe uma hierarquia bastante rígida do poder, se existem direitos e deveres (regras) e se as residentes têm conhecimento deles. Entender se as regras são para todas as crianças de igual maneira, ou se existe adaptação dessas regras às características das crianças. Analisar no seio das crianças institucionalizadas, quais delas manifestarão a mortificação do *self*, analisar assim se estão em situação de alienação com o meio envolvente, existem barreiras físicas ou não entre instituição - criança - exterior (Goffman, 1969).

Numa instituição existem quebras das necessidades da vida quotidiana do indivíduo, desde o dormir, o comer, o sair entre outras necessidades. Sendo que todas essas actividades que anteriormente eram geridas autonomamente pelo indivíduo passam a ser geridas pelas regras da instituição (idem).

Entender se o relacionamento das crianças com os seus pares, com os adultos é positivo denotando assim boa integração na instituição comprovando-se assim que esta responde às necessidades da criança, ou se em oposição as crianças têm tendências depressivas, manifestação de agressividade, entre outras (Pinhel, 2009).

Analisar se a criança institucionalizada tem direito à participação nas decisões que dizem respeito ao seu futuro (Carreira, 2012) (Cansado, s/d).

É pertinente analisar se algumas das respostas dadas ao longo de todo o trabalho de campo, correspondem a narrativas fantasiosas, ou se pelo contrário correspondem a narrativas concretas e concretas, uma vez que crianças institucionalizadas há algum tempo tendem a elaborar narrativas pouco compatíveis com a realidade (Marques cit in Pinhel, 2009).

A institucionalização representa um corte significativo nas relações entre as crianças e a sua família. Mesmo que seja uma família que tenha tido algum tipo de comportamento desviante e que a manutenção da criança nesse ambiente traria consequências adversas para a mesma, o corte abrupto, o sentimento de abandono, o ser colocado num ambiente diferente aquele a que estava habituado, mesmo que prejudicial era o ambiente que conhecia (Cansado, s/d).

Institucionalização		E1	E3	E7	E8	E11	E13	E14
	Instituição Total	<p>«Sim sei que existem regras aqui na Casa que são iguais para todas e que temos que as cumprir»</p> <p>«Não podemos fazer o que queremos, temos que pedir sempre autorização a um adulto»</p>			«Aqui na Casa temos horários rígidos para ir dormir, para levantar de manhã e para comer»		«Todos sabemos as regras mas as mais velhas por exemplo podem ficar a acordadas até mais tarde, mais ou menos até à meia noite e meia»	«Gosto de cá estar, embora às vezes me chateia e seja refilona e até sei que às vezes sou um pouco revoltada e mal educada... mas depois peço desculpa. Temos regras para tudo e isso por vezes chateia-me, mas também sei que aqui na CMJ me dão tudo aquilo que preciso e me tratam bem, por isso depois peço desculpa...»
Vinculação positiva	«Não tenho ninguém especial, gosto de toda a gente e dou-me bem com todos»	«O meu melhor amigo aqui é o XXXX, gosto muito de brincar com ele»	«As pessoas de quem eu mais gosto aqui são a D. XXX e a DRª XXX»	«Eu gosto de toda a gente, mas de quem eu gosto mais é do XXXX, é o meu melhor amigo»	«A pessoa com quem gosto mais de estar é a minha colega XXXX»	«Sabe! não sou muito de falar dos meus problemas, não sou muito de desabafar, tento resolver os meus problemas. Mas a Drª XXXX conhece-me e sabe que eu às vezes não estou bem e espera que eu queira falar»	«Tinha uma colega com quem conversava muito mas agora já foi embora»	

	Relacionamento interpares	«dou-me bem com todos os colegas»				«Gosto de toda a gente, mas os mais novos são muito chatos, às vezes perco a paciência com eles»	«Gosto muito das minhas colegas, mas às vezes estar aqui é difícil, há dias muito complicados »
	Relacionamento com adultos	«tenho bom relacionamento com as doutoras e com todos os adultos» »gosto muito da minha madrinha, fui de férias com ela não me importava de ir viver para casa dela»					«Às vezes zango-me com as funcionárias Perco a cabeça, mas depois vejo que agi mal e peço desculpa...»
	Mortificação do <i>self</i>			«Já não me lembro quando para cá vim viver, era muito pequenina»			
	Direito à Participação	«Já me perguntaram se queira ser adotada ou regressar para casa dos meus pais, mas eu quero ficar aqui até me deixarem depois arranjar trabalho e ganhar dinheiro para ajudar a minha mãe, não quero ser adotada»					«Sim já me perguntaram o que quero fazer no futuro e eu já disse que queria ter uma casa minha, isso até foi falado por causa do relatório que enviam para o Tribunal»

	Análise das Narrativas		<p>«os meus pais andaram na Universidade os dois»</p> <p>«está cá uma menina que vai ser adotada. Mostraram uma fotografia dos novos pais, têm muito dinheiro e uma casa muito bonita com piscina, ela quando viu as fotografias quis logo ser adotada por eles. Também tem uma irmã bebé»</p>					
	Expetativas de futuro	«Gostava de ser Educadora de Infância e ir para casa da minha mãe e dos meus irmãos»	<p>«Não quero ir para casa dos meus pais, quero ir viver com as minhas primas para Lisboa»</p> <p>»gostava de ser Educadora de Infância»</p>	«Quero ficar aqui até poder, mas não quero voltar para a casa dos meus pais»		«Gosta de ser empregada de mesa....gostava também de sair daqui aos 18 anos e depois ir para casa dos meus avós paternos»	«Como estou a tirar o curso profissional de secretariado gostava de ser secretária mas também gostava de ser fotógrafa, sim uma coisa ou outra»	«Gostava de ir para casa da minha mãe» «Gostava também de ser Bombeira Voluntária»

12.1. INSTITUIÇÃO TOTAL

No início dos seus percursos de vida constata-se que na maioria dos jovens constantes nesta investigação é regulado pela precariedade, sendo que as suas transições para a vida adulta são sobretudo desestruturantes culminando assim, na institucionalização.

Todas as residentes conhecem e sabem que existem direitos e deveres e tentam cumpri-los. Têm consciência (principalmente as mais velhas) que quando não cumpre os seus deveres sofrem «castigos» e normalmente arrependem-se e pedem desculpa.

«Sim sei que existem regras aqui na Casa que são iguais para todas e que temos que as cumprir» E1

«Não podemos fazer o que queremos, temos que pedir sempre autorização a um adulto» E1

*«Aqui na Casa temos horários rígidos para ir dormir, para levantar de manhã e para comer»
E7*

«Todos sabemos as regras mas as mais velhas por exemplo podem ficar a acordadas até mais tarde, mais ou menos até á meia-noite e meia» E11

«Sei que existem regras que têm que ser cumpridas, claro que tento sempre cumpri-las porque quem não as cumpre fica de castigo..... Que castigo?Ficamos sem os telemóveis, não saímos e temos que ajudar mais nas “obrigações” (tarefas domésticas que todas têm que fazer)”» E14

Outra das situações descritas por Goffman (1969) no que diz respeito também à privacidade, esta é também um “direito” que o indivíduo perde aquando da sua institucionalização.

No caso da instituição em estudo, quando as crianças recebem visitas (normalmente de familiares) estão numa sala em conjunto com outras crianças e suas famílias, não havendo então grande privacidade nessa situação.

Normalmente há partilha de quarto entre duas residentes, existindo porém algumas possuem um quarto só para elas.

No que diz respeito aos bens pessoais (produtos de higiene, roupas, etc) não costumam partilhar possuindo cada criança os seus bens, partilhando-os apenas quando querem.

«Quando recebemos visitas estamos sozinhos mas às vezes vai alguém à sala para ver se está tudo bem!» E14

«.....às vezes estamos sozinhos com as vistas na sala, mas depois vai lá alguém ver se está tudo bem, às vezes a Dr^a XXXXX também lá está.....» E11

*«Tenho as minhas coisas, as minhas roupas..... posso empresta-las mas só porque quero....»
E1, E4,E5,*

A grande maioria respondeu apenas com um «Sim!» quando questionadas se tinham as roupas, os objetos só delas.

12.2. VINCULAÇÃO POSITIVA - RELAÇÃO INTERPARES - RELACIONAMENTO COM OS ADULTOS

No seguimento da opinião de Pinhel et all (2009) e no seguimento dos estudos efetuados por Bowlby, a saúde mental do indivíduo encontra o seu enraizamento nos cuidados que recebe por parte dos seus pais, nos seus primeiros anos de vida, sendo estes essenciais para o delinear das suas trajetórias futuras.

Uma relação com particularidades positivas origina uma vinculação segura, um desenvolvimento positivo, então é definida como sendo um sistema de comportamentos inatos de aproximação da criança à figura cuidadora, adquirindo assim a proteção que precisa (idem).

Existem boas relações entre as jovens e os adultos. A grande maioria tem uma figura de referência, que pode ser uma colega ou um adulto (Cansado, s/d) (Tarullo et all, 2007).

«O meu melhor amigo aqui é o XXXXX, gosto muito de brincar com ele» E3

As crianças são indivíduos estruturalmente precisando da proteção e dos cuidados dos pais ou de outros adultos que exerçam o papel parental (muitas vezes este papel é desempenhado pela Diretor Técnica e pelas funcionárias da instituição), porém quando aqueles não existem, ou quando se encontram socialmente vulneráveis, como é o caso das situações familiares em situação de exclusão social, é à sociedade que cabe tomar a seu cargo essa proteção através das instituições (Santos, 2010).

A vinculação insegura surge na sua maioria das vezes em famílias de risco, provoca que as crianças tenham comportamentos negativos tanto consigo como com a sociedade em geral têm tendências depressivas sendo até muito difícil que essas crianças criem, desenvolvam confiança num cuidador de referência (Pinhel, 2009).

«Sabe! não sou muito de falar dos meus problemas..... às vezes sinto-me triste mas não sou muito de desabafar, tento resolver os meus problemas. Mas a Drª XXXX conhece-me e sabe que eu às vezes não estou bem e espera que eu queira falar..... depois se me apetece falo com ela» E13

»Com quem costumo desabafar mais é com a XXXXX (funcionária ou com as doutoras.....» E7

«Tinha uma colega com quem conversava muito mas agora já foi embora» E14

«Não tenho ninguém especial, gosto de toda a gente e dou-me bem com todos» E1

«Quando preciso de falar falo com a doutora XXXXX» E5

12.3. MORTIFICAÇÃO DO SELF

As características duma instituição total são notórias em algumas das residentes, principalmente naquelas que residem na Casa do Menino Jesus há já alguns anos. Há alguns casos de alienação e de mortificação do *self*, há também casos de jovens que residem desde novas na instituição e mantêm as suas ideias, as suas convicções.

Muitas das crianças entrevistadas nas quais essa característica de mortificação do *self*, de alienação com o mundo em geral, respondiam-me com um «Não sei» «Não me lembro» ou até com um simples encolher de ombros a questões tão básicas como: *Há quanto tempo estás na Casa do Menino Jesus? Sabes porque vieste para cá? Como é para ti viver na CMJ? Quando cá chegaste explicaram-te quais os teus direitos e quais os teus deveres? Cumpres sempre os teus deveres dentro e fora da CMJ? Achas que os teus direitos são cumpridos? Conheces o teu Projeto de Vida? Foste ouvida aquando da elaboração do teu Projeto de Vida?*

Ou então dão respostas simplistas como:

«.....quando vim para cá?.....não me lembro, já foi há muito tempo.....» E6

«Já não me lembro quando para cá vim viver, era muito pequenina.....» E7

12.4. DIREITO À PARTICIPAÇÃO

A audição ou o direito à participação em assuntos que sejam do interesse da criança ou jovem, está estipulado na Lei de Proteção 147/99, porém e em contradição do previsto na lei e corroborando a informação mencionada no relatório da CPCJ, (Tomás, 2002), analisado anteriormente nesta Dissertação, mostra que as crianças estiveram presentes com muito menor frequência nos momentos de audição ou de participação.

Como conclusão a essa questão neste estudo, algumas anuíram que já tinham sido questionadas sobre determinadas matérias porém nenhuma me pareceu conhecer na íntegra o seu Projeto de Vida, nem tão pouco estavam familiarizadas com o próprio conceito, não respondendo diretamente à questão nº 27 “Conheces o teu Projeto de Vida?”, para que respondessem a esta questão a mesma tinha de ser reformulada, para o tipo de questão “ Já alguma vez alguém te questionou sobre o teu futuro?”.

Porém concordaram que já foram questionadas acerca de problemáticas respeitantes com a sua vida, como o seu futuro, os seus familiares, principalmente quando era necessário serem ouvidas para a elaboração de algum relatório para entrega no tribunal.

«Já me perguntaram se queira ser adotada ou regressar para casa dos meus pais, mas eu quero ficar aqui até me deixarem depois arranjar trabalho e ganhar dinheiro para ajudar a minha mãe, não quero ser adotada» E1

«Sim já me perguntaram o que quero fazer no futuro e eu já disse que queria ter uma casa minha..... isso até foi falado por causa do relatório que enviam para o Tribunal» E13

«Já falaram comigo sobre o meu futuro, sobre o que eu quero fazer.....» E14

12.5. ANÁLISE DAS NARRATIVAS

Nas investigações com crianças as narrativas são instrumentos a ter em consideração, uma vez que põem em evidência tanto as representações mentais da própria da criança como do meio envolvente. Como já foi analisado no capítulo 6, a vinculação segura origina um crescimento estável o que tenderá a que as crianças criem narrativas coerentes, refletindo interações familiares mais positivas. No outro oposto temos crianças com histórias marcadas pelas ruturas, abandonos ou negligência que por sua vez tenderão a criar narrativas com representações desvalorizadas, desorganizadas de si próprias e das suas figuras parentais. (Marques cit in Pinhel)

Na análise das narrativas encontramos narrativas coerentes com a realidade em contrapartida encontramos também narrativas completamente desfasadas da realidade. A grande maioria correspondia à realidade da criança exceto numa, que mais visivelmente se denotava uma narrativa desfasada da realidade da criança.

«.....os meus pais andaram na Universidade os dois, sabe..... e correu tudo muito bem. Eles agora estão muito bem, já acabaram os cursos....os dois.....» E3

«.....está cá uma menina que vai ser adotada. Mostraram-lhe uma fotografia dos novos pais, têm muito dinheiro e uma casa muito bonita com piscina, ela quando viu as fotografias quis logo ser adotada por eles. Também tem uma irmã bebé.....» E3

12.6. EXPETATIVAS PARA O FUTURO

Muitas crianças veem na instituição um pilar que lhes faltou na família o fará com que aqueles que estão institucionalizados há mais tempo se desliguem do meio social e familiar de origem. Pensando em continuar na instituição até terminar estudos ou criar vida própria (Mucha et all, s/d).

«O que eu gostava era fica aqui na casa até me deixarem, até ao 18 anos ou 21.....gostava de depois de ir trabalhar (Educadora de Infância) para depois ganhar dinheiro para ajudar a minha mãe e os meus irmãos» E1

No que concerne às expectativas de futuro temos opiniões muito díspares, havendo algumas que querem regressar para junto de um dos progenitores, mesmo que estes já vivam com famílias recompostas, existindo alguns casos até que já têm filhos oriundos de outros companheiros (as). Temos por outro lado aquelas que não querem de maneira alguma regressar a casa dos progenitores, preferindo até a adoção, ou ficarem na casa do Menino Jesus até atingirem a autonomia plena.

Podemos aferir que no geral todas as residentes gostam, na generalidade, de residir na instituição, concluindo que lá se preocupam com o seu futuro e têm *tudo* aquilo que não tinham em casa de seus pais.

«.....sinto-me bem aqui... sei que aqui tratam bem e mim, que aprendo, apesar de às vezes haver injustiças.....» E13

Existem todavia crianças que poderão ver na institucionalização um entrave ao seu futuro e as suas expectativas para o futuro, desejando sempre regressar ao seu meio social de origem (Mucha et all, s/d).

*«Gostava de ir para casa da minha mãe.....Gostava também de ser Bombeira Voluntária»
E14*

«Gostava de ser Educadora de Infância e ir para casa da minha mãe e dos meus irmãos» E1

«Gosta de ser empregada de mesa.....gostava também de sair daqui aos 18 anos e depois ir para casa dos meus avós paternos» E11

As expectativas destas crianças, como se pode ver nesta análise passa por alguns esperarem e desejarem regressar para junto da família nuclear, outros serem adotados, outros quererem ficar na instituição até atingirem a maioridade e começarem uma nova vida, criar autonomia. A nível profissional as expectativas não são muito elevadas, algumas querem tirar um curso (Educadoras de Infância, outras querem ser secretárias, empregadas de mesa, empregadas de limpeza, bombeiras, etc). É unânime a opinião que todos os residentes, se sentem apoiadas nesse aspeto pela instituição.

13. CONSIDERAÇÕES FINAIS

No final de um estudo deste tipo fica-se sempre com a sensação de que ainda havia muito por fazer, muito mais terreno para desbravar, uma vez que a problemática em estudo é demasiado complexa.

Poder-se-iam ter utilizado outras técnicas complementares de estudo como por exemplo, a utilização de desenhos, a técnica da Entrevista-conversa, (Saramago cit in Carreira) sendo estas técnicas desafiantes e ao mesmo tempo complexas, no que diz respeito ao estudo *sobre* crianças (Carreira, 2012). As metodologias mais usadas na sociologia da infância passam pelo princípio de se fazer o entendimento se vamos investigar *com* crianças ou se a investigação é *sobre* crianças. Se pretendemos trabalhar *com* crianças o método etnográfico será uma maneira de fazer investigação dando voz às crianças e as mesmas serão estudadas no seu ambiente (Fino, s/d).

Fazendo uma sucinta exposição das conclusões retiradas deste estudo começamos pelas problemáticas em estudo, começando assim pelas crianças em risco podemos concluir que existem alguns casos de maus tratos, mas essencialmente a institucionalização das crianças deve-se à situação socioeconómica das famílias. No que diz respeito ao abandono, absentismo e até ao insucesso escolar e após a análise das respostas nada me levou a concluir que as crianças tivessem sido institucionalizadas essencialmente por essa razão. Houve também casos de institucionalização na CMJ, que foram resultado da presença da criança a comportamentos desviantes que a colocassem de alguma maneira em risco.

No respeitante à exclusão social deparei-me com famílias possuidoras das características inerentes a essa problemática, são famílias com baixas habilitações, baixos rendimentos, com empregos sazonais ou até inexistentes. Existem problemas de exclusão social intergeracional, com quebra de laços com a sociedade, com a comunidade e no caso mais grave com os próprios familiares. Na grande maioria, não existe grande unidade familiar entre as crianças institucionalizadas e as suas famílias.

Outra conclusão que me foi possível retirar, foi que no geral as crianças entrevistadas estão bem adaptadas à escola, gostando de lá andar e tendo até bom aproveitamento escolar.

No que diz respeito à institucionalização existe nas crianças entrevistadas uma vinculação positiva, tendo na sua maioria bom relacionamento tanto com os seus pares como com os adultos, quer seja dentro ou fora da instituição. São crianças que muito embora estejam em turmas diferentes e socializem com os respetivos colegas de turma, procuram sempre algumas colegas residentes na Casa do Menino Jesus, ou seja, são crianças que apesar de conviverem com outros alunos, têm sempre a necessidade de se apoiarem umas às outras, de estar junto da sua zona de conforto, existindo assim uma vinculação positiva entre elas (Tarullo et all, 2007) (Pinhel, 2009) (Mucha et all, s/d) (Bowlby cit in Pinhel).

Tendo em conta as características duma instituição total e em comparação com este estudo feito na Casa do Menino Jesus, podemos concluir que existem alguns pontos convergentes com as características duma Instituição Total.

A Casa do Menino Jesus é uma instituição com abertura para o exterior, para a comunidade, o que vai de alguma maneira permitir com maior ou menor intensidade o intercâmbio das crianças residentes com a comunidade envolvente (Mucha et all, s/d). Qualquer pessoa é

passível de realizar estudos/voluntariado/Apadrinhamento Civil, entre outros dentro da instituição, desde que se comprometa a algumas regras.

As crianças saem da instituição para o exterior para frequentarem a escola, para saírem com amigos e colegas - apesar de carecer de autorização prévia. Portanto existe alguma liberdade de saída da instituição, não existindo um corte total com o exterior.

Existem direitos e deveres para serem cumpridos, no geral todos têm conhecimento dessas regras e tentam sempre cumpri-las, podendo haver “castigos” para o seu não cumprimento também anuem que os seus direitos são cumpridos. No geral a instituição preocupa-se com o bem-estar das suas residentes, tanto no que diz respeito à saúde, ao apoio na escola, têm apoio no estudo dentro e fora da CMJ, não lhes faltando o básico e o necessário para viverem o seu quotidiano com bem-estar.

Todas as atividades, todas as rotinas são levadas a cabo no mesmo local, normalmente à mesma hora e sob a mesma autoridade, existem horas para levantar, para deitar, para comer, etc.

Uma das principais características duma instituição total, segundo Goffman (1969) é a quebra com as necessidades básicas do indivíduo, desde o trabalho, ao descanso, à socialização, etc deixam de ser realizadas segundo a vontade do residente e passam a ser realizadas segundo a vontade duma hierarquia pré-definida. O que se nota também na instituição em estudo.

Embora não existam barreiras físicas (vedações, muros, vegetação, etc) acaba por de alguma maneira existirem limites (mesmo que invisíveis) para as crianças. Pois normalmente só podem brincar nas imediações da casa (brincam na rua junto à entrada, etc). Ou seja é uma instituição que apesar de ter um regime *com* alguma abertura, mantém algumas características pertencentes a uma instituição com características de Instituição total.

Há também marcas de institucionalização junto de crianças que residem há mais tempo na CMJ essencialmente se em conjunto, possuem qualquer tipo de problema cognitivo, por outro lado há crianças que lá residem desde pequenas e mantêm de alguma maneira a sua personalidade, as suas ideias quanto ao que querem para o seu futuro, não perderam de todo a sua identidade.

A luta contra a exclusão, só é possível com o restabelecimento dos laços sociais com a família e com a comunidade, sendo então vital para atingir uma situação de estabilidade tanto para as crianças como para as suas famílias, reconvertendo assim os ciclos viciosos de pobreza, marginalidade e exclusão e estas são situações que afetam as crianças institucionalizadas, na CMJ.

A situação de estabilidade é essencial para a reintegração dessas crianças na sociedade será, então um dos pontos mais importantes para as instituições que acolhem crianças e mais especificamente nesta em estudo, o abolir, o corte com as redes de pobreza, marginalidade e exclusão, visando sempre a reinserção das crianças pós-institucionalização na sociedade, sendo nestes casos o trabalho com as famílias de origem essencial.

Na CMJ parece-me que só nos casos em que o Projeto de vida passa pela reunificação familiar, estará a ser realizado algum trabalho junto das famílias.

Foi um estudo muito gratificante e portador de uma experiência que nunca esquecerei. Contudo haverá ainda muito a fazer pelas nossas crianças.

BIBLIOGRAFIA

ALMEIDA, Ana Nunes de; **ANDRÉ**, Isabel Margarida; **ALMEIDA**, Helena Nunes de (1999), «*Sombras e Marcas: Os maus tratos às crianças na família*», *Análise Social* Vol.XXXIV

ANDERSEN, Costa Esping (s/d) «Conferência: «A sustentabilidade dos Estados-Providência no Séc. XXI» - Sessão Solene - Dia Nacional da Segurança Social - Sociedade e trabalho.

CALHEIROS, Manuela e **MONTEIRO**, Maria Benedicta (2000) «*Mau trato e negligência parental - Contributos para a definição social do conceito*» in *Sociologia, Problemas e Práticas*, nº 34

CANSADO, Teresa (s/d) «Institucionalização de crianças e Jovens em Portugal Continental: o caso das instituições particulares de solidariedade social»

CAPUCHA, Luís (2005) «Desafios da Pobreza», Oeiras - Celta

CARREIRA, Marta Almeida (2012) «Tem crescido e aparecido... Breve incursão pela emergência da sociologia da infância em Portugal»

COSTA, Alfredo Bruto (1998) «Exclusões Sociais» *Cadernos Democráticos* - Fundação Mário Soares

CUNHA, Sandra (2004) «*Adoção pela voz das crianças- Representações e expetativas sobre adoção e a família em crianças institucionalizadas*».

DELGADO, Ana Cristina Coll, **MULLER**, Fernanda (2005) «Em busca de metodologias investigativas com crianças e suas culturas» in *Cadernos de Pesquisa*, v. 35, nº 125

FERRERA, Maurizio (1999) «A reconstrução do Estado social na Europa meridional», *Análise Social* Vol. XXXIV (151-152)

FINO, Carlos Nogueira, (s/d) «A etnografia enquanto método: um modo de entender as culturas (escolares) locais», Universidade da Madeira

FONSECA, Jaime Raúl Seixas, (2008) «Os Métodos Quantitativos na Sociologia: Dificuldades de Uma Metodologia de Investigação» in VI Congresso Português de Sociologia

GOFFMAN, Erving (1961) «*Asylum: essays on the social situation of mental patients and other inmates*», Anchor Books

GOFFMAN, Erving (2008) 4ª Ed. «Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada», Rio de Janeiro LTC: 2008

GOMES, Isabel (2010) «Acreditar no Futuro», Texto Editores.
pdf.leya.com/2012/Jan/acreditar_no_futuro_hrkt.pdf

GUERRA, Isabel Carvalho (2000) «Fundamentos e Processos de uma Sociologia de Ação - O Planeamento em Ciências Sociais» Príncipeia Publicações Universitárias e Científicas

JOSÉ II, William S. (s/d) «Total Institutions: A Reconstruction»

MAGALHÃES, Ana Sofia Gonçalves (2012), «A Depressão na Criança Institucionalizada» Tese de Mestrado

MAGALHÃES, Rita de Cássia Barbosa Paiva (s/d) «Identidade e estigma no contexto da escola inclusiva: Uma leitura a partir de Erving Goffman»

MARKONI, Marina de Andrade e Lakatos, Eva Maria (2003) «Fundamentos da Metodologia Científica» 5ª edição - Editoras Atlas

MUCHA, Marta e **CRUZ**, Paula (s/d) «Crescer (S)Em Solidão - Estudo sobre o Passado, o Presente e o Futuro de crianças Institucionalizadas» IV Congresso Português de Sociologia

NEVES, Tiago (2007) «A defesa institucional numa instituição total: O caso de um centro de internamento de menores delinquentes» análise social, Vol. XLII 185,

NUNES Duarte Everardo (2009) «Goffman: Contribuições para a Sociologia da Saúde» Revista de Saúde Coletiva, Vol. XIX

OLIVEIRA, Clara (2011) «*Representações dos decisores de adoção sobre a parentalidade biológica e a parentalidade socio afetiva*» CIES Working Paper nº 102/2011

PINHEL, Joana, **TORRES** Nuno, **MAIA**, Joana (2009) in *Análise Psicológica*, 4 (XXVII): 509-521 «*Crianças Institucionalizadas e crianças em meio familiar de vida: Representações de vinculação e problemas de comportamento associado*»

PORTUGAL, Sílvia (2002) «Políticas Familiares» Associação Portuguesa de Sociologia - Edição on-line da Revista Com(m)Textos de Sociologia nº 3/2004, Noites de Sociologia

QUIVY, Raymond e Campenhoudt Luc Van (s/d) «Manual de Investigação em Ciências Sociais»
<http://pt.scribd.com/doc/37937019/Quivy-e-Campenhoudt-Manual-de-Investigacao-em-Ciencias-Sociais>

RIBEIRO, M.J. (2003) «*Ser Família - Construção, implementação e avaliação de um programa de Educação Parental*» Braga: Universidade do Minho, Instituto de Educação e Psicologia, Tese de Mestrado em Psicologia, na área de especialização em Psicologia Escolar. <http://repositorium.sdum.uminho.pt/handle/1822/728>. (Acedido a 23-01-2013).

RODRIGUES, Eduardo Vitor, Samagaio, Florbela, Ferreira, Hélder, Mendes, Maria Manuela, Januário Susana (s/d) «A Pobreza e a Exclusão Social: Teorias, Conceitos e Políticas Sociais em Portugal»

SANTOS, Boaventura de Sousa, Reis, José e Hespanha, Pedro (1992) «O Estado e a Sociedade Civil: A criação de atores sociais num período de reconstituição do Estado» Projeto de Investigação, Coimbra, 1992

SANTOS, Filomena (2010) «*o abuso sexual da criança e a assimetria nas representações do género*» - (Comunicação no Congresso Violência nas Relações de Intimidade, (O)Usar Caminhos em Saúde, Coimbra, ESEC, 17 a 19 Maio)

SANTOS, Robson (s/d) «Interações, poder e instituições totais: A narrativa de Primo Lei e a Microsociologia de Erving Goffman»

SARAMAGO, Sílvia Sara Sousa (2001) «Metodologias de Pesquisa Empírica com Crianças» Sociologia - Problemas e Práticas nº 35

SARMENTO, Manuel Jacinto, Tomás, catarina, Soares, Natália (2007) «Globalização, Educação e (re)Institucionalização da Infância Contemporânea»

SCOTT, Susie (2010) «Revisiting The Total Institution: Performative Regulation in the Reinventive Institution» University of Sussex - SAGE

SIQUEIRA, Ranyella e CARDOSO, Hélio (2011) «O conceito de estigma como processo social: uma aproximação teórica a partir da literatura norte-americana» Universidade Estadual Paulista “Júlio de Mesquita Filho”

SOARES, Natália Fernandes (s/d) «*Os direitos das Crianças nas encruzilhadas da Proteção e da Participação*» Universidade do Minho, Instituto de Estudos da Criança

TARULLO, Amanda R. «False Belief and Emotion Understanding in Post-institutionalized Children»

TOMÁS, Catarina (2002) «A infância no contexto da globalização: Que riscos?» - Comunicação apresentada no I Encontro nacional de maus tratos, negligência e na adolescência - em Santo Tirso.

TOMÁS, Catarina (2008) «A Investigação Sociológica com crianças: caminhos

VARELA, Nazaré (s/d) «Maus tratos e proteção social de menores: Operacionalização e eficácia das medidas de proteção» Dissertação de Mestrado em Sociologia Apresentada à Faculdade de Letras da Universidade do Porto.

ZWEIG, Steven and Debra Parker Oliver (2009) «Returning from Total Institution to a home Environment: A journey for birthing and dying»

GUIAS E OUTROS DOCUMENTOS

BDJUR - Biblioteca Judicial Jurídica - Regime de Execução do Acolhimento Familiar de Crianças e Jovens em Perigo (consultada em 12.02.2013) <http://bdjur.almedina.net>

Casa 2011 - Relatório de Caracterização Anual da Situação de Acolhimento das Crianças e Jovens

Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco da Covilhã - Relatório Anual de Atividades 2012 - Reunião Alargada (14 de março de 2013)

Guia de orientações para os profissionais da ação social na abordagem de situações de maus tratos ou outras situações de perigo - Promoção e proteção dos direitos das crianças

Lei de Proteção à Criança de 27 de maio de 1911

REDE SOCIAL - Diagnóstico Social da Covilhã 2012

Relatório Anual de Avaliação das Comissões de Proteção de Crianças e Jovens de 2011

Relatório Anual de Atividades 2012 - Reunião Alargada de 14 de março de 2013 - Comissão de Proteção de Crianças e Jovens em Risco da Covilhã

Relatório da Comissão Europeia «Os direitos das crianças vistos por elas próprias» União Europeia, 2011 - Comissão Europeia da Justiça

Regulamento Interno do Lar de Crianças e Jovens da Casa do Menino Jesus

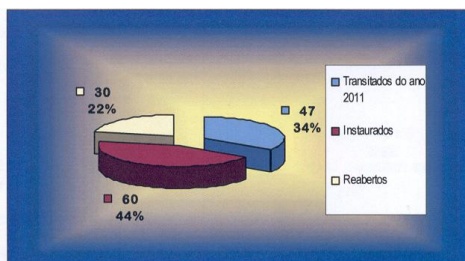
ANEXOS

ANEXO 1

Quadro 1 - Caracterização Processual 2012 - CPCJ da Covilhã

Entrada de Processos		Saída de Processos	
Transitados do ano 2011	47	Arquivados fase preliminar	42
Instaurados:	60	Arquivados fase pós-preliminar	58
Novos Processos	60	Enviados para outras CPCJ	0
Recebidos de outras CPCJ	0		
Reabertos	30		
Total Entradas	137	Total de Saídas	100
Total de Processos Activos em 31 de Dezembro 2012		37	

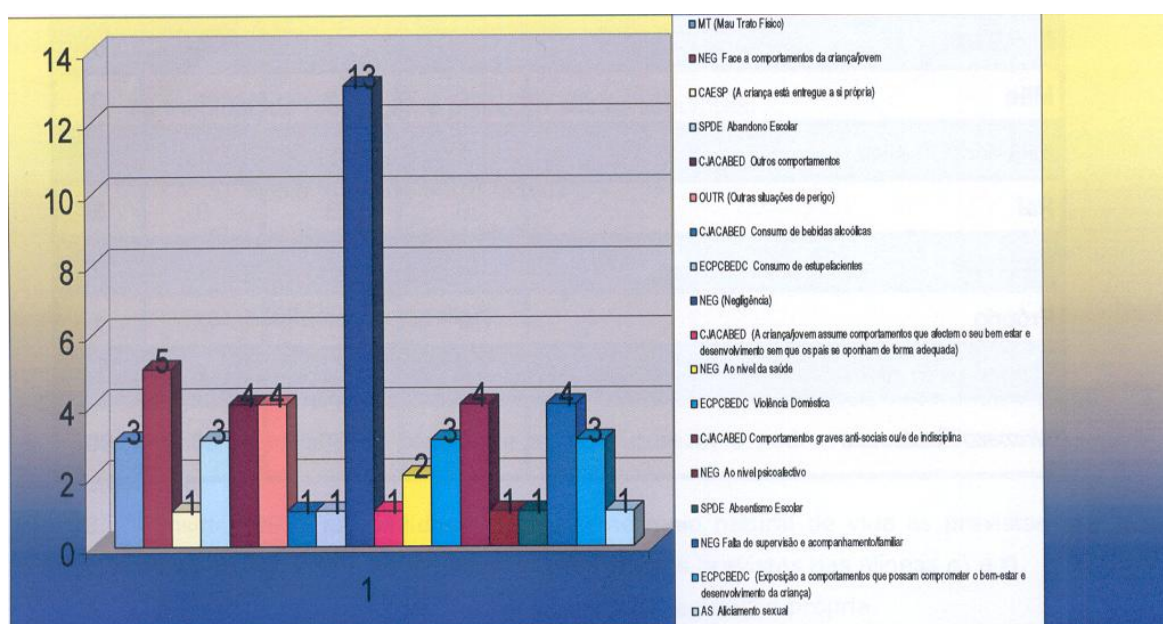
Quadro 2 - Percentagem do Número de processos Transitados, Instaurados e Reabertos no ano de 2012 - CPCJ Covilhã



Quadro 3 - Crianças e Jovens acompanhados por idades em 2012 - CPCJ Covilhã

Escalão Etário	Processo transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	Global
0-2	3	13	3	19
3-5	4	2	4	10
6-8	8	11	2	21
9-10	6	2	3	11
11-14	15	9	7	31
15-17	9	20	10	39
18-21	2	3	1	6
Número Processos	47	60	30	137

Quadro 4 - Número Global de Processos por Problemáticas acompanhadas no ano de 2012 - CPCJ Covilhã



Quadro 5 - Processos acompanhados por Entidade Sinalizadora 2012 - CPCJ Covilhã

Entidade	Processo transitado	Processo Instaurado	Processo Reaberto	Global
Atendimento dos Serviços de Segurança Social	0	0	2	2
Autoridade Policial	0	13	5	18
Comissão de Protecção de Crianças e Jovens	0	6	4	10
Estabelecimentos de Ensino	0	21	8	29
Estabelecimentos de Saúde	0	6	1	7
Familiares	0	1	3	4
Mãe	0	2	1	3
Ministério Público	0	0	1	1
Pai	0	3	0	3
Projectos	0	4	1	5
Próprio	0	1	0	1
Vizinhos e Particulares	0	3	4	7
<i>Número Processos</i>	0	60	30	90

Quadro 6 - Acordos de Promoção e Proteção celebrados por Medida em 2012 - CPCJ Covilhã

Escalão Etário	Tipo de Medida	Global
0-2	Acolhimento em Instituição	1
	Apoio Junto dos Pais	2
3-5	Apoio Junto de outro Familiar	1
	Apoio Junto dos Pais	1
6-8	Acolhimento em Instituição	1
	Apoio Junto de outro Familiar	1
	Apoio Junto dos Pais	3
9-10	Acolhimento em Instituição	2
	Apoio Junto dos Pais	2
11-14	Acolhimento em Instituição	6
	Apoio Junto dos Pais	9
15-17	Acolhimento em Instituição	5
	Apoio Junto de outro Familiar	1
	Apoio Junto dos Pais	12
18-21	Acolhimento em Instituição	2
	Apoio Junto dos Pais	1
<i>Total</i>		50

ANEXO 2

Artigos 3º e 58º da Lei 147/99

«Artigo 3º

Legitimidade da intervenção

1 – A intervenção para promoção dos direitos e proteção da criança e do jovem em perigo tem lugar quando os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto ponham em perigo a sua segurança, saúde, formação, educação ou desenvolvimento, ou quando esse perigo resulte de ação ou omissão de terceiros ou da própria criança ou do jovem a que aqueles não se oponham de modo adequado a removê-lo.

2 – Considera-se que a criança ou o jovem está em perigo quando, designadamente, se encontra numa das seguintes situações:

- a) Está abandonada ou vive entregue a si própria;
- b) Sofre maus tratos físicos ou psíquicos ou é vítima de abusos sexuais;
- c) Não recebe os cuidados ou a afeição adequados à sua idade e situação pessoal;
- d) É obrigada a atividades ou trabalhos excessivos ou inadequados à sua idade, dignidade e situação pessoal ou prejudiciais à sua formação ou desenvolvimento;
- e) Está sujeita, de forma direta ou indireta, a comportamentos que afetem gravemente a sua segurança ou o seu equilíbrio emocional;
- f) Assume comportamentos ou se entrega a atividades ou consumos que afetem gravemente a sua saúde, segurança, formação, educação ou desenvolvimento sem que os pais, o representante legal ou quem tenha a guarda de facto se lhes oponham de modo adequado a remover essa situação.

É indispensável, num estudo como este salientar a importância expressa no art. 58.º relativa aos direitos do jovem em acolhimento:

«Artigo 58º

Direitos da criança e do jovem em acolhimento

A criança e o jovem acolhido em instituição têm, em especial, os seguintes direitos:

- a) Manter regularmente, e em condições de privacidade, contactos pessoais com a família e com pessoas com quem tenham especial relação afetiva, sem prejuízo das limitações impostas por decisão judicial ou pela comissão de proteção;*
- b) Receber uma educação que garanta o desenvolvimento integral da sua personalidade e potencialidades, sendo-lhes asseguradas a prestação dos cuidados de saúde, formação escolar e profissional e a participação em atividades culturais, desportivas e recreativas;*
- c) Usufruir de um espaço de privacidade e de um grau de autonomia na condução da sua vida pessoal adequados à sua idade e situação;*
- d) Receber dinheiro de bolso;*
- e) A inviolabilidade da correspondência;*
- f) Não ser transferidos da instituição, salvo quando essa decisão corresponda ao seu interesse;*
- g) Contactar, com garantia de confidencialidade, a comissão de proteção, o Ministério Público, o juiz e o seu advogado.*

Os direitos referidos no número anterior constam necessariamente do regulamento interno das instituições de acolhimento.»

ANEXO 3

Respostas sociais, existentes em Portugal para crianças e jovens em perigo

- **Centro de apoio familiar e aconselhamento parental** - é uma resposta social, desenvolvida através de um serviço essencialmente vocacionado para o estudo e prevenção de situações de risco social, assim como, serve para proporcionar apoio a crianças e jovens em situação de perigo e suas famílias, concretizado na sua comunidade, através de equipas multidisciplinares. Tem como principal objetivo trabalhar com as famílias em risco.
- **Equipa de rua de apoio a crianças e jovens** - é uma resposta social, desenvolvida através de um serviço, destinada ao apoio a crianças e jovens em situação de perigo, desinseridas a nível sociofamiliar e que subsistem pela via de comportamentos desviantes. Visa fundamentalmente a reintegração na família, escola e comunidade, recuperar as crianças e jovens de rua incentivando a construção de um projeto de vida. Constrói uma prevenção primária de comportamentos desviantes e eventual encaminhamento para estruturas de rede existentes para promover a inserção social, despistar situações de risco, higiene, saúde e vestuário, promover o contacto e a ligação com as famílias e o envolvimento da comunidade, tendo em vista a prevenção, o apoio e a resolução de problemas. Esta medida visa essencialmente apoiar as crianças e jovens em rutura familiar, social e em risco.
- **Acolhimento familiar para crianças e jovens** - é uma resposta social, desenvolvida através de um serviço, que consiste na entrega da criança ou do jovem a uma família ou a uma pessoa singular, desde que se encontrem habilitadas para o efeito, tecnicamente enquadradas, decorrente da aplicação da medida de promoção e proteção, visando a sua integração em meio familiar. Tendo como principal objetivo garantir a integração em meio familiar adequado, que lhe assegure os cuidados e a atenção que a sua família não lhe pode proporcionar, assegurar alojamento à criança e ao jovem, garantir prestação de cuidados adequados às suas necessidades e bem-estar bem como ao seu desenvolvimento integral, assegurando os meios necessários ao desenvolvimento pessoal e à formação escolar e profissional em cooperação com a família, a escola, as estruturas de formação profissional e a comunidade, promover, sempre que possível, a integração na sua família de origem. Este programa tem como principais destinatários crianças e jovens em risco e cuja medida de promoção e proteção assim o determine
- **Centro de acolhimento temporário** - esta medida é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento urgente e temporário de crianças e jovens em perigo de duração inferior a seis meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção. Esta medida visa permitir a realização do diagnóstico de cada criança e jovem bem como a definição dos respetivos projetos de vida, com vista à inserção familiar e social ou a outro encaminhamento que melhor se adegue à situação. Visa assegurar alojamento temporário, garantir às crianças e jovens a satisfação das suas necessidades básicas, proporcionar o apoio socioeducativo adequado à idade e características de cada criança ou jovem, promover a intervenção junto da família, em articulação com as entidades e as

instituições cuja ação seja indispensável à efetiva promoção dos direitos das crianças e jovens. Os principais destinatários desta medida são crianças e jovens que tenham até 18 anos e se encontrem em situação de perigo e cuja medida de promoção e proteção determine um acolhimento com duração inferior a seis meses.

- **Lar de infância e juventude** - é uma resposta social, desenvolvida em equipamento, destinada ao acolhimento de crianças e jovens em situação de perigo, de duração superior a 6 meses, com base na aplicação de medida de promoção e proteção. Esta medida de proteção visa assegurar o alojamento, garantir a satisfação das necessidades básicas das crianças e jovens e promover o seu desenvolvimento global, em condições tão aproximadas quanto possível às de uma estrutura familiar. Visa também assegurar os meios necessários ao seu desenvolvimento pessoal e à formação escolar e profissional, em cooperação com a família, a escola, as estruturas de formação profissional e a comunidade, promover sempre que possível, a sua integração na família e na comunidade de origem ou noutra medida em meio natural de vida, em articulação com as entidades competentes em matéria de infância e juventude e as comissões de proteção de crianças e jovens, com vista à sua gradual autonomização. Os destinatários desta medida, são mais uma vez, crianças e jovens até aos 18 anos e cuja medida de promoção e proteção assim o determine.
- **Apartamento de autonomização** - é uma resposta social, constando num apartamento inserido na comunidade local, destinada a apoiar a transição para a vida adulta de jovens que possuem competências pessoais específicas, através da dinamização de serviços que articulem e potenciem recursos existentes nos espaços territoriais. Resposta com pouca expressão quantitativa. Os seus principais objetivos passam pela mediação dos processos de autonomia, de participação ativa de jovens, minimizando riscos de exclusão social, desenvolver processos individuais de acompanhamento e de apoio a nível psicossocial, material, de informação e de inserção sócio laboral, dinamizar programas de formação específicos destinados ao desenvolvimento de competências pessoais, sociais, escolares e profissionais dos jovens, partilhar competências com outros serviços e promover domínios comuns de conhecimentos e de práticas com o objetivo de estabelecer uma intervenção articulada e integrada, facilitadora da transição de jovens para a vida adulta. Esta medida tem como principais destinatários jovens com idades superiores a 15 anos desde que faça parte de uma medida de proteção definida.
- Em Portugal, existem ainda para as crianças e jovens em perigo linhas de emergência como a **linha SOS Crianças**, que presta um serviço telefónico de emergência de apoio à criança maltratada, entre outros.
- O Instituto da Segurança Social, I.P., promove ações adequadas no âmbito da proteção de crianças em perigo. Assim como programas específicos de intervenção, através dos seus serviços distritais - Centros Distritais de Segurança Social.
- Existe também o Programa **SER CRIANÇA** que atua numa perspetiva de prevenção e atuação precoce. Visa a integração familiar e socioeducativa de crianças em risco de exclusão social e familiar.

O Despacho 9016/2012 vai determinar que:

- A criação do Plano SERE + - cujas iniciais significam Sensibilizar, Envolver, Renovar, Esperança, MAIS, possui âmbito nacional. Tem como objetivo principal a implementação de medidas de especialização da rede de lares de infância e juventude. O objetivo é essencialmente o de obter uma melhoria contínua na promoção de direitos e proteção das crianças e jovens acolhidas, com o intuito de no menor tempo útil, através de uma educação para a cidadania, sentido de identidade, de autonomia e segurança, possa resultar na desinstitucionalização do menor;
- Sem prejuízo da participação da Comissão Nacional de Proteção das Crianças e Jovens em Risco, e dos contributos da Confederação das Instituições de Solidariedade Social, da União das Misericórdias Portuguesas e da União das Mutualidades, cabe ao Instituto da Segurança Social, I. P., a conceptualização do Plano SERE + e respetiva regulamentação. Deverá proceder à definição dos princípios, das regras e dos procedimentos a que a execução do mesmo deverá obedecer, bem como a sua execução e avaliação.

ANEXO 4

Tipologia de Maus Tratos

Baseado na Análise Social, vol. XXXIV, 1999 «*Sombras e marcas: os maus tratos às crianças na família*», de Ana Nunes Almeida, Isabel Margarida André e Helena Nunes de Almeida

<i>Agressão física com sequelas</i>	
Criança abanada, queimada, mordida, pisada, empurrada, asfixiada, etc	
Contexto residencial	Degradado
Estrutura do grupo familiar	Família recomposta (materna)
Grau de instrução	Médio e baixo
Profissão	S/informação
Características do agressor	Pai, mãe ou «outro», portadores de deficiência física; toxicodependentes; alcoólicos.

<i>Abuso Emocional com agressão física</i>	
Chantagem, ameaçada, insultada, espetadora de cenas de violência conjugal, e é muitas vezes vítima de agressão física etc	
Contexto residencial	Médio/ baixo
Estrutura do grupo familiar	Família recomposta (paterna)
Grau de instrução	Médio / alto
Profissão	Técnico superior/médio; empregado de comércio/ serviços/ indústria
Características do agressor	Pai e/ou mãe - toxicodependentes; alcoólicos.

<i>Intoxicada</i>	
Intencional (sedativos, álcool) a criança é deixada em casa sózinha etc	
Contexto residencial	Médio
Estrutura do grupo familiar	Família alargada
Grau de instrução	Médio / baixo
Profissão	S/informação
Características do agressor	Pai e/ou mãe, ou ambos - portadores de deficiência física ou mental; toxicodependentes.

<i>Trabalho abusivo</i>	
Mendicidade, arruma carros, realiza pequenos furtos, etc	
Contexto residencial	Degradado
Estrutura do grupo familiar	Família monoparental
Grau de instrução	Baixo/ nulo
Profissão	S/informação
Características do agressor	O agressor é portador de deficiência mental; alcoólico.

<i>Ausência de cuidados básicos</i>	
Negligência, alimentação inadequada; falta de higiene, falta de afeto; etc	
Contexto residencial	degradado
Estrutura do grupo familiar	Família alargada com avós
Grau de instrução	Baixo/ nulo
Profissão	Desempregado/ profissão ilícita
Características do agressor	Pai e mãe - portadores de deficiência física ou mental; alcoólico.

<i>Abuso sexual</i>	
Contexto residencial	Média/baixa
Estrutura do grupo familiar	Pais em processo de separação
Grau de instrução	Baixo/médio
Profissão	Desempregado/ profissão ilícita
Características do agressor	Pai e mãe - portadores de deficiência física ou mental; alcoólico.